

04

Cópia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES – SIEX CUIABÁ/MT.**

IN PROCESSO Nº01514/97

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO
GROSSO - CODEMAT** – devidamente Incorporada pela **COMPANHIA
MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO- METAMAT**, em Reclamatória
Trabalhista que lhe move **DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO**, vem à
presença de Vossa Excelência, em cumprimento à determinação constante em
ata de audiência de fls., trazer à colação os comprovantes de quitação de
encargos acessórios cuja apresentação restara prescrito no aludido ato.

A Executada apresenta também neste ato as suas escusas pelo
atraso na colação dos referidos documentos, cuja ocorrência deu-se em
virtude de fatores operacionais alheios à sua vontade. Todavia, as quitações
antecederam-se temporalmente ao prazo assinalado, havendo ocorrido regular
e plenamente, como atestam os documentos anexos, lançando sobre o
processo em curso os efeitos benfazejos do adimplemento, o mesmo cuja
declaração por meio deste ato também se requer a este ínclito juízo.

Termos em que,
Pede deferimento.

Cuiabá, 18 de outubro de 2000.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT Nº 4.328



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS VARAS DO TRABALHO DE
CUIABÁ – MT.**

COPIA

FTCBA/016987.2002/19-03-2002/12:16/4

Processo Siex nº : 1.514/97

Exequente: Delci de Lara Campos Pedroso

Executado: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu procurador *in fine* assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada do anexo instrumento procuratório, bem como que sejam alterados os nomes dos antigos procuradores da capa dos autos, para então, fazer constar nas publicações os nomes dos atuais procuradores.

Nestes termos, pede deferimento.
Cuiabá, 15 de Março de 2002.


NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.579

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALH
3ª JCJ - CUIABÁ MT
R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF.BIANCHI, BANDEIRANTE

NOT.Nº: 01.569-I

(RECLAMADO)

PROCESSO Nº: 1.360/95.

AUDIÊNCIA : 19 de setembro de 1995, terça-feira,

RECLAMANTE DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADO CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MA.

Pela presente, fica V.Sa. NOTIFICADO para os fin
itens abaixo:

Comparecer à AUDIÊNCIA que será realizada no en
data e hora acima mencionados.

Apresentar DEFESA (art.846, da CLT) com as provas
necessárias (arts. 821 e 845, da CLT),devendo V.Sa. estar
independentemente do comparecimento de seu advogado,
facultado designar preposto, na forma prevista no pa
do art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. imp
aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de

Em anexo a cópia da inicial.

CERTIFICO que o presente expediente
foi encaminhado ao destinatário, via
postal em 06 / 09 / 95.

ct
Diretor de Secretaria

Claudia Tavares Villela
Estagiária

RECEBI
19/09/95
Responsável
Pugus

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO
CPA - CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO, BL. GPC
CUIABÁ - MT

CONTRATO ECT/DR/MT

X

T.R.T. 23ª. R. - Nº. 1823

1514/97-5
1360/95-32



PROCURAÇÃO AD-JUDITIA

Nome: Deley de Lara Campos Pedrosa
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Casada
Profissão: Contadora RG Nº: 210.366 SSP/MT
CPF Nº: 081052351-53 CTPS Nº: 34.318 SÉRIE: 182º
Endereço: Rua 15-Bloco B-Aptº 401 Nº: _____
Bairro: Bondas da Chapada CEP: 78.048-000
Cidade: Cuiabá Estado: MT
Telefone: 661.3049 Outros: 313-2071

pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores o Advogado VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS, brasileiro, casado, inscrito na OAB-MT sob o nº 3618, o Advogado MARCOS DANTAS TEIXEIRA, brasileiro, casado, OAB-MT nº 3850 e o Estagiário FÁBIO PETENGILL, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB-MT sob o nº 1729-E, com escritório no Edifício Palácio do Comércio - 2º Andar - Sala 22, à Rua Galdino Pimentel nº 14 - Cep: 78005-020 - Centro - Cuiabá-MT. a quem se confere amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad juditia", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo requerer abertura de inquérito, fazer representação, etc., tudo na forma do que escreve a legislação pertinente, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Cuiabá-MT... 28 de agosto de 1995



Assinatura (reconhecer firma)

Maria Izabel B. Maciel
Tabelião 3º Ofício
Nilza M. B. Maciel Corrêa
Abadia E. M. L. Santos
Cuiabá
Rua Cândido Mariano, 302
Cuiabá - Mato Grosso

Reconheço por semelhança a firma
Deley de Lara Campos Pedrosa
Cuiabá 28 de 08 de 1995
Em Testemunho de verdade

Obs: A PRESENTE PROCURAÇÃO TEM VALIDADE PARA
AÇÃO TRABALHISTA, REFERENTE AO PROCESSO Nº 1211/95
RELATIVO AO ACT 00101

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS
ADVOGADO OAB/MT 3618

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
ADVOGADO OAB/MT 3850

EXMº SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA EG. __ª JCJ DE CUIABÁ

JUSTIÇA DO TRABALHO
23ª REGIÃO - CUIABÁ-MT

- 4 SET 15 39 58 030489

DISTRIBUIÇÃO

DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO, brasileira, casada, Contadora, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 210.318 SSP/MT - CPF nº 081.052.351-53, CTPS nº 34.318 Série 182ª, residente e domiciliado à Rua 15 Bloco "B" Aptº.401 - Nº *** - Bairro Bordas da Chapada - CEP 78048-000 - Cuiabá-MT, representado por seus procuradores infra-assinados, vem à honrosa presença de V. Exa, propor **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**, em face de **CODEMAT - CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, empresa pública, sediada no CPA-Centro Político e Administrativo, Bloco GPC, Cuiabá (MT), pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos :

1. É o reclamante empregado da empresa reclamada, admitido em **04/12/81**, exercendo a função de **Contadora**.

I - DAS DIFERENCAS SALARIAIS
POR DESCUMPRIMENTO DE NORMA COLETIVA

1. Firmou o reclamado com o Sindicato obreiro, em 27.09.90, Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, exemplar anexo, estabelecendo no item 5:

"5 - Em atendimento à reivindicação do SINDPD-MT e para evitar qualquer dúvida na aplicação dos percentuais dispostos nos itens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

<u>Mês</u>	<u>Rep. Salarial</u>	<u>Ganhos Reais</u>	<u>Política Salarial</u>
Outubro	-	6,09%	-
Novembro	3%	-	-
Dezembro	3%	6,09%	IPC Set/Out/Nov
Janeiro	3%	-	-
Fevereiro	8%	6,09%	-

VALFRAN MIGUEL DOS ANJOS
ADVOGADO OAB/MT 3618

MARCOS DANTAS TEIXEIRA
ADVOGADO OAB/MT 3850

<i>Março</i>	<i>12,55%</i>	-	<i>IPC Dez/Jan/Fev</i>	
<i>Abril</i>	<i>12,55%</i>	<i>6,09%</i>	-	
<i>Maior</i>	<i>44,80%</i>	-	-	"

2. Até o mês de fevereiro de 1991, a avença foi integralmente satisfeita, sendo, entretanto, inexecutada a partir do mês de março daquele mesmo ano. Neste caso, é o reclamante credor de diferenças salariais a serem aferidas com a aplicação dos seguintes índices:

a) 94,57% no mês de março/91 (12,55% da reposição pactuada, mais os IPC's dos meses de dezembro/90, janeiro/91 e fevereiro/91, de 18,30%, 19,91% e 21,87%, respectivamente), sobre os salários de fevereiro/91;

b) no mês de abril/91, 19,40% (12,55% mais 6,09%), sobre os salários de março/91; e,

c) a partir do mês de maio/91 44,80%, sobre os salários de abril/91, incorporando-se este percentual definitivamente aos salários dos reclamantes.

3. Essas diferenças devem refletir nas férias, 13º salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90.

III - DO ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

1. Sucessivos atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais, causando transtornos e prejuízos ao reclamante.

2. Os levantamentos estimativos feitos pelo Sindicato obreiro, eis a síntese desses atrasos:

<u>Pagamento dos salários do mês de</u>	<u>Foi efetuado no dia</u>
Março/91	10.05.91
Abril/91	15.06.91
Maio/91	12.07.91
Junho/91	15.08.91
Julho/91	10.09.91
Agosto/91	14.10.91
Setembro/91	17.11.91
Outubro/91	10.12.91
Novembro/91	13.01.92
Dezembro/91	20.01.92

3. Em face dos atrasos acima, é o reclamante credor de juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

4. Requerem que se digne V. Ex^a determinar que a Reclamada apresente os holerites do Reclamante, com vistas à apuração da correção monetária e demais encargos.

IV - DO ATRASO NOS DEPÓSITOS DO FGTS

1. Outro ponto da demanda relaciona-se à ausência de recolhimento dos valores referentes ao FGTS à conta vinculada de cada um dos reclamantes. Pelas poucas informações conseguidas, constatou-se que a empresa reclamada, desde junho de 1986 não procede ao recolhimento dos depósitos fundiários de seus empregados.

2. No tocante a este ponto da demanda não se tem notícias de nenhum depósito fundiário feito pela Reclamada na conta vinculada do Reclamante desde junho/86.

3. Com apoio no art. 25 da Lei 8036/90, os reclamantes pedem que a empresa reclamada seja compelida a realizar todos os depósitos em atraso, com as cominações do art. 22 da referida Lei.

V - REQUERIMENTO

1. Demonstrada a lesão aos seus direitos, formula o reclamante os pedidos seguintes, em valores apuráveis na liquidação da sentença :
 - a) pagamento das diferenças salariais em face da aplicação dos percentuais de 94,57% no mês de março/91; em abril/91, 19,40% sobre os salários de março/91; e em maio/91, 44,80%, sobre os salários de abril/91, com a incorporação definitiva desses índices aos salários do reclamante;
 - b) pagamento dos reflexos das diferenças supra nas férias, 13º salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90;
 - c) pagamento dos juros, multas e correção monetária pelo atraso no pagamento dos salários e a multa prevista no Acordo Coletivo de Trabalho, conforme fundamentação supra;
 - d) recolhimento dos depósitos do FGTS, desde junho/86, na conta vinculada do reclamante, com as cominações previstas no art. 22 da Lei nº 8.036/90, quais sejam, correção monetária, juros de mora de 1% ao mês e multa de 20%.
2. Pede mais a condenação do Reclamado nas custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% sobre o valor da condenação, de acordo com a Lei 8.906/94.
3. Protesta pela oportuna produção de provas, requerendo, desde logo, com base no art. 355 e sob as penas do art. 359, ambos do CPC, que a empresa seja compelida a apresentar cópias de todos os holerites de pagamento dos reclamantes, como provas do não cumprimento dos reajustes salariais estabelecidos na norma coletiva aqui invocada, bem assim, dos atrasos no pagamento mensal.
4. Com o apoio do art. 735 da CLT e Lei nº 8.036/90, pedem que a Caixa Econômica Federal seja notificada a fornecer cópia dos extratos analíticos das contas do FGTS existentes em nome do Reclamante, com vistas à comprovação do não recolhimento dos respectivos depósitos fundiários pelo reclamado.
5. Finalmente, requer a notificação da empresa reclamada para a audiência de conciliação, instrução e julgamento, com depoimento pessoal de seus prepostos, ouvida de testemunhas, juntada de documentos e que, ao final, seja o empregador condenado nos pedidos supra, com juros, correção monetária e demais cominações legais.
6. Dá-se à causa, para efeito meramente de alçada, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Termos em que, P. Deferimento
Cuiabá-MT, 06 de abril de 1995.

RUA GALDINO PIMENTEL, Nº 14 - EDIF. PALÁCIO DO COMÉRCIO - SALA 22 - 2º ANDAR
CENTRO - CUIABÁ - MT - FONE FAX (065) 322-3541





CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 3a. JUNTA DE
CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO

"IN PROCESSO Nº 1.360/95"

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE
MATO GROSSO - CODEMAT, pessoa jurídica de direito privado, com
sede e estabelecida nesta Capital, no Centro Político e
Administrativo, Palácio Paiaçuas, devidamente inscrita no
CGC(MF), sob o nº 03.474.053/0001-32, neste ato representada por
seu Diretor Presidente, Dr. EDEGARD NOGUEIRA BORGES, brasileiro,
casado, advogado, inscrito na OAB/MT, sob o nº 527, nos autos
de Reclamação Trabalhista que lhe move DELCY DE LARA CAMPOS
PEDROSO, processo supra, em trâmite por essa Ilustre Junta e
Secretaria, por seus procuradores infrafirmados, constituídos na
forma do incluso mandato (doc. 01), advogados, regularmente
inscritos na OAB/MT, sob os nºs 2597 e 4328, com endereço na sede
da Reclamada, local indicado a receberem as intimações, vem à
presença de Vossa Excelência, com todo respeito e bastante
acatamento, apresentar sua

CONTESTACAO

?

aduzindo para tanto as razões fáticas e de direito a seguir
articuladas:

PRELIMINARMENTE

1 - INÉPCIA DA INICIAL - Ausência do ACT

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Um dos pleitos formulados ao Juízo na exordial consiste em reajustes concedidos por força de Acordo Coletivo.

Compulsando os documentos que instruíram a inicial, constata-se que não se encontra colacionado o referido ACT, que vigiu no período 90/91, e que fundamentaria os reajustes suplicados.

Se nele constam efetivamente tais concessões, a estribar os pedidos efetuados, indispensável se faz a sua juntada, e desse mister a autora não se desincumbiu.

Especificando-se precisamente, a cópia que juntou-se aos autos refere-se ao acordo coletivo de outro período, o qual não possui identidade de vínculo com aquele invocado pela autora, e nada comprova em relação aos reajustes pleiteados.

Melhor sorte não possui o Termo Aditivo juntado, eis que notoriamente insubsistente como prova, uma vez que trata-se de mero complemento do documento principal, inexistente nos autos.

Pede-se vênias para citar-se o insuperável brocardo jurídico: "O que não existe nos autos, não existe no mundo".

O termo aditivo é mera cláusula suplementar a um contrato preexistente, e é juridicamente impossível acolhê-lo como prova sem examinar o contrato que o gerou.

É lógico, procedente, concludente, que, uma vez ausente o essencial, prejudicado está o acessório.

Apenas para que se tenha uma idéia da ilegitimidade do suprarreferido T. A. e da flagrante transgressão de seus termos ao original ACT, vê-se a nomeação de reajuste para maio de 1991, enquanto o acordo original estipulou vigência legal de seus dispositivos de 01.05.90 a 30.04.91.

Como não consta no Termo Aditivo cláusula que revogue essa disposição, tal reajuste é plenamente ilegal, assim como é insubsistente o próprio T. A.

Requer-se, destarte, ante o descumprimento cabal do artigo 282 do CPC, bem como o artigo 333, do mesmo diploma legal, inviabilizando a meditação do Juízo acerca da veracidade dos fatos articulados, que Vossa Excelência se digne de julgar extinto o feito nesse particular.

2 - LITISPENDÊNCIA - FGTS

A autora informa que "Pelas poucas informações conseguidas, constatou-se que a empresa reclamada, desde junho de 1986 não procede ao recolhimento dos depósitos fundiários de seus empregados"... (sic), até a presente data, requerendo o imediato depósito.

Conforme já exposto em outras ações opostas por outros Reclamantes em desfavor desta Companhia, de fato, a CODEMAT deixou de recolher o FGTS durante certo período a partir de 1986.

Todavia a inadimplência citada ocorreu apenas até final de 1992, a partir do que retomou-se a normalidade em termos dos recolhimentos fundiários.

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Dessa maneira, improcede totalmente a alegação da autora no sentido de que a Reclamada deixou de efetuar os recolhimentos do FGTS até a presente data. Em toda a existência desta empresa, apenas num período de cerca de 05 (cinco) anos, de 1986 a 1992, ocorreu tal inadimplência.

Restaria, por conseguinte, esse período como ponto de discussão.

Contudo, a CODEMAT buscou solucionar essa grave lacuna, firmando em 20 de dezembro de 1993, um TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E COMPROMISSO DE PAGAMENTO PARA COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, juntamente com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, órgão gestor dos depósitos fundiários.

Através desse instrumento, a CODEMAT obrigou-se a recolher todo o montante em atraso, atualizadamente e acrescido dos ônus pertinentes, em parcelas, conforme consta no aludido contrato, cuja cópia segue em anexo.

Para respaldar adequadamente tal avença compareceu como garantidor o Estado de Mato Grosso, representado por seu Governador, na qualidade de interveniente.

E para que aludida garantia se consubstanciasse irretorquivelmente sólida e idônea, o Estado de Mato Grosso, além de assumir a posição de principal pagador e devedor solidário (cláusula décima-terceira), ofereceu em garantia as cotas que lhe cabem do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE.

Seria necessário, no mínimo, que a própria União entrasse em colapso, inadimplindo nos repasses constitucionais à Mato Grosso, para que tal compromisso sofresse interrupções.

Porém, tamanho apocalipse não se afigura provável, e, no demais, a CODEMAT vem cumprindo rigorosamente os prazos, já tendo abatido até a presente data todos os depósitos, devidos, diferenças, juros e atualização monetária (JAM), além de multas, sobre os recolhimentos em atraso, acertando os compromissos retroativamente até a data de fevereiro de 1991.

Encontra-se devidamente recolhido, portanto, cerca de 20 meses que se encontravam em atraso, o que representa mais de 40% do total do débito.

Restaria finalmente como argumento, a situação do empregado que viesse a ser demitido, ou necessitasse sacar seus créditos imediatamente.

Para tais casos, através do mesmo contrato, a CODEMAT se obrigou (cláusula oitava) a recolher todo o montante devido, de uma vez só, a cada um que venha necessitar de sacá-lo, ou no caso de demissão.

Inexiste, destarte possibilidade veraz de prejuízo ou dano a quaisquer dos servidores dos quadros desta empresa.

O que havia de ser feito acerca desse assunto já o foi, e mostra-se eficiente. Os recolhimentos mensais, após 1992 estão estritamente em dia, e o parcelamento contratado pelas parcelas inadimplidas no passado encontram-se ausentes de qualquer desvio ou atraso.

Para comprovar todas as informações supra, além do citado termo, o qual contém rigorosíssimas cláusulas e elevadas penalidades, junta-se, em anexo à presente, cópia do Laudo Pericial exarado pelo perito JUSCELINO AUGUSTO DE ARAÚJO, designado pela MM 1ª JUNTA DESTA CAPITAL, para examinar a

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

documentação da ora Reclamada, com o propósito de averiguar a real situação de seu compromisso perante a CEF.

A conclusão do Sr. Perito, expressa nos itens 11 e 12 do laudo em apreço, é deveras esclarecedora, pelo que pertine reproduzi-la:

"11 . Diante do acima exposto, não existe a necessidade de realizar levantamento mensal dos salários de cada funcionário para apurar a diferença dos recolhimentos do FGTS, juros e atualização monetária e multas, pois o mesmo já foi realizado pela Caixa Econômica Federal e além disso a Reclamada vem mantendo rigorosamente o cronograma de pagamento.

12 . Sendo assim, somos favoráveis para manter o Termo de Compromisso entre a Caixa Econômica Federal e a CODEMAT, ficando prejudicado o pedido inicial".

A essa altura, muito embora o que já se aduziu seja sobejamente impeditivo das pretensões dos autores, resta abordar ainda o principal: a litispendência.

Conforme atesta a Certidão inclusa à presente, tramita pela insigne 1a. JCI de Cuiabá, Reclamação Trabalhista oposta pelo próprio sindicato que representa os servidores da CODEMAT, de No. 072/92, que versa exclusivamente sobre os recolhimentos em atraso do FGTS.

Dessa maneira, comprovada a identificação das ações, ou seja, a reedição em juízo de ação ainda em andamento, constata-se a **pendência da lide**, afigurando-se inadmissível o prosseguimento desta que ora se opôs, nesse particular, pelo que se reger, com fulcro no artigo 301, I, do CPC, seja o feito julgado extinto, como determina precisamente o artigo 267, V, de nossa lei Adjetiva Cível, subsidiariamente aplicada.

3 - INÉPCIA DA INICIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA

Reza o artigo 282, do CPC, verbis:

Art. 282 . A petição inicial indicará:

I - omissis

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

Inépcia é o termo que se reserva para definir o ato postulatório da parte formulado defeituosamente.

O CPC em vigor acolheu o princípio dispositivo, conforme depreende-se da Exposição de Motivos.

O postulado de que a iniciativa das provas cabe exclusivamente à parte que alega o fato constitutivo de seu direito, constitui-se na mais acentuada característica do princípio dispositivo, cuja particularidade mais evidente é o ônus da prova.

Assim, se o sistema do CPC, em vez de dispositivo fosse inquisitório, não haveria falar em ônus da prova, pois que sua indicação caberia ao Juiz. Contudo, como adotado que foi o referido princípio no direito processual brasileiro, a atividade relativa à procura e a escolha dos fatos e suas correspondentes provas, compete pois, à iniciativa exclusiva das partes.

Como cabe às partes indicar as provas que julgarem



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



oportunas, tanto pior para elas se forem insuficientes.

A simples alegação de que a Reclamada teria pago com atraso e uma relação de datas supostamente apuradas pelo Sindicato lançada na exordial sem estribar-se em qualquer tipo de provas, não detém o condão de alçar-se a plano de verdade irrefutável, fato que realmente jamais ocorreu, uma vez que os salários dos servidores sempre foram pagos religiosamente em dia. O mero arrozoado não é suficiente para provar um fato, surge a imprescindibilidade da prova da existência do fato. Tal assertiva encontra eco no artigo 333, do CPC, que prescreve, "verbis":

Art. 333. O ônus da prova incube.

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.

Logo, face a absoluta ausência de provas que corroborassem a alegação de atraso no pagamento de salários, cujo ônus a autora incumbia, impossibilitando a realização da cognição pelo Juízo, bem como também a defesa da Reclamada, que não poderia contestar pedido inespecífico, Requer-se a Vossa Excelência, fulcrado nos artigos 267, I, e 329, do CPC, a extinção do processo nesse particular.

4 - DA NULIDADE CONTRATUAL

A Reclamante da presente lide ingressou na CODEMAT, ora Reclamada, órgão da administração pública indireta sem prestar concurso.

Assim, o vínculo laboral é produto de flagrante ilegalidade e é totalmente nulo, já que consubstancia-se em ato administrativo inconstitucional, haja vista haver a Autora ingressado no emprego público sem submeter-se ao indispensável concurso público.

A Constituição Federal, ao traçar os princípios norteadores da administração pública, prescreve em seu artigo 37, verbis:

"A administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - OMISSIS

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Primeiro - OMISSIS

Parágrafo Segundo - a não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei".

Os ícones da exegese constitucional brasileira, todos eles já se pronunciaram a propósito daquele dispositivo do



texto dito, entre eles CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, HELLY LOPES MEIRELLES, ADILSON DE ABREU DALLARI, JOSÉ AFONSO DA SILVA, entre outros, concluindo unisonamente pelo entendimento da plena ilegalidade de contratações desse jaez, e por conseguinte da sua total nulidade.

A Reclamada é sociedade de economia mista de que o Estado de Mato Grosso é acionista majoritário, integrando, pois, a administração indireta estadual. Nessa qualidade, insofismável que os atos de gestão praticados pelos que a dirigem, submetem-se em absoluto aos ditames da legislação que rege a administração pública, mormente no que se refere à forma de investidura no emprego do seu funcionalismo.

Anteriormente à Carta Magna de 1988, e mesmo após o seu advento, sucessivas diretorias da Reclamada perpetravam contratações de pessoal ao arrepio das estipulações da lei maior, o que vem redundando no assoberbamento asfixiante de suas obrigações financeiras, na inviabilização de sua própria e específica função de instrumentalizadora do desenvolvimento do estado de Mato Grosso.

Nulas são, pois, essas celebrações, pleno jure, e assim devem ser declaradas.

Necessário se faz atentar para os efeitos da decretação dessa colimada nulidade. O ato nulo, por natimorto, não gera quaisquer efeitos.

Esse o entendimento corrente da Doutrina e da Jurisprudência. Um dos mais consultados exegetas da legislação laboral, o emérito Jurista DÉLIO MARANHÃO, em sua obra "INSTITUIÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO", ed. LTR, pág. 243, ensina que:

"Atingindo a nulidade o próprio contrato, seguindo os princípios do direito comum, produziria a dissolução "ex tunc" da própria relação.

Evidentemente, não pode o empregador devolver ao empregado a prestação do trabalho em virtude do contrato nulo. Assim, não é possível aplicar-se, no caso, o princípio do efeito retroativo da nulidade. Daí porque os salários que já foram pagos, não devem ser restituídos, correspondendo, como correspondem, a contraprestação definitivamente realizada.

Se o trabalho foi prestado, ainda que com base em um contrato nulo, o salário há de ser devido; o empregador obteve o proveito da prestação do empregado, que sendo por natureza infungível não pode ser restituída.

Impõe-se por conseguinte, o pagamento da contraprestação equivalente, isto é, do salário, para que não haja enriquecimento ilícito".

Essa novel constituição brasileira não inovou no estabelecimento de regras gerais para o funcionalismo público; nada mais fez que recepcionar os critérios consagrados pela Carta de 1969.



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



A emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, que igualmente recepcionou o Texto Máximo de 1967, no que se refere à forma de investidura no serviço público estabelecia em seu artigo 97:

"Os cargos públicos serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

Parágrafo Primeiro - A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos salvo os casos indicados em lei."

De tudo o que se expende nessa preliminar ficou assente, à margem de qualquer dúvida, que servidor ou funcionário público é aquele que se vincula contratualmente à administração pública, seja ela direta ou indireta.

O diploma maior de 1967 já dava explicitamente o aspecto conceitual do servidor público ao tratar da proibição da cumulação de cargos em seu artigo 99, **verbis**:

"Art. 99 - é vedada a cumulação remunerada de cargos ou funções públicas.

Parágrafo Segundo - A proibição de acumular se estende a cargos, funções, ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista."

Assim, a Reclamante admitida sem prévio concurso público ainda que anteriormente a atual constituição, nem por isso está infensa aos efeitos profiláticos dela, cujas disposições se constituem em mero prolongamento do que continha a Carta revogada no respeitante à forma de acesso ao serviço público.

Inconteste que o contrato laboral celebrado com a Reclamante ainda sob a vigência da Constituição de 1969, é igualmente nulo de pleno direito e assim também deve ser declarado.

NO MÉRITO

Na hipótese de que alguma matéria ultrapasse as preliminares erigidas, a Reclamada prossegue sua contestação adentrando ao mérito.

DA PRESCRIÇÃO

Devido a que a autora não especificou as datas a que se referiam determinados pedidos constantes da inicial, a reclamada, preventivamente, vem em relação a todos eles requerer sejam observadas as datas de prescrição dos direitos suplicados, os quais, em função de preceitos, inclusive constitucionais, não poderão retroagir além dos limites impostos para tal.

Dessarte, ainda que o pedido de correção monetária superasse a preliminar de inépcia, sobre ele incidiria a prescrição para períodos anteriores a 07.07.90.

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Da mesma forma, o pleito concernente ao FGTS, na improvável hipótese de superar a preliminar que o prejudica, deveria adstrir-se ao período posterior a 07.07.90.

**DA NULIDADE DO ACT E TERMO ADITIVO -
Por afronta a dispositivo legal**

O multi referido ACT padece de nulidade absoluta, celebrado que foi em plena transgressão às Leis que disciplinavam a Política Salarial da época.

A lei 8030, de 12.04.90, ditava as normas salariais ao tempo da formalização do ACT, bem como no advento do "Termo Aditivo", em 27.09.90, eis que somente foi revogada pela lei 8.178, de 01.03.91.

Ambos dispositivos legais, determinantes de critérios para alterações salariais e plenamente vigentes à época, impunham limitações precisas, as quais foram frontalmente transgredidas pelo malsinado ACT.

Pertine trazer a lume o v. acórdão que debruçou-se com notável oportunidade sobre o tema:

Correção salarial - Modificação do
convencionado

As leis regulamentadoras da Política Salarial do País contêm normas de ordem pública, de caráter impositivo e cogente. Sobrepoem-se hierarquicamente aos instrumentos normativos, com força para alterar disposições convencionadas que contrariem normas disciplinadoras da política econômica-financeira do governo ou concernente à política salarial vigente (art. 63, CLT), não gerando quaisquer efeitos. Se a lei nova (Lei 8030/90) eliminou a correção automática dos salários suprimindo a indexação pelo IPC, não tem mais qualquer eficácia norma da convenção coletiva firmada anteriormente a ela (lei) dispondo em sentido contrário. porque essa norma está derrogada".

TRT - PR-RD-4812/91 - (Ac. 3a. T-6867/92)-
Rel. Juiz Design. Alberto Manenti. DJPR,
11.09.92 - pág. 129.

E, no mesmo diapasão:

Antecipação salarial - Supervenência de lei

"Reputa-se inválido o pacto que o empregador em determinado momento obrigou-se em acordo coletivo a conceder a antecipação salarial se, e quando a diferença entre IPC e URP superasse a 30%, se antes mesmo de ocorrer o fato, sobreveio legislação de emergência vedando quaisquer reajustes de preços e salários. Inocorrência de ofensa a direito



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



adquirido ou negócio jurídico perfeito celebrado buscando ocorrência de fato futuro. Sentença que se mantém".

TRT 3a. Reg. RD- 7064/91- (Ac. 3a. T) - Rel. Juiz Sergio Arceira Braga. DJMG, 07.07.92 - pág. 78.

Por mais evidente que esteja a manifesta afronta legal e integral nulidade insitas no ACT e TA, é de se frisar que nem expectativa de direito eles geraram, haja vista que no azo da celebração já vigiam normas de ordem pública impositivas, cujo teor foi plenamente transgredido por ajuste a que competia a observância legal.

Ademais, se é pacífico que a superveniência de lei contrária às concessões perpetradas já lhes anularia os efeitos, ainda com muito mais razão tal ocorre no caso em tela, em que as indevidas concessões incompatibilizaram-se com a legislação vigente.

Revela aduzir que o princípio da norma mais vantajosa ao trabalhador não tem cabimento no caso em tela, por se tratar de assunto de ordem pública.

A própria CLT, adiantando-se a prováveis controvérsias acerca da aplicação desse princípio e prevenindo a possibilidade de seu emprego inadequado delimitou seu alcance, insculpindo no artigo 8o.:

"Artigo. 8o. As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e norma gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e Costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classes ou particular prevaleça sobre o interesse público". (destacamos)

Como se vê, trata-se de circunstância prevista no código obreiro, e para qual o próprio diploma consolidado repudia o uso da primazia da norma mais benéfica ao empregado quando conflitante com o interesse público.

Admitir-se o contrário seria erigir uma muralha protecionista em torno do obreiro, de tal forma impenetrável às disciplinações legais que orientam as relações jurídicas para o geral dos seres, que estariam se estabelecendo um "status" de intangibilidade incompatível com os princípios basilares de todo o arcabouço jurídico.

É de hialina clareza que o malsinado ACT jamais adentrou ao universo da legalidade. Sendo plenamente nulo e sem efeitos, o pedido de suas concessões é inacolhível juridicamente, pelo que se requer sua inteira improcedência.

Ao mês de FEV/91, ainda que V. Exa. julgasse legítimo o ACT, os reajustes não poderiam ser avençados por força do art. 8o. da Lei No. 8.178/91, que determinou a fórmula

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

de reajustes cabível e exclusiva para aquele mês.

Finalmente, tendo em vista que a vigência do multireferido ACT expiraria em 30.04.91, improcede totalmente o pedido do reajuste referente a MAIO/91.

Pelo exposto, face a plena nulidade do ACT e Termo Aditivo, os mesmos não geraram quaisquer efeitos, pelo que devem ser julgados totalmente improcedentes os pedidos arrimados em seus termos.

DA NULIDADE DO TERMO ADITIVO
Inobservância as formalidades legais

Os acordos coletivos são regulamentados pela CLT, através dos artigos 611 e seguintes, que erigem e delimitam os pressupostos indispensáveis à sua eficácia jurídica.

As alterações às normas coletiva de trabalho, por sua vez, tem sua admissibilidade restrita à observância das disposições do artigo 615 do citado diploma original.

A teor do que dispõe o artigo 615 e parágrafos, Acordos Coletivos são passíveis de alterações apenas por outras normas, igualmente coletivas e que se tenha jungido às mesmas formalidades legais a que se ateve o acordo original.

A legislação que regula os Acordos Coletivos não contempla a possibilidade de Termos Aditivos, meramente confeccionados na informalidade banal existentes nos contratos particulares alienígenas às normas coletivas de trabalho.

O pacto firmado no TA foi fruto de mera reunião de gabinete, a qual não tem a lre respaldar, a lre bafejar com um sôpro de legalidade de forma minimamente necessária para que se sustente juridicamente, sequer a participação COLETIVA dos empregados supostamente acordantes.

Omitiu solenidade que a lei considera indispensável para a validade e eficácia do ato jurídico, não se aperfeiçoando.

O art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplinando a formalização de avenças desses jaez, prescreve:

"Art. 615 O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção ou Acordo ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação da Assembleia Geral dos Sindicatos convenientes ou partes acordantes, com observância do disposto no art. 612. (grifamos)

Parag. 1º. O instrumento de prorrogação, revisão, denúncias ou revogação de Convenção ou Acordo será depositado para fins de registro e arquivamento, na repartição em que o mesmo originariamente foi depositado, observando o disposto no art. 614.

Parag. 2º As modificações introduzidas em



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



Convenção ou Acordo, por força da revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas passarão a vigorar 3 (três) dias após a realização do depósito previsto no Parag. 1º.

Por sua vez, o art. 612, do mesmo diploma, legal, ao qual remete o dispositivo aludido estabelece, verbis".

"Art. 612 Os sindicatos só poderão celebrar convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho por deliberação de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços), dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e, em segunda, de 1/3 (um terço) dos mesmos.

Parag. 1º O "quorum" de comparecimento e votação, será de 1/8 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que tenham mais de 5.000 (cinco mil) associados".

Ora, as notas introdutórias da aditivação que conferiu pretensas majorações aos salários dos Reclamantes, dão conta da forma absolutamente alheia aos ditames que a lei impõe, como é de se transcrever do TA fls....,:

"Em reunião realizada no dia 04 de setembro p. passado, o Governador do Estado, naquele ato representado pelos Exmos. secretários de Estado da Administração e da Fazenda, e representantes dos servidores públicos estaduais, discutiram as perdas salariais da categoria e uma nova política salarial a ser aplicada aos vencimentos dos respectivos servidores.

Por decisão unânime dos participantes, ficou decidido e consequentemente oposto na competente "Ata de Reunião", que os percentuais ali definidos seriam aplicados nos salários dos servidores da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT nos itens e condições a seguir".

A teor do que se consignou no "Termo Aditivo", fica estampado o seu despojamento, a sua pobreza de elementos, que obrigatoriamente dele haveriam de constar e que se constituem em condição "sine quibus" à sua validade, uma vez que nenhum momento se refere à participação do corpo diretivo do

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

próprio Sindicato que tenham recebido da Assembléia Geral, forum soberano para decisões nesse sentido, competente outorga de poderes.

O que dele consta é a solitária e desautorizada anuência do Presidente daquele sodalício lançada em documento lavrado em local que não declina, em sede de que não traz notícia.

Os termos em que vazado denunciam que a decisão entre as partes visavam o cometimento de obrigações de forma ampla, no atacado, à feição do que normalmente se estipulam à administração do Governo, de forma geral, não se atentando para as peculiaridades de que se reveste Recorrente, pessoa jurídica de características de direito privado, constituída sob os auspícios da Lei nº 6.404/76, que rege as sociedades anônimas, entres as quais a de economia mista.

Estes entes, contitucionalmente, não se subordinam a ingerências que não prescindem do "referendum" de Assembléia Geral própria, fato que no presente caso não ocorreu, conforme reza o seu próprio Estatuto, inspirado no Diploma Legal que se referiu, suso.

Não tendo assim, se revestido das formalidades que a lei reputa, indispensável à sua plena validade, padece o guerreado Termo Aditivo da ausência insanável da exequibilidade, não sendo portanto documento hábil à instrumentalização dos pedidos elencados na inicial.

Portanto, ainda que essa Insigne Junta, em sede de mérito venha considerar válido o ACT e seu "Termo Aditivo" por julgar que não ofenderam disposição legal, por outra forma estará igualmente fulminado de nulidade o Termo Aditivo, suporte dos pedidos, em observando a sua nulidade por ter sido elaborado com inobservância das formalidades legais previstas nos artigos retro citados.

DOS REAJUSTES DO ACT

A Reclamante informa em sua peça inicial que a Reclamada cumpriu os índices avençados, "ATÉ O MÊS DE FEVEREIRO DE 1991, sendo, entretanto, inexecutada a partir do mês de março daquele mesmo ano".

Na hipótese de que esse Honrado Juízo defira os reajustes pleiteados, dois fatos relevantes devem ser considerados:

O primeiro diz respeito aos índices nomeados pela autora, os quais, se apesar de tudo quanto se expôs forem deferidos, deverão ser compostos por soma simples, e não por multiplicação capitalizante, como deverá ser apurado posteriormente, em liquidação de sentença, havendo o deferimento para tais pleitos.

O outro aspecto que faz-se mister considerar, é o de que o TA não poderia conceder reajuste para maio de 1991, tendo em vista que todo acordo coletivo estipula um prazo de vigência para seus próprios dispositivos, invariavelmente de um ano, até a próxima data base.

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Como a data base para a Assembléia que efetua os acordos coletivos dos empregados da Reclamada ocorre em Maio a cada ano, como estampado no ACT 93/94 juntado pela autora, a vigência de todos eles, como se depreende do texto do próprio ACT colacionado aos autos, percorre o período que vai do primeiro dia do mês de maio até o dia 30 de abril do ano subsequente.

Como a vigência do ACT 90/91 iniciou-se em 01.05.90, sua eficácia exauriu-se em 30.04.91, e um "Termo Aditivo" originado dele não poderia estabelecer reajustes para além de seu prazo legal.

Assim, totalmente improcedente a inclusão de reajustes para maio de 1991, pelo que requer-se seu indeferimento.

DA RESOLUÇÃO 018/91 - REAJUSTE DE 50%

Após o advento da Lei 8.178/91, em março daquele ano, esta Companhia cancelou as Resoluções 01, 02 e 03, que concediam os aumentos a partir daquele mês, conforme estabelecido no TA.

Aos 18.06.91, cedendo às pressões salariais consequentes da anterior expectativa de reajustes, a ora Reclamada viu-se forçada a conceder um aumento salarial.

Assim, foi firmada a Resolução 018/91, concedendo um reajuste salarial de 50%, retroativo a abril/91, mês em que incidiria o primeiro reajuste revogado.

Atentando-se bem, à tal concessão não se obrigava a Reclamada, e em verdade, ela veio a transgredir as normas salariais vigentes, já que a Lei nº 8778/91 coibia reajustes naquele patamar.

Entretanto, tal questão não merece maior interesse, até mesmo porque a aludida concessão hoje integra os salários dos servidores da ativa de forma definitiva e é direito assegurado.

O enfoque que se busca é que houve uma concessão de 50%, e caso os índices de reajustes sejam acolhidos, deles não de se descontar o que foi efetivamente concedido.

Ou seja, se apesar de todas as razões retro expendidas, as súplicas que entendemos indevidas prosperem, requer-se seja devidamente abatido daqueles índices o montante de 50%, efetivamente concedido à época, e que visava atender as expectativas salariais já deflagradas após o firmamento do Termo Aditivo.

Face ao exposto, a Reclamada requer finalmente que nestes termos e nos melhores de direito deverá ser a presente contestação ser recebida e afinal julgada provada para o efeito de acolher-se as preliminares arguidas, ou ainda adentrando o mérito, pela procedência das razões expostas para declarar nulo de pleno direito o ACT e seu TERMO ADITIVO, julgando totalmente improcedentes os pedidos da inicial, condenando-se a autora nas custas e demais cominações legais, como de direito.



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



Protesta por todos meios de provas em direito admitidos, especialmente depoimento pessoal da Reclamante e oitiva de testemunhas.

Termos em que
Pede deferimento.

Cuiabá/MT, 29 de agosto de 1995.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT - 2597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT - 4328

Antonio Padilha de Carvalho
ADVOGADO - OAB-MT 3339

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 19 dias do mês de setembro do ano de 1995, reuniu-se a 3ª **Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT**, presente o Exmº Juiz Presidente **DR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DE SOUZA**, e os srs. Juizes Classistas, que ao final assinam, para a audiência relativa ao Proc. 3ª JCJ nº 1360/95 entre partes: DELICY DE LARA CAMPOS PEDROSO E CODEMAT CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MT, Reclamante e reclamado respectivamente.

Às 14:05 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do **MM Juiz Presidente**, apregoadas as partes. Presentes a reclamante, assistida pelo DR. **MARCOS DANTAS TEIXEIRA**, OAB/MT. O reclamado pela preposta **ODETE PINHEIRO DA SILVA**, assistido pelo DR. **ANTONIO PADILHA DE CARVALHO**, OAB/MT.

Conciliação rejeitada.

Defesa escrita com documentos, dos quais se dá vista ao reclamante por cinco dias a partir do dia 25/09/95

Preclusa a prova documental.

Adiada para instrução dia 17/10/95, às 14:20 horas, devendo as partes comparecerem para os depoimentos pessoais, sob pena de confissão, trazendo ou arrolando suas testemunhas em tempo hábil, sob pena de preclusão.

Cientes as partes.

Encerrada às 14:06 horas.

NADA MAIS.



EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA MM 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABÁ - M T

JUNTA DO TRABALHO
23ª REGIÃO - CUIABÁ-M

29 SET 12 26 53 034208

DISTRIBUIÇÃO

J. Aguiar - e a
audiência.

05.10.91

Roseli Darala Moses F...
Juiza do Trabalho Substituta

Proc. N. 1.360/95 - 3ª JCJ

DELCEY DE LARA CAMPOS PEDROSO, por seus advogados, nos autos do processo que move contra CODEMAT - CIA DE DESENV. DO ESTADO DE MATRO GROSSO, vêm, mui respeitosamente, perante V. Exa., IMPUGNAR a contestação apresentada aos autos, nos termos que seguem:

1 - DA DESISTÊNCIA DO PLEITO DO FGTS

A reclamante DESISTE do pedido de recolhimento do FGTS, tendo em vista que, realmente existe outra ação em curso perante a Egrégia 1ª JCJ de Cuiabá, como afirmado na defesa, sendo que, no entanto, prossegue com o feito quanto aos demais pedidos.

2- DA INÉPCIA DA INICIAL

Possivelmente o reclamado confundiu este processo com outro qualquer, pois afirma que não foram juntados à inicial, o Acordo Coletivo de Trabalho 90/91, fato que impossibilita o pleito de diferenças salariais, tomando o pedido inepto, entretanto, vemos às fis. , que este doc. está anexado ao presente, portanto sem razão o reclamado.



Outra arguição de inépcia da inicial que deve ser rejeitada, é a que tenta se alicerçar no art. 282 do CPC, alegando defeito na formulação do pedido, vez que o pleito de juros por atraso na quitação dos salários indica perfeitamente o período de mora, sendo que o reclamado sequer contestou aquelas datas, nem apresentou os recibos de pagamento demonstrando o contrário. Assim, devidos os pleitos referentes a este título.

3- DA NULIDADE CONTRATUAL

A reclamante espanca vigorosamente a afirmação de que seu contrato de trabalho é nulo, tendo em vista que, inclusive sua honra foi ferida, vez que labora para o reclamado há 13 anos, dispendendo sua força de trabalho, havendo continuidade no pacto laboral atualmente, sendo que o empregador vem afirmar tamanha ofensa. Ora, se é nulo o contrato de trabalho, o que faz a reclamante lá, ainda?

A ninguém é permitido alegar a própria torpeza como defesa, e no caso em tela, o reclamado o faz, tentando demonstrar que sua irresponsabilidade na contratação de empregados gerou atos jurídicos imperfeitos. Entretanto, sanado está a imperfeição do ato, visto que está prescrito qualquer arguição neste sentido, conforme está disposto no art. 7º da CF, inc. XXIX, letra "a", que põe fim ao assunto, pois dita que prescreve em cinco anos a questão, e considerando que o reclamante ainda trabalha para o reclamado, além do fato da Constituição Federal anterior permitir a aludida contratação.

Quando foi contratado, a reclamante estava sob a égide da Constituição Federal decretada em 1.969, que vedava somente a cumulação de cargos ou funções públicas.

4- DA NULIDADE DO TERMO ADITIVO

O pedido de nulidade agasalhado na afirmação de que não foram cumpridos os ritos do art. 611 e seguintes da CLT, não merece fé, posto que na ocasião da celebração dos mencionados instrumentos coletivos foram apresentados ao reclamado as atas em questão, tanto é verdade que o mesmo convencionou e cumpriu parcialmente o contratado. Assim, é estranho que o reclamado venha, neste momento inoportuno, questionar o cumprimento das formalidades legais, já que à época teve conhecimento dos docs. requeridos, a talvez por desorganização interna os tenha perdido. Ainda, cumpre-nos informar ao reclamado que, a nulidade de Acordo Coletivo de Trabalho, tem ação própria, inclusive com estipulação de competência, não sendo esta a melhor hora para tal arguição.

Outro pedido de nulidade tenta se estrincheirar na Lei No 8.030/90, e posteriormente na Lei No 8.178/91, alegando que o Termo Aditivo,



no qual se apóia o pedido, conspira contra a política salarial do Governo Federal, devendo ser declarado nulo.

Imerece acolhimento tal arguição. Primeiramente porque o Termo Aditivo foi erigido em sintonia com o princípio da livre negociação consagrado pelo art. 3º da Lei 8.030/90. Depois, ante o reconhecimento constitucional das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, inc. XXVI, do art. 7º, CF.

Em síntese, havia compromisso expresso das partes acordantes (Sindicato e Empresa) de manterem aberta a renegociação do Acordo 90/91, na cláusula 5.2. Há, portanto, um equívoco do reclamado, em querer, agora, tachar de nulo citado instrumento coletivo.

5- DAS DIFERENÇAS SALARIAIS

A afirmação do reclamado, de que foi concedido reajuste salarial à razão de 50% retroativo a abril é inverídica, mas é verdadeira a informação de que foi cancelado os aumentos previstos pelo Termo Aditivo.

Não procede a informação de que houve reajuste porque nunca tal percentual foi repassado para os trabalhadores, em especial a reclamante, tanto é verdade que o doc. intitulado resolução 18/91 fala em ABONO de 50%, e abono não é salário, não incorpora a este, e não gera encargos, portanto não é reajuste, pelo que fica impugnado este doc. retro mencionado.

Diante do exposto, a reclamante impugna os documentos juntados à defesa, e requer o afastamento das nulidades argüidas, ao tempo em que renova o pedido de procedência da presente Reclamatória Trabalhista.

N. TERMOS
P. DEFERIMENTO

Culabá, 28 de setembro de 1.995.

[Handwritten signature]
019360



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



1

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos trinta e um (31) dias do mês de setembro (09) do ano de 1995, reuniu-se a **3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT**, presentes o Exmº. Juiz do Trabalho Substituto Paulo Roberto Brescovici e os Srs. Juizes Classistas, que ao final assinam, para audiência relativa ao **Processo Nº. 1.360/95**, entre partes **DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO e CODEMAT - CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, reclamante e reclamada, respectivamente.

Às 17:22 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz Substituto, apregoadas as partes, que se fizeram ausentes.

Em seguida, pelo MM. Juiz Substituto, foi proposta a solução do litígio e, colhidos os votos dos Srs. Classistas, a Junta proferiu a seguinte

SENTENÇA.

1. RELATÓRIO

Trata-se de reclamatória trabalhista ajuizada por **DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO** em desfavor de **CODEMAT - CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO**.

A reclamante, em sua exordial, requer pagamento de diferenças salariais; correção monetária no atraso do pagamento; depósitos fundiários e honorários advocatícios.

Com a inicial vieram procuração (fl. 07) e documentos (fls. 08 a 21).

Em sede de defesa, a reclamada contesta o pleito e propugna pela improcedência da reclamatória.

Com a contestação vieram procuração (fl. 24), carta de preposição (fl. 25) e documentos (fls. 49 a 96).

Sobreveio a impugnação (fls. 98 a 100).

Sem outras provas, encerrou-se a instrução.

Razões finais orais.

Infrutíferas as tentativas conciliatórias a tempo e modo perpetradas.

Vistos e examinados os autos.

É o relatório.

2. DECISÃO E SEUS FUNDAMENTOS

2.1. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL.

A reclamada erigiu preliminar de inépcia da inicial, em face de não ter sido colacionado o Acordo Coletivo de Trabalho.

O outro enfoque da preliminar de inépcia diz respeito à correção monetária em face aos atrasos nos pagamentos de salários.

As preliminares devem ser rejeitadas, com efeito.

Há, em acompanhamento à exordial, o Termo Aditivo e o Acordo Coletivo.

Ademais, é necessário esclarecer que a contestação não guarda correspondência com o pleito.

Há pedido de correção monetária por atraso nos pagamentos e está aviado de forma a possibilitar ampla defesa.

Impende, daí, rejeitar as preliminares como tais.

2.2. PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA.

A reclamada erigiu preliminar de litispendência relativamente aos depósitos fundiários.

Em sede de defesa apresenta cópia da ação, com relação dos substituídos processuais, incluindo-se, aí, a reclamante.

A impugnação à contestação deixa evidente que o pleito deve ser extinto, sem julgamento do mérito, por litispendência (art. 267, V, do CPC).

2.3. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO.

A novel Constituição Federal, no seu art. 7º, XXIX, "a", prevê que o prazo da propositura da ação é de dois anos após a cessação do contrato de trabalho ou da ocorrência da lesão ao possível direito violado.

É a consagração da teoria da "*actio nata*", pois o objetivo da prescrição é extinguir as ações, na medida em que ela só é possível desde que haja uma ação a ser exercida, em virtude da violação do direito. A condição essencial, elementar mesmo, decorrente da teoria em comento, é a existência de uma ação exercitável.

Como decorrência do dispositivo legal suso mencionado, tem-se que duas condições são exigidas da ação para que se considere nascida: a) um direito atual atribuído ao seu titular; b) uma violação desse direito, cuja pretensão invoca a prestação da tutela jurisdicional.

Incide, pois, a regra do Enunciado 294, do C. TST:

"PRESCRIÇÃO - ALTERAÇÃO CONTRATUAL - TRABALHADOR URBANO. Tratando-se de demanda que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei". (grifamos).

FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA, "in" *"Comentários aos Enunciados do TST"*, RT, 2ª Ed., pp. 294 e 295, ao comentar a supramencionada uniformização jurisprudencial, assim se posiciona, "verbis":

"Dá-nos o Supremo Tribunal Federal parâmetros para situarmos o ato único e as prestações periódicas. 'Quando é um direito conhecido, sobre o qual não se questiona, aí, são as prestações que vão prescrevendo, mas se o direito às prestações decorre do direito à anulação do ato, é claro que, prescrita a ação em relação a este, não é possível julgar prescritas apenas as prestações, porque prescreveu a ação para o conhecimento do direito do qual decorreria o direito às prestações. Do contrário, seria admitir o efeito sem causa. Precedentes RR-RR 73.958; RR 94.679/9-SP. STF. Conhecido e provido".

E mais adiante arremata:

"Em suma, está configurado o ato único quando para a concessão do direito pleiteado há necessidade de perquirir-se sobre a legalidade ou ilegalidade do ato praticado, v.g., gratificação concedida nos idos de 1980 e que o autor vem reclamar pagamento nos demais anos, quando não existe lei determinando o pagamento e nem foi concedida em contrato.

Todavia, suponha-se a complementação de aposentadoria concedida pela empresa, negando-se esta a cumprir o avençado. Ter-se-ia aqui caso de prestações periódicas ou sucessivas, pois que não se discute o direito à aposentadoria. Este existe e está contratual ou estatutariamente assegurado, Logo, pouco importa a época da reclamação; prescreer-se-ão

apenas as parcelas dos últimos dois anos, hoje, por preceito constitucional, dos últimos cinco anos". (grifamos).

Inexiste prescrição a ser declarada.

2.4. NULIDADE CONTRATUAL.

Alega, a reclamada, nulidade do contrato de trabalho, em face da ausência de concurso público.

Com efeito, tal argumento não socorre a reclamada.

A rigor, o art. 37, II, da C.F., estabeleceu que o acesso a cargo e emprego público são precedidos de concurso público de provas e títulos. Isso a partir da vigência da novel Constituição Federal, vale dizer, 05.10.88.

Ora, a reclamante foi admitida em 04.12.81, e tal fato restou incontroverso.

Cabe ao demandado, em sede de defesa, manifestar-se, especificamente, sobre os fatos articulados na exordial, pena de presunção positiva, ao teor do art. 302, do CPC.

Analisando a sistemática do processo civil, WELLINGTON MOREIRA PIMENTEL, "in" "Comentários ao Código de Processo Civil", RT, Vol. III, ps. 272 e 273, preleciona, "verbis":

"O legislador de 1973 tomou posição. A exigência feita no sentido do réu manifestar-se precisamente sobre os fatos alegados pelo autor, torna inviável a contestação por negação geral.

A imposição relaciona-se diretamente com a questão do ônus probatório. É inadmissível que se saiba se o réu reconhece ou admite cada um dos fatos apontados pelo autor na inicial, ou se os reconhece mas outros lhe contrapõe, ou, ainda, se os nega, ante a regra do art. 302 e, também, a disciplina do ônus probatório inserta

no art. 333 (ver, a respeito, os Comentários de Pestana de Aguiar, no volume IV desta coleção)".

E, com precisão, arremata:

"Se o réu não impugna um fato, ou fatos, estes presumem-se verdadeiros. A impugnação é de cada fato, e deve ser precisa, isto é, deve constar da resposta o fato ou fatos impugnados.

Se o réu silencia sobre um, ou uns dos fatos expostos pelo autor na petição inicial, serão havidos como verdadeiros.

A negação geral, feita sem que sejam precisados, especificados os fatos, conduzirá à presunção da veracidade dos alegados pelo autor.

A imposição da especificação dos fatos impugnados é uma consequência do princípio da igualdade processual das partes".

Portanto, não se trata de contrato nulo por óbice ao que dispõe o art. 37, II, da Constituição Federal, na medida em que o regime do vindicante é celetário.

2.5. DIFERENÇAS SALARIAIS.

O vindicante requer o pagamento de diferenças salariais irradiadas pelo Termo Aditivo de Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 27.09.90.

"Prima facie" é preciso esclarecer que inexistente qualquer vício nulificante do referido aditamento ao acordo, em face de desrespeito à política salarial vigente à época, pois havia, já na diretriz da Lei 8.030/90, art. 3º, autorização para livre negociação.

Portanto, não há de se falar em infringência ao art. 8º e 623, da CLT.

Ora, o instrumento não possui vícios de consentimento, intrínsecos ou extrínsecos, detectáveis e argüíveis nesta instância e remédio jurídico. Ao contrário, é eficaz e válido.

Os acordos coletivos são absolutamente salutares e devem mesmo ser estimulados. Nesse diapasão a decisão do C. TST, no DC 154.876/94-0, Ac. SDC 192/95, 27.03.95, da relatoria do Min. Pazzianotto, "in" LTR 59-06/757, "verbis":

"Finalmente, deve ficar assentado que o artigo 623, da Consolidação das Leis do Trabalho perdeu sua eficácia ante o robustecimento da garantia constitucional de direito à livre negociação, contida no citado inciso XXVI do seu artigo 7º. É de elementar responsabilidade das empresas, estatais ou não, mas sobretudo daquelas que compõem a administração indireta e se valem dos favores que lhes concede o Estado, zelar pela sua saúde econômica-financeira, e credibilidade diante da sociedade e dos seus trabalhadores".

O Acordo Coletivo e o seu Termo Aditivo é formalmente válido, muito embora possa ser questionado quanto ao aspecto da moralidade administrativa. Mas tais incursões exigem campo e foro competente, que não este.

Reclama-se, neste pleito, diferenças de 94,57% a partir de março/91, incidindo sobre o salário de fevereiro/91 (referente a 12,55% mais IPC de dezembro, janeiro e fevereiro); 19,40% a partir de abril/91 a incidir sobre o salário de março/91 (referente a 12,55% mais 6,09% de ganho real); e 44,80% a partir de maio/91 a incidir sobre o salário de abril/91 (referente a 44,80% previsto no termo aditivo).

A reclamada concedeu abonos salariais, previstos nos meses de abril/91 a julho/91, cujos montantes serão compensados quando da liquidação da sentença para evitar o lucupletamento ilícito.

O Acordo Coletivo 91/92 previu reposições das perdas salariais do interregno temporal que medeia março a outubro/91, a partir de dezembro/91. Assim, qualquer diferença a ser apurada deverá limitar-se a 30.11.91, uma vez que, a partir daí, todas as perdas foram negociadas no aludido Acordo Coletivo. Não se pode limitar o pagamento à data-base porque o aludido ACT 91/92 foi assinado em dezembro/91.

Defere-se-lhe, então, o pagamento das diferenças salariais nos percentuais de 94,57% a partir de março/91, 19,40% a

partir de abril/91 e 44,80% a partir de maio/91, limitadas a 30.11.91, com todos os reflexos e consectários legais.

2.6. CORREÇÃO MONETÁRIA EM FACE AO ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS.

O reclamante requer o pagamento da correção monetária em face aos atrasos dos pagamento salariais.

Elenca, na exordial, item **"III - DO ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS"** (fls. 04 e 05), as datas em que os pagamentos deveria ser efetuados e as que efetivamente o foram.

Não houve específica contestação.

Defere-se, pois, o pedido, com suporte jurídico no art. 147, da Constituição do Estado de Mato Grosso, Acordo Coletivo de Trabalho e art. 459, da CLT, de março a dezembro/91.

A reclamada juntará, em 48:00 horas, após o trânsito em julgado desta decisão, **todos os comprovantes de pagamentos feitos ao reclamante.**

2.7. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Indefere-se a pretensão relativa aos honorários advocatícios, isso porque não se verifica qualquer das hipóteses previstas pela Lei 5.584/70.

Incide, ainda, no caso presente, a regra de uniformização jurisprudencial consubstanciada no Enunciado 329, do C. TST, que se encontra assim vazada:

"Honorários advocatícios. Artigo 133 da Constituição da República de 1988. Mesmo após a promulgação da Constituição da República de 1988, permanece válido o entendimento consubstanciado no Enunciado n° 219 do Tribunal Superior do Trabalho".

Afora isso, o C. STF, em recente decisão, na ADIn 1.127-8-DF, suspendeu a vigência da Lei 8.906/94, no particular.

3. DISPOSITIVO

Em razão do exposto, **RESOLVE** a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, unanimemente, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido para condenar **CODEMAT - CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO** a pagar a **DELICY DE LARA CAMPOS PEDROSO**, no prazo legal e conforme se apurar em liquidação por simples cálculos, **observada a rejeição das preliminares (item 2.1.); prejudicial de mérito prescrição (item 2.2.); litispendência (item 2.3.); inexistência de nulidade (item 2.4.); diferenças salariais (item 2.5.); correção monetária (item 2.6.); ABSOLVENDO-A DOS DEMAIS PEDIDOS**, tudo conforme a fundamentação supra que a este dispositivo integra para todos os fins legais.

Incidem juros e correção monetária (En. 200/TST).

Observem-se os Provimentos 01 e 02 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Custas, pelo reclamado, importam em R\$-60,00, sobre R\$-3.000,00 valor arbitrado provisoriamente à condenação.

As partes serão intimadas desta decisão.

Em seguida, encerrou-se às 17:23 horas.

Nada mais.


Paulo Roberto Brescovici
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ



ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 17 dias do mês de outubro do ano de 1995, reuniu-se a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presente o Exmº Juiz Presidente DR. PAULO ROBERTO BRESCOVICI, e os srs. Juízes Classistas, que ao final assinam, para a audiência relativa ao Proc. 3ª JCJ 1369/95 entre partes: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO E CODEMAT CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MT, Reclamante e reclamado respectivamente.

Às 14:12 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM Juiz Presidente, apregoadas as partes. Presentes a reclamante na forma da ata anterior. Ausente a reclamada.

Encerrada a instrução processual.

Razões finais orais pela procedência.

Conciliação prejudicada.

Adiada para julgamento dia 10.11.95 às 16:05 horas.

Cientes as partes.

Em seguida, encerrou-se às 14:13 horas.

Nada mais.

Paulo Roberto Brescovici
Juiz do Trabalho Substituto

Jacil Benedito de Ambrosio
Suplente do Juiz Classista
Representante dos Empregados

Alcindo Rodrigues de Moraes
Juiz Classista
Representante dos Empregadores

RECTE < *Paulo Roberto Brescovici*

ADV. RECTE *[Signature]*

ADV. RECLAMADA *[Signature]*

Delcy M. S. Cruz
Assistente Diretor



GOVERNADOR
Estado de Mato Grosso do Sul
sentos em 30/10/95, às 17:22 horas.

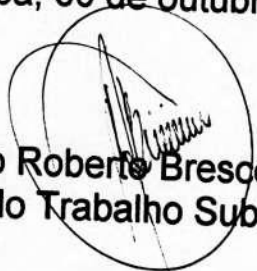
E 30/10/95

Eduardo de Castello Branco
Diretor de Secretaria

DESPACHO

- I) Antecipe-se o julgamento do presente feito, incluindo-o na pauta do dia 31.10.95, às 17: 22 horas;
- II) As partes serão intimadas da decisão.

Cuiabá, 30 de outubro de 1.995.


Paulo Roberto Brescovici
Juiz do Trabalho Substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT
Proc. 1360/95

CONCLUSÃO

Nesta data faço concluso os presentes autos
ao MM. Juiz Presidente.

Cuiabá, 31/10/95


EDUARDO DE CASTILHO PEREIRA
Diretor de Secretaria

Vistos, etc...

*Corrige-se erro material da sentença
de fls. 104/112, fazendo constar a correta
data de publicação da decisão: 31/10/95.*

Intimem-se as partes.

Em 31.10.95


Paulo Roberto Brescotel

Juiz da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT
ENDEREÇO: RUA MIRANDA REIS, 441 ED. BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT. Nº: 2582/95

(ADVOGADO DO RECLAMADO)

13/11/95

PROCESSO Nº : 1360 /95

RECLAMANTE : DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADO : CODEMAT CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

Pela presente, fica V. Sa. NOTIFICADO para os fins previstos nos itens abaixo:

Tomar ciência da decisão de fl. 104/112, conforme cópia em anexo. Bem como do despacho de fl. 113: "Vistos, etc... Corrige-se erro material da sentença de fl. 104/112, fazendo constar a correta data de publicação da decisão: 31/10/95. Intimem-se as partes. Em 31.10.95, Paulo Roberto Brescovici, Juiz do Trabalho Substituto."

20.11

Cláudia Tavares Vilela
Estagiária



CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 14/11/95 feira.

J
Diretor de Secretaria

CODEMAT CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO
A/C Dr(a): ANTONIO PADILHA DE CARVALHO E OUTROS

PALÁCIO PAIAGUÁS, CENTRO POL. E ADMINISTRATIVO
CUIABÁ

CENTRO POLÍTICO E ADMINIS

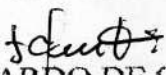
MT

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT
Proc. 1360/95

CONCLUSÃO

Nesta data faço concluso os presentes autos
ao MM. Juiz Presidente.

Cuiabá, 05 de fevereiro de 1996.


EDUARDO DE CASTILHO PEREIRA
Diretor de Secretaria

Vistos, etc...

Destituo o perito nomeado à fl. 16.

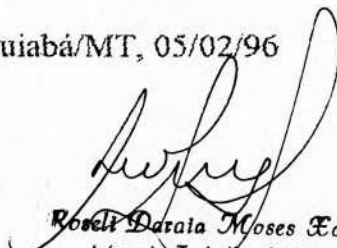
Nomeio perito contábil para elaboração da conta o(a)
Sr(a) ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO, que deverá ser intimado(a) a
prestar compromisso em 05 dias e apresentar laudo em 15 dias.

Na feitura dos cálculos, o vistor deverá destacar o valor
devido pelo exeqüente a título de IRRF, observando, ainda, o art. 2º do Provimento nº
02/93, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, assim disposto:

*"Art. 2º. Os cálculos de liquidação de sentença
exeqüenda consignarão os valores devidos a título de
contribuição previdenciária, na forma da lei, para
desconto nos pagamentos a serem efetivados."*

Intime-se.

Cuiabá/MT, 05/02/96


Roseli Darala Moses Focaten
Juíza do Trabalho Substituta

J. Intime-se a reclamada a atender o ora
requerido, prazo 05 dias, sob pena de
realização de perícia "in loco".

Em 28.02.96



Mara Aparecida de Oliveira Oribó
Juiz de Trabalho Substituta

EXMO SR DR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

PROCESSO Nº: 1360/95
RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
RECLAMADA: CODEMAT - CIA DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO
GROSSO SA

ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO, CRC CT SP 94.292 "T" MT,
perito credenciado no processo em epígrafe, vem mui respeitosamente à Nobre presença,
solicitar da Reclamada que junte ao processo os comprovantes de pagamento de salários
(Holerites), conforme solicita a Reclamante na página 06 em seu parágrafo 3º, para que
possa proceder os devidos cálculos, que para tal fui incumbido, e a devida conclusão do
Laudo Pericial.

Nestes Termos
P. Deferimento

Cuiabá-MT., 23 de fevereiro de 1.996.

Aristides Mamede da Silva Neto
Aristides Mamede da Silva Neto
Perito

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT.**

IN PROCESSO Nº 1.360/95

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO
GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO**, já devidamente qualificada
nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move
DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO, vem à presença de Vossa
Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls., trazer à colação
os documentos requestados pelo Juízo.

A par do exposto, esclarece que ocorreu considerável atraso
no encaminhamento dos documentos solicitados pelo eminente perito, em
virtude de mudanças físicas e administrativas na Reclamada.

Conforme amplamente divulgado, esta Reclamada encontra-
se em extinção, passando atualmente por fase de liquidação. Tal fato acarretou
transtornos de toda espécie na sua rotina, agravados pela súbita mudança de
sua sede para outro local, fato que, além de impor a paralização temporária da
busca de documentos, que ora achavam-se encaixotados, ora em trânsito, e,
finalmente, desorganizados, ampliou enormemente o prazo para sua
localização, em função de haver ocorrido demissão de servidores da área de
registros.

Com a normalização da rotina operacional e da
reorganização documental dos setores de Recursos Humanos e Salarial, tal
período de transtornos encontra-se superado, e a Reclamada retorna a possuir
inteiras condições de atender prontamente às determinações de fornecimento
de documentos, como sempre tem procedido nas liquidações judiciais em

trâmite nesta e nas demais Egrégias Juntas do Trabalho nas quais figura no pólo passivo.

Esclarece também que juntou os documentos indispensáveis para orientar a liquidação, no estrito e necessário período concernente com as promanações do comando sentencial, o qual deferiu reajustes salariais **a partir de março de 1.991 e até 30 de novembro de 1.992**. Os juros sobre salários pagos em atraso, por sua vez, restringem-se ao período entre os meses Março a Dezembro de 1.991.

Assim, a evolução salarial necessária foi colacionada, vez que juntou-se a documentação relativa aos meses de Janeiro de 1.991 a Dezembro do mesmo ano.

A reclamada, finalmente, externa sua vontade de exercer seu direito de nomear Assistente ao técnico designado para a efetuação dos cálculos liquidandos, consoante lhe assegura o art. 826 da CLT, ao determinar esta faculdade às partes.

Não se olvida, no presente caso, de que o prazo para a indicação de assistente técnico estaria atermado. Entretanto, para que a preclusão estendesse seus efeitos sobre o direito da Reclamada de indicar assistente, mister se faria o integral cumprimento do que dispõe o artigo 421 do CPC no que tange, inclusive, à intimação do despacho da nomeação do perito.

A Reclamada desde há muito não tem sido intimada da nomeação dos "experts" que incumbem-se de proceder aos cálculos liquidandos nas execuções a que responde perante a Justiça Laboral. O mesmo ocorreu no caso em apreço.

Todavia, faculdades se distinguem das expectativas ou mesmo das probabilidades de direito. A *facultas agendi* é um arbítrio atribuído à parte, como sujeito ou titular de um direito, representando, segundo lhe atribui a doutrina, um *direito facultativo*, exprimindo o próprio exercício do direito subjetivo da parte.

Por consistir no exercício de um direito, a faculdade é imprescritível, ou, como bem definiu BARTOLO, "*Facultas nunquam praescripti*".



Pertine reproduzir-se aresto que decidiu caso análogo:

“ A falta de intimação do despacho de nomeação de perito pode ser suprida, pelo juiz, com a ampliação do prazo do artigo 421, par. 1º, do CPC, para garantia da participação do assistente técnico na perícia”(STJ-3ª Turma, Resp 1932, rel. Min.Gueiros Leite, j. 14.05.90).

As especiais circunstâncias que sobreviram em relação à Reclamada e estão a impor celeridade em todos atos destinados a apurar seu passivo, consagram a exigência virtualmente indisponível de a Requerida manter efetiva participação no processo de levantamento do *quantum debeatur* desta e das demais liquidações em curso nesta Especializada.

Dessarte, requer-se a Vossa Excelência, que, considerando as ponderações suso, e tendo em vista o que dispõem as normas próprias ao tema vertente, digne-se de conceder a devolução do prazo à postulante para que, no tempo hábil, indique o assistente ao perito judicial, medida que certamente imprimirá maior celeridade e precisão à efetivação dos cálculos de liquidação, e, via de consequência, à presente demanda.

Termos em que,
Pede Juntada e Deferimento

Cuiabá, 8 de maio de 1 996.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT Nº 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT Nº 4.328

**EXMO SR DR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT**

CÓPIA

PROCESSO Nº: 1.360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

**RECLAMADA: CODEMAT CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE
MATO GROSSO.**

**ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO, CRC CT SP 94.292 "T" MT,
perito credenciado no processo em epígrafe, vem mui respeitosamente à Nobre
presença, solicitar de V. Excia prorrogação no prazo para os cálculos periciais por
mais 15(quinze) dias, devido a dificuldades de se obter as evoluções salariais.**

**Nestes Termos
P. Deferimento.**

Cuiabá-MT., 17 de maio de 1.996.


**ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO
CRC CT SP 94.292 "T" MT - PERITO**

**EXMO SR DR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT**

C Ó P I A

PROCESSO Nº: 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

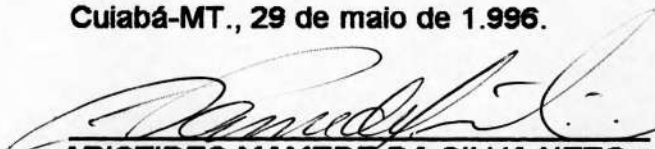
RECLAMADA: CODEMAT CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO, CRC CT SP 94.292 "T" MT, perito credenciado no processo em epígrafe, na folha de nº 119, vem mui respeitosamente à Nobre presença, apresentar parecer técnico referente ao processo em pauta, em que são partes DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO, como reclamante e CODEMAT- CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO, como reclamada.

Estimando meus honorários em R\$ 2.400,00(dois mil e quatrocentos reais), o equivalente a 15%(quinze por cento) do valor da ação, coloco-me desde já ao inteiro dispor de V. Excia para quaisquer esclarecimento que se façam necessários.

**Nestes Termos
P. Deferimento.**

Cuiabá-MT., 29 de maio de 1.996.


ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO
CRC CT SP 94.292 "T" MT - PERITO

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO.

RECLAMADA: CODEMAT CIA DE DESENV. DO ESTADO DE MATO GROSSO.

METODOLOGIA APLICADA

Este perito informa que para a elaboração do referido Laudo baseou-se única e exclusivamente nos exames dos documentos que me foram facultados para consulta, tomando por base a Sentença das Fls 104 à 112.

Os cálculos foram elaborados de conformidade com a lei, e obedecendo a r. sentença, conforme esclarecimentos abaixo:

VERBAS E DIREITOS DEFERIDOS E RECONHECIDOS:

- a) Diferenças Salariais pagamento das diferenças salariais conforme item 2.5;
- b) FGTS+40%(quarenta por cento), calculados sobre as diferenças salariais devidas;
- c) Férias proporcionais + 1/3, calculadas sobre as diferenças salariais cf. r. sentença;
- d) 13º salários proporcional, calculados sobre a diferenças salariais devidas;
- e) Correção Monetária em face ao atraso de pagamento dos salários, calculados de acordo com a lei, e,
- f) Juros, a razão de 1%(um por cento).

DETALHAMENTO SOBRE OS CÁLCULOS:

- Diferenças Salariais:

Sobre os percentuais de 94,57% a partir de março/91, 19,40% a partir de abril/91 e 44,80% a partir de maio/91, até 30.11.91, com todos os reflexos consectórios legais.

- O FGTS + 40%:

Foi calculado com base no percentual de 11,2%(8% + 40%), observadas as diferenças salariais existentes no período, inclusive sobre as férias e 13º.

- Os juros:

Aplicados a razão de 1%(um) por cento ao mês, a partir do ajuizamento da ação, obedecendo o Artigo nº 883 da Consolidação da Leis Trabalhistas e Decreto Lei nº 2322 de 27.02.82 e a Lei 8177 de 04.03.91.

- Atualização Monetária:

A atualização monetária sobre os créditos trabalhistas, foi feita com base na tabela do TRT-MT., do mês de 05/96.

- INSS:

Os cálculos teve por base os artigos 43 e 44, da Lei 8620/93, regulamentada pela ordem de Serviços do INSS/92 DAF de 16.09.93.

H.

- Férias + 1/3:

As férias + 1/3 proporcionais, foi calculadas sobre as diferenças salariais conforme a r. sentença.

- 13º Salários proporcional:

Foi calculado usando o mesmo critério do item acima.

- IRRF:

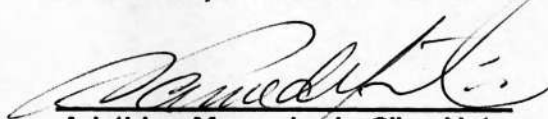
Esta rubrica foi calculada obedecendo a tabela divulgada pela SRF, para o mês de 05/96, tendo como base de cálculo o valor R\$ 14.011,03, abtendo 01 dependente e a parcela a deduzir de R\$ 315,00.

- Correção Monetária:

Os índices da correção monetária para os créditos trabalhistas em questão foram apurados conforme segue:

- Foi feita com base no salário líquido realmente em atraso, e o índice para corrigir a diferença foi o da TRD, pois era o índice oficial para a atualização de Tributos Federais.

Cuiabá-MT, 29 de maio de 1.996.



Aristides Mamede da Silva Neto
CRC-MT SP- 94.292 "T" SP
Perito Contador

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADO: CODEMAT- CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

QUADRO DEMONSTRATIVO-DIFERENÇAS SALARIAIS(ITEM 2,5)

Defere-se-lhe, então , o pagamento das diferenças salariais nos percentuais de 94,57% a partir de março/91, 19,40% a partir de abril/91 e 44,80% a partir de maio/91, limitadas a 30,11,91 , com todos os **reflexos e consectários legais.**"(negritei)

PERÍODO	SAL. + ATS PAGO	REAJUSTES	SAL. + ATS DEV.	DIFERENÇAS	INDICES TRT-MT	VLR ATUAL.	FGTS + 40%
mar/91	186109,59	94,57%	362113,43	176003,84	0,00633042	1114,18	124,79
abr/91	186109,79	19,40%	432362,43	246253,64	0,00581146	1431,09	160,28
mai/91	200652,00	44,80%	626060,80	425408,80	0,00533210	2268,32	254,05
jun/91	200652,00		626060,80	425408,80	0,00487396	2073,43	232,22
jul/91	200652,00		626060,80	425408,80	0,00442885	1884,07	211,02
ago/91	304152,00		626060,80	321908,80	0,00395610	1273,50	142,63
set/91	347678,00		626060,80	278382,80	0,00338765	943,06	105,62
out/91	367878,00		626060,80	258182,80	0,00282846	730,26	81,79
nov/91	371938,00		626060,80	254122,80	0,00216707	550,70	61,68
férias+1/3	533884,00		626060,80	92176,80	0,00216707	199,75	22,37
13º sal/ prop.	340943,17		573889,07	232945,90	0,00216707	504,81	56,54
TOTAL						12973,18	1453,00

H.

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE : DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADO : CODEMAT - CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

QUADRO DEMONSTRATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA EM FACE AO ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS

"Defere-se, pois, o pedido, com suporte jurídico no art. 147, da constituição do Estado de Mato Grosso, Acordo Coletivo de Trabalho e art. 459, da CLT de março a dezembro/91. (negritei)

PERÍODO	SAL.LIQ.PAGO	DT DO PGTO	IND.CM(TRD)	CM-TRD(PGTO)	VLR CORRIGIDO	INDICES TRT/MT	VLR ATUAL.
mar/91	106556,64	10/05/91	1,1609	1,296	118957,19	0,00533210	66,12
abr/91	177716,80	15/06/91	1,2596	1,435	202463,96	0,00487395	120,62
mai/91	200786,43	12/07/91	1,3727	1,5648	228885,12	0,00442886	124,45
jun/91	187556,93	15/08/91	1,5011	1,7451	218043,83	0,00395610	120,61
jul/91	223320,93	10/09/91	1,6525	1,9406	262255,13	0,00338765	131,90
ago/91	233079,16	14/10/91	1,8481	2,3239	293086,23	0,00282846	169,73
set/91	240293,20	17/11/91	2,1534	2,9249	326383,20	0,00216707	186,56
out/91	230039,20	10/12/91	2,5777	3,6522	325929,77	0,00168749	161,81
nov/91	725866,60	13/01/92	3,356	4,6942	1015304,83	0,00134483	389,25
dez/91+13º	583347,86	20/01/92	4,3045	4,9392	669362,70	0,00134483	115,68
TOTAL							1586,71

OBS.: 1 -) A Correção Monetária foi feita com base no salário líquido realmente pago em atraso e o Índice para corrigir a diferença foi o TRD, pois era o Índice oficial para atualização de Tributos Federais...

2 -) Correção s/ o Salário pago em atraso, contabilmente não há incidência do IR-Fonte, INSS e FGTS cfe Lei 7713/88, 8212 e IN 01/92, Item 5 Letra "O"...

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE : DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADO : CODEMAT - CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

RESUMO GERAL

Diferenças Salariais (Página 01)	12973,18
FGTS + 40% sobre Diferenças Salariais (Página 01)	1453,00
Correção sobre Salário pago em atraso (Página 02)	1586,71
TOTAL BRUTO I	16012,89
Juros de 1% ao mês (04/09/95 até 04/05/96)-8%	1281,03
TOTAL BRUTO II	17293,92
(-) INSS a Recolher conforme Lei 8620/93 Reg. Ordem Serviço nº 92 do INSS-DAF em 16/09/93	-1037,85
(-) IR a Recolher (14.011,03-INSS*25%-315,00) Obs. 01 Dependente	-2838,29
TOTAL LÍQUIDO DO RECLAMANTE	13417,78

OBS.: 1 -) Cálculos atualizados com base na Tabela do TRT-MT do mês 05/96.

2 -) A indenização da "Correção" sobre o Salário pago em atraso, não há incidência do IR-Fonte, INSS, FGTS cfe Lei 7713/88, 8212 e IN 01/92, Item 5 Letra "O".

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
JCJ - CUIABÁ MT
MIRANDA REIS, 441 - EDIF. BIANCHI, BANDEIRANTES

T.Nº: 02.119

(ADVOGADO DO RECLAMADO)

21/06/96

PROCESSO Nº: 1.360/95.
RECLAMANTE DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
RECLAMADO CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

Fica V.Sa. NOTIFICADO(A) de que nos autos do processo em epigrafe,
M. Juiz Presidente proferiu despacho, cujo teor é o seguinte:
Desp. de fls. 38 - Vistos, etc. Vista às partes do laudo apresentado pelo Sr. Perito,
prazo 10 dias. I. Em 10.06.96 - Roseli D. M. Xocaira - Juiza do Trabalho.

CERTIFICO que o presente expediente
foi encaminhado ao destinatário, via
postal em 24/06/96.

Paulo Roberto Ferreira Rodrigues
Diretor Auxiliar Secretaria

26/6/96


Cópia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT.**

IN PROCESSO Nº 1.360/95

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE
MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO**, já devidamente
qualificada nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe
move **DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO**, vem à presença de Vossa
Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls., apresentar
IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS da lavra do perito nomeado pelo
Juízo, o que faz fundamentado nos relevantes motivos que a seguir expõe.

A Reclamada impugna nos precisos termos do art. 879,
Par. 2º, da CLT, os seguintes itens do laudo pericial:

1 - O laudo objurgado inclui entre as verbas que calcula, a
multa de 40% sobre o FGTS. Ocorre para tal, evidente equívoco, uma vez que
a citada verba **não foi deferida pela r. sentença**. Além disso, seria
impossível inclui-la entre as verbas em liquidação, uma vez que os 40%
representam **multa por demissão sem justa causa**, ou seja, seriam devidas
na hipótese de acolhimento de diferenças salariais para obreiros demitidos, o
que não ocorreu no caso vertente, onde inexistiu rompimento de contrato
laboral.

As diferenças sobre o FGTS (8%) estão corretas, o que
não procede é o cálculo sobre os 40%, que devem ser excluídos da presente
liquidação.

2 - Outra inclusão indevida é a que se vê no quadro
demonstrativo de diferenças salariais do laudo em apreço, onde ocorre a
incorporação do ATS no salário base para os cálculos dos reajustes. Tal
metodologia não procede por tres motivos:

Primeiramente, diferenças sobre o ATS não foram objeto de pedido na inicial. Assim, não poderiam ser sequer deferidas, quanto menos então, calculadas em liquidação de sentença.

Em segundo lugar, o comando sentencial que ora se liquida não deferiu a inclusão de diferenças salariais sobre o ATS, e a função pericial é adstrita essencialmente ao contido na sentença.

Finalmente, os reajustes salariais são calculados sobre o salário base, e não sobre ele incorporado de outras verbas. Agindo assim, incide-se no *bis in idem*.

Caso o autor houvesse pleiteado na inicial, o que não ocorreu, as diferenças dos reajustes poderiam incidir sobre o ATS. Todavia, ao incorpora-lo ao salário base para proceder aos reajustes deferidos, na prática, o laudo pericial está lançando reajustes também sobre esta verba, a qual não foi pleiteada.

Por outro lado, a maior prova da impropriedade do cálculo do salário base integrado ao ATS é o próprio Termo Aditivo, móvel e arrimo dos reajustes, que determinou:

“ Na próxima data base da categoria, ou seja, MAIO/91 a empresa reajustará o **salário** dos servidores no percentual de...”(grifamos).

É princípio basilar do universo jurídico e técnica essencial da redação legislativa, que nenhuma palavra no texto de diploma legal, seja o mesmo lei, decreto, portaria, contrato, enfim, de todo o gênero, está ali gratuitamente. Cada palavra tem a específica função de esclarecer, determinar, fazer lei *erga omnes* ou entre as partes.

Assim, deve-se ter como certo que a celebração do acordo coletivo estabeleceu os reajustes sobre o salário, e **não sobre a remuneração**, que a CLT conceitua como sendo o montante final dos proventos do obreiro, ou seja, o somatório do salário base e quaisquer outras vantagens.

O próprio ACT, origem do Termo Aditivo, especificou em sua cláusula 01. SALARIAL:

“1.1. Reajuste de trinta por cento(30%), a partir de abril, **tendo como base cálculo o salário de 31.03.90.**

1.2. Reajuste de vinte por cento(20%), em maio, **tendo como base de cálculo o salário de 30.04.90...**

E assim sucessivamente. A leitura do ACT e TA, juntados com a presente e já colacionados aos presentes autos, não permite dúvidas sobre a imposição da norma livremente avençada.

3 - Por outro lado, indiscutivelmente está a merecer expurgo do Laudo Pericial os valores atribuídos ao crédito do Reclamante a título de 13º salário relativo a dezembro de 1.991, como consta do Demonstrativo de fls.

Realmente, MM Juiz, a toda prova essa verba se mostra indevida, porque além de inincidível qualquer correção sobre a gratificação natalina porque efetivamente paga a tempo, sobre ela não houve nenhuma manifestação sentencial a passo de não integrar a peça madrugadora pedido a esse título.

4 - Outro ponto carecedor de retificação é o que faz incluir no quadro “DIFERENÇAS SALARIAIS” as verbas “ Férias+1/3” e “13º sal/prop.”

A r. sentença faz remissão, é certo, aos “reflexos e consectários legais”. Porém, não especificou sobre quais consectários legais deveriam refletir os reajustes, sendo certo que apenas aqueles pleiteados especificamente na peça de intróito poderiam ser abrangidos em liquidação.

O Reclamante requereu reflexos nas férias, 13º salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS, e tão somente estas verbas. Não se requereu **abono de 1/3 e verbas proporcionais**. A r. sentença não as deferiu especificamente. São inexecutáveis, portanto.

Por outro tanto, o Reclamante não desfrutou de férias no período cujas diferenças o r. *decisum* julgou procedente, ou seja, de março a

novembro de 1.991(deve-se atentar para a limitação do comando sentencial: "Assim, qualquer diferença a ser apurada deverá limitar-se a 30.11.91"). Não existem, portanto, diferenças a serem apuradas relativamente a férias.

Sendo limitados a Nov/91, por conseguinte, não há possibilidade de computar-se reflexos sobre o 13º salário, que fora pago em DEZ/91.

Como exaustivamente demonstrado, portanto, os cálculos liquidandos devem ser retificados no sentido de extrair-se as operacionalizações que incluíram as verbas: reflexos sobre férias e 1/3 e 13º salário.

A Reclamada apresenta a seguir os cálculos que efetuou em estrita observância aos termos da r. sentença e aos pedidos da exordial, abaixo discriminados.

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULOS

1 - REAJUSTES SALARIAIS DEFERIDOS PELA R. SENTENÇA

<u>MÊS/ANO</u>	<u>SALÁRIO ORIGINAL</u>	<u>ÍNDICE DO REAJUSTE</u>	<u>SALÁRIO REAJUSTADO</u>
FEV/91	163.254,20	94,57%	317.643,69
MAR/91	317.643,69	19,40%	379.266,56
ABR/91	379.266,56	44,80%	549.177,97
MAI/91	549.177,97		

2 - DIFERENÇAS SALARIAIS ORIUNDAS DOS REAJUSTES

<u>MÊS/ANO</u>	<u>SALÁRIO DEVIDO</u>	<u>SALÁRIO PAGO</u>	<u>DIFERENÇA</u>	<u>ÍND. ATUAL</u>	<u>VALOR ATUAL</u>
MAR/91	317.643,69	163.254,20	154.389,49	0,00633042	977,34
ABR/91	379.266,56	163.254,20	216.012,36	0,00581146	1.255,33
MAI/91	549.177,97	163.300,00	385.877,97	0,00533210	2.057,53
JUN/91	549.177,97	163.300,00	385.877,97	0,00487395	1.880,73
JUL/91	549.177,97	163.300,00	385.877,97	0,00442885	1.708,97
AGO/91	549.177,97	266.800,00	282.377,97	0,00395610	1.117,11
SET/91	549.177,97	302.500,00	246.677,97	0,00338765	835,64
OUT/91	549.177,97	322.700,00	226.477,97	0,00282846	640,57
NOV/91	549.177,97	322.700,00	226.477,97	0,00216707	490,77
TOTAL DESTE SUB-ITEM.....			R\$ 10.963,99		

3 - CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE SALÁRIOS ATRASADOS

<u>MÊS/ANO</u>	<u>SALÁRIO LÍQUIDO</u>	<u>DIAS ATRASO</u>	<u>VALOR CORREÇÃO</u>	<u>ÍND. ATUAL</u>	<u>VL. ATUAL</u>
----------------	------------------------	--------------------	-----------------------	-------------------	------------------

MAR/91	106.556,64	35	10.673,75	0,00533210	56,91
ABR/91	177.716,80	40	22.301,17	0,00487395	108,69
MAI/91	200.786,43	67	25.168,68	0,00442885	111,46
JUN/91	187.556,93	40	26.005,37	0,00395610	102,87
JUL/91	223.320,93	35	35.318,70	0,00338765	119,64
AGO/91	233.079,16	39	52.196,36	0,00282846	147,63
SET/91	240.293,20	42	74.258,15	0,00216707	160,91
OUT/91	230.039,20	35	84.930,11	0,00168749	143,31
NOV/91	725.866,60	38	242.079,22	0,00134483	325,54
DEZ/91	233.177,80	15	25.587,31	0,00134483	34,40

TOTAL DESTE SUB-ITEM.....RS 1.311,36

4 - REFLEXOS DAS VERBAS SUPRA SOBRE O FGTS

SUB-ITEM 01.....	-
SUB-ITEM 02.....	10.963,99
SUB-ITEM 03.....	<u>1.311,36</u>
TOTAL.....	12.275,35

$$12.275,35 \times 8\% = 982,02$$

TOTAL DESTE SUB-ITEM.....RS 982,02

5 - JUROS DE MORA (SIMPLES, 1% AO MÊS) - 269 DIAS

SUB-ITEM 01.....	-
SUB-ITEM 02.....	10.963,99
SUB-ITEM 03.....	1.311,36
SUB-ITEM 04.....	<u>982,02</u>
TOTAL.....	13.257,37

$$\frac{13.257,37 \times 269}{3000} = 1.188,74$$

PRINCIPAL =	13.257,37
JUROS =	1.188,74
TOTAL =	14.446,11

TOTAL DESTE SUB-ITEM.....RS 14.446,11

6 - DESCONTOS

INSS =	1.155,68
IRRF =	3.007,60
TOTAL=	4.163,28

PRINCIPAL =	14.446,11
DESCONTOS =	4.163,28
TOTAL =	10.282,83

TOTAL LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE - R\$ 10.282,83 (Dez mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e três centavos).

Face ao exposto, é a presente para requerer a Vossa Excelência dignar-se de determinar ao Perito do Juízo que retifique os itens apontados na presente impugnação, adequando o laudo à precisão plena que habilitará a homologação do crédito do Requerente na presente Execução.

Pede Deferimento.

Cuiabá, 08 de julho de 1.996

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT N° 4.328



NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA

EXMO SR DR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

J. conclusos.

Em 05/08/96

Rozina M. de Barros Caldas Costa
Rozina M. de Barros Caldas Costa
Juiza do Trabalho Substituta

PROCESSO Nº: 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADA: CODEMAT - CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO, CRC CT SP 94.292 "T" MT,
perito credenciado no processo em epígrafe, na folha de nº 120, vem mui
respeitosamente à Nobre Presença, apresentar novas planilhas de cálculos e
exclarecimentos sobre os mesmos conforme intimação na folha de nº 153.

Nestes Termos
P. Deferimento.

Cuiabá-MT., 31 de julho de 1.996.

Aristides Mamede da Silva Neto
ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO
CRC CT SP 94.292 "T" MT - PERITO

034761

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO.

RECLAMADA: CODEMAT- CIA DE DENSEV. DO EST. DE MATO GROSSO

Em atendimento ao requerido na folha de nº 153, quando V. Excia solicita esclarecimentos, abaixo os fazemos.

Contesta a Reclamada a multa de 40% sobre o FGTS, a qual excluimos dos cálculos, uma vez que não houve dispensa da Reclamante.

As demais contestações não procedem, vez que, tão somente cumprimos o que determinou O EXCELENTÍSSIMO na r. sentença, que no parágrafo final do item 2.5 determina: DEFERE-SE-LHE, ENTÃO A PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS NOS PERCENTUAIS DE 94,57% A PARTIR DE MARÇO/91, 19,40% A PARTIR DE ABRIL/91 E 44,80% A PARTIR DE MAIO/91, LIMITADAS A 30.11.91, **COM TODOS OS REFLEXOS E CONECTÁRIOS LEGAIS.** destaque e grifo nosso.

Alega, ainda, na contestação que na inicial a reclamante não pleiteia as diferenças sobre o ATS, o que não fora observado pela Reclamada, no parágrafo 3 da inicial, página 04 diz: Essas diferenças devem refletir nas férias, 13º salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS com as cominações do Art. 22 da Lei nº 8036/90, em virtude do enunciado é que mantemos os cálculos com todos os reflexos conectários legais determinados na r. sentença.

METODOLOGIA APLICADA

Este perito informa que para a elaboração do referido Laudo baseou-se única e exclusivamente nos exames dos documentos que me foram facultados para consulta, tomando por base a Sentença das Fls 104 à 112.

Os cálculos foram elaborados de conformidade com a lei, e obedecendo a r. sentença, conforme esclarecimentos abaixo:

VERBAS E DIREITOS DEFERIDOS E RECONHECIDOS:

- a) Diferenças Salariais pagamento das diferenças salariais conforme item 2.5;
- b) FGTS a base de 8%(oito por cento), calculados sobre as diferenças salariais devidas;
- c) Férias proporcionais + 1/3, calculadas sobre as diferenças salariais cf. r. sentença;
- d) 13º salários proporcional, calculados sobre a diferenças salariais devidas;
- e) Correção Monetária em face ao atraso de pagamento dos salários, calculados de acordo com a lei, e,
- f) Juros, a razão de 1%(um por cento).

DETALHAMENTO SOBRE OS CÁLCULOS:

157
2

- Diferenças Salariais:

Sobre os percentuais de 94,57% a partir de março/91, 19,40% a partir de abril/91 e 44,80% a partir de maio/91, até 30.11.91, com todos os reflexos consectórios legais.

- O FGTS 8%(oito por cento):

Foi calculado com base no percentual de 8%, observadas as diferenças salariais existentes no período, inclusive sobre as férias e 13º.

- Os juros:

Aplicados a razão de 1%(um) por cento ao mês, a partir do ajuizamento da ação, obedecendo o Artigo nº 883 da Consolidação das Leis Trabalhistas e Decreto Lei nº 2322 de 27.02.82 e a Lei 8177 de 04.03.91.

- Atualização Monetária:

A atualização monetária sobre os créditos trabalhistas, foi feita com base na tabela do TRT-MT., do mês de 05/96.

- INSS:

Os cálculos teve por base os artigos 43 e 44, da Lei 8620/93, regulamentada pela ordem de Serviços do INSS/92 DAF de 16.09.93.

- Férias + 1/3:

As férias + 1/3 proporcionais, foi calculadas sobre as diferenças salariais conforme a r. sentença.

- 13º Salários proporcional:

Foi calculado usando o mesmo critério do item acima.

- IRRF:

Esta rubrica foi calculada obedecendo a tabela divulgada pela SRF, para o mês de 05/96, tendo como base de cálculo o valor R\$ 14.011,03, abatendo a 01 dependente e parcela a deduzir de R\$ 315,00.

- Correção Monetária:

Os índices da correção monetária para os créditos trabalhistas em questão foram apurados conforme segue:

- Foi feita com base no salário líquido realmente em atraso, e o índice para corrigir a diferença foi o da TRD, pois era o índice oficial para a atualização de Tributos Federais.

Para tanto, apresentamos novas planilhas de cálculos.

Cuiabá-MT, 31 de julho de 1.996.


Aristides Mamede da Silva Neto
CRC-MT SP- 94.292 "T" SP
Perito Contador

PROCESSO Nº 1360/95
 RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
 RECLAMADA: CODEMAT-CIA DE DESENV. DO EST DE MATO GROSSO

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DIFERENÇA SALARIAIS(ITEM 2.5)

Defere-se-lhe, então, o pagamento das diferenças salariais nos percentuais de 94,57% a partir de março/91, 19,40% a partir de abril/91 e 44,80% a partir de maio/91, limitadas a 30,11,91, com todos os **reflexos e consectários legais**.(grifei)

PERÍODO	SAL+ ATS PAGO	REAJUSTES	SAL+ATS DEV.	DIFERENÇA	INDICES TRT-MT	VLR ATUAL.	FGTS 8%
mar/91	186.109,59	94,57%	362.113,43	176.003,84	0,00633042	1.114,18	89,13
abr/91	186.109,59	19,40%	432.362,43	246.253,64	0,00581146	1.431,09	114,49
mai/91	200.652,00	44,80%	626.060,80	425.408,80	0,00533210	2.268,32	181,46
jun/91	200.652,00		626.060,80	425.408,80	0,00487396	2.073,43	165,87
jul/91	200.652,00		626.060,80	425.408,80	0,00442885	1.844,07	150,72
ago/91	304.152,00		626.060,80	321.908,80	0,00395610	1.273,50	101,88
set/91	347.678,00		626.060,80	278.382,80	0,00338765	943,06	75,44
out/91	367.878,00		626.060,80	258.182,80	0,00282846	730,26	58,42
nov/91	371.938,00		626.060,80	254.122,80	0,00216707	550,70	44,05
férias+1/3	533.884,00		626.060,80	92.176,80	0,00216707	199,75	15,98
13º sal/prop.	340.943,17		573.889,07	232.945,90	0,00216707	504,81	40,38
TOTAL						12.973,18	1.037,82



PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA COMPOS PEDROSO

RECLAMADA: CODEMAT-CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

QUADRO DEMONSTRATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA EM FACE AO ATRASO DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS(item 2.6).

Defere-se, pois, o pedido, com suporte jurídico no art. 147, da constituição do Estado de Mato Grosso, Acordo Coletivo de Trabalho art. 459, da CLT de **março a dezembro/91.** (negritei)

PERÍODO	SAL.LIQ PAGO	DT DO PAGTO	IND.COM(TRD)	CM-TRD(PGTO)	VLR CORRIGIDO	INDICES TRT/	VLR ATUAL.
mar/91	106.556,64	10/05/91	1,1609	1,2960	118.957,19	0,00533210	66,12
abr/91	177.716,80	15/06/91	1,2596	1,4350	202.463,96	0,00487395	120,62
mai/91	200.786,43	12/07/91	1,3727	1,5648	228.885,12	0,00442886	124,45
jun/91	187.556,93	15/08/91	1,5011	1,7451	218.043,83	0,00395610	120,61
jul/91	223.320,93	10/09/91	1,6525	1,9406	262.255,13	0,00338765	131,90
ago/91	233.079,16	14/10/91	1,8481	2,3239	293.086,23	0,00282846	169,73
set/91	240.293,20	17/11/91	2,1534	2,9249	326.383,20	0,00216707	186,56
out/91	230.039,20	10/12/91	2,5777	3,6522	325.929,77	0,00168749	161,81
nov/91	725.866,60	13/01/92	3,3560	4,6942	1.015.304,83	0,00134483	389,25
dez/91+13º	583.347,86	20/01/91	4,3045	4,9392	669.362,70	0,00134483	115,68
TOTAL							1.586,71

OBS: 1 -) A Correção Monetária foi feita com base no salário líquido realmente pago em atraso e o índice, para corrigir a diferença foi o TRD pois era o índice oficial para atualização dos tributos federais...
 2 -) Correção s/o salário pago em atraso, contabilmente não há incidência do IR-Fonte, INSS e FGTS conforme Lei 7713/88, 8212 e IN 01/92, item 5 Letra "O"...

1360/95

PROCESSO Nº 1360/95
RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
RECLAMADO: CODEMAT-CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

RESUMO GERAL:

Diferenças Salariais(página 01)	12.973,18
FGTS 8% sobre Diferenças Salariais(página 01)	1.037,82
Correção sobre Salário pago em atraso(página 02)	1.586,71
TOTAL BRUTO I	15.597,71
Juros de 1% ao mês(04/05/95 até 04/05/96)-8%	1.247,81
TOTAL BRUTO II	16.845,52
(-) INSS a Recolher conforme Lei 8620/93 Reg. Ordem Serviço nº 92 do INSS-DAF em 16/09/93	(1.037,85)
(-) IR a Recolher (14.011,03-INSS*25%-315,00)- 01 Dependente	(2.838,29)
TOTAL LÍQUIDO DO RECLAMANTE	12.969,38

OBS: 1 -) Cálculos atualizados com base na Tabela do TRT-MT do mês 05/96.
2 -) A indenização da "Correção" sobre o salário pago em atraso, não há incidência do IR-Fonte, INSS, FGTS conforme Lei 7713/88, 8212 e IN 01/92 item 5 Letra "O".

162

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT.

PROCESSO Nº 1.360/95

Reclamante: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
Reclamada: CODEMAT CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE
MATO GROSSO

Vistos, etc...

CODEMAT CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, já qualificada nos autos em epígrafe, onde contende com DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO, também qualificada, apresentou **IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS**, aduzindo, em síntese, que o cálculo em que se alicerça não obedece aos parâmetros fixados pela r. sentença exequenda.

Não houve impugnação aos cálculos, pela reclamante.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO:

1. **IMPUGNAÇÃO DA RECLAMADA**

A reclamada impugna o laudo pericial, que inclui o acréscimo de 40% sobre o FGTS, considerando que não havia sido dispensado imotivadamente a reclamante, quando da propositura da ação, não havendo deferimento da verba na sentença.

O sr. Perito reconheceu o equívoco, e apresentou novos cálculos onde exclui dita verba, restando sanado o erro.

2. **INCORPORAÇÃO DO ATS**



Insurge-se a reclamada contra a inclusão do ATS no salário base para cálculo de reajuste salarial, argumentando que diferenças de ATS não foram objeto de pedido e por essa razão a sentença não determinou a inclusão de diferenças salariais sobre ATS e o termo aditivo prevê índices para reajuste salarial calculado sobre salário e não remuneração. Argumenta que a lei não contém letra morta, de forma que, deve-se respeitar a vontade das partes que firmaram o termo aditivo, aplicando os índices sobre o salário, tão somente.

Observa-se da exordial que a reclamante pleiteou diferenças sobre os salários com reflexos nas férias, 13º salário, licença-prêmio, gratificações e FGTS.

A r. sentença também não contém letras mortas. E a sentença deferiu as diferenças salariais com TODOS OS reflexos E CONSECUTÓRIOS LEGAIS. Busca-se com o provimento jurisdicional reparar uma lesão a direito, fazendo com que a parte inadimplente cumpra da forma mais integral possível aquilo a que reconhecidamente se fez obrigada, colocando as partes na situação mais próxima possível daquela em que estariam se a obrigação fosse cumprida tempestiva e espontaneamente. No caso em análise, tem a sentença exequenda por finalidade fazer com que a empregadora conceda reajuste salarial, cumprindo agora aquilo a que se obrigara em 1991, reparando aqui a sua omissão.

Consecutórios são os resultados, consequências de uma ação. Assim, consecutórios legais são todas as consequências que a lei reconhece para um determinado ato praticado.

Ora, a r. sentença determinou a majoração salarial em determinado período, fazendo com que a empregadora pague os reajustes pactuados em 1991. O adicional por tempo de serviço tem como base de cálculo o salário. Destarte, majorado o salário, é consequência legal a majoração do adicional por tempo de serviço. Somente assim as partes alcançarão integral reparação ao direito violado.

E, ressalte-se, nem o próprio termo aditivo permite a interpretação dada pela executada. Isto porque, sabendo as partes convenientes que o adicional por tempo de serviço tem como base de cálculo o salário, deveriam pactuar EXPRESSAMENTE que os reajustes não incidiriam sobre a verba, se desejassem mesmo não ver os reajustes convencionados incidindo sobre o ATS.

Isto posto, corretos os cálculos quando incluem o ATS para cálculo dos reajustes salariais.

3. 13º SALÁRIO 1991

Insurge-se a reclamada contra a inclusão no cálculo de 13º salário devido em dezembro/91, porque não houve pedido nem condenação.

Equivoca-se parcialmente, a reclamada eis que houve **pedido** de reflexos das diferenças salariais sobre verbas, entre elas, a gratificação natalina.



164

Entretanto, a sentença liquidanda limitou os efeitos da condenação quanto às diferenças salariais à data de 30.11.1991 e ao deferir reflexos, por óbvio limita seus efeitos à mesma data.

E porque limita os efeitos à data de 30.11.1991, explica a sra. Perita que calculou a gratificação natalina proporcionalmente considerando o tempo de vigência do acordo e do termo aditivo.

Razão não assiste à expert, entretanto, eis que a metodologia de cálculo aplicada contraria o disposto no parágrafo 1º do art. 1º da Lei 4090/62:

" A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente. "
(grifei)

Destarte, a metodologia de cálculo com proporcionalidade das diferenças é incorreta e, não projetando as diferenças salariais seus efeitos em dezembro/91 porque imposto na sentença limitação à data de 30.11.1991, improcedente o reflexo.

4. FÉRIAS

No tocante às férias, razão assiste à reclamada. A reclamante pleiteou reflexos sobre férias com adicional de 1/3 e a sentença não especificou as verbas onde refletem as diferenças salariais.

Por óbvio, as diferenças salariais geram reflexos sobre as verbas postuladas na exordial, que efetivamente foram devidas no período de incidência da sentença.

A própria reclamada juntou aos autos ficha financeira de fl. 130 que comprova o pagamento de férias em novembro/91. Logo, porque não observado naquela época, o reajuste pactuado, impõe-se agora, para integral reparação da lesão, a incidência das diferenças salariais também sobre as férias pagas em novembro/91.

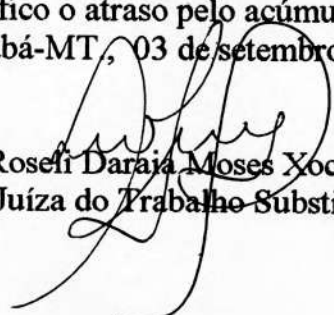
1.

ISTO POSTO, acolho em parte a impugnação ofertada, determinando o refazimento do cálculo, com observância dos parâmetros supra fixados.

Ao sr. Perito.

Justifico o atraso pelo acúmulo de serviço.

Cuiabá-MT, 03 de setembro de 1996.


Roseli Daraja Moses Xocaira
Juíza do Trabalho Substituta

09/10/96

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO
A/C Dr(a): NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO
CPA

JUSTIÇA DO TRABALHO
23ª REGIÃO - CUIABÁ-MT

582

**EXMO. SR DR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT**

16 3 5 93

DISTRIBUIÇÃO

C Ó P I A

PROCESSO Nº: 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

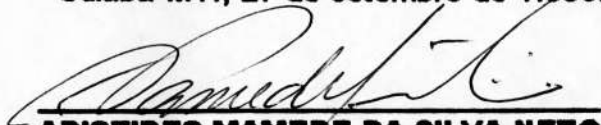
RECLAMADA: CODEMAT - CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO, CRC CT SP 94.292 "T" MT,
perito credenciado no processo em epígrafe, na folha de nº 165, vem mui
respeitosamente à Nobre Presença, apresentar novas planilhas de cálculos,
conforme a vistos no processo em epígrafe nas páginas de nº 162 à 164, onde
pede a exclusão da verba reflexos do 13º salário proporcional, o que fizemos.

Que os novos cálculos resultou em R\$ 12.205,55(doze mil,
duzentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), quantia esta devida à
reclamante.

**Nestes Termos
P. Deferimento.**

Cuiabá-MT., 27 de setembro de 1.996.


ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO
CRC CT SP 94.292 "T" MT

1360/95

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADA: CODEMAT-CIA DE DESENV. DO EST DE MATO GROSSO

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DIFERENÇA SALARIAIS(ITEM 2.5)

Defere-se-lhe, então, o pagamento das diferenças salariais nos percentuais de 94,57% a partir de março/91, 19,40% a partir de abril/91 e 44,80% a partir de maio/91, limitadas a 30,11,91, com todos os reflexos e consectários legais.(grifei)

PERÍODO	SAL+ ATS PAGO	REAJUSTES	SAL+ATS DEV.	DIFERENÇA	INDICES TRT-MT	VLR ATUAL.	FGTS 8%
mar/91	186.109,59	94,57%	362.113,43	176.003,84	0,00633042	1.114,18	89,13
abr/91	186.109,59	19,40%	432.362,43	246.253,64	0,00581146	1.431,09	114,49
mai/91	200.652,00	44,80%	626.060,80	425.408,80	0,00533210	2.268,32	181,46
jun/91	200.652,00		626.060,80	425.408,80	0,00487396	2.073,43	165,87
jul/91	200.652,00		626.060,80	425.408,80	0,00442885	1.844,07	150,72
ago/91	304.152,00		626.060,80	321.908,80	0,00395610	1.273,50	101,88
set/91	347.678,00		626.060,80	278.382,80	0,00338765	943,06	75,44
out/91	367.878,00		626.060,80	258.182,80	0,00282846	730,26	58,42
nov/91	371.938,00		626.060,80	254.122,80	0,00216707	550,70	44,05
férias+1/3	533.884,00		626.060,80	92.176,80	0,00216707	199,75	15,98
TOTAL						12.428,36	997,44

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA COMPOS PEDROSO

RECLAMADA: CODEMAT-CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

QUADRO DEMONSTRATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA EM FACE AO ATRASO DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS(item 2.6).

Defere-se, pois, o pedido, com suporte jurídico no art. 147, da constituição do Estado de Mato Grosso, Acordo Coletivo de Trabalho art. 459, da CLT de março a dezembro/91. (negritei)

PERÍODO	SAL.LIQ PAGO	DT DO PAGTO	IND.COM(TRD)	CM-TRD(PGTO)	VLR CORRIGIDO	INDICES TRT/	VLR ATUAL.
mar/91	106.556,64	10/05/91	1,1609	1,2960	118.957,19	0,00533210	66,12
abr/91	177.716,80	15/06/91	1,2596	1,4350	202.463,96	0,00487395	120,62
mai/91	200.786,43	12/07/91	1,3727	1,5648	228.885,12	0,00442886	124,45
jun/91	187.556,93	15/08/91	1,5011	1,7451	218.043,83	0,00395610	120,61
jul/91	223.320,93	10/09/91	1,6525	1,9406	262.255,13	0,00338765	131,90
ago/91	233.079,16	14/10/91	1,8481	2,3239	293.086,23	0,00282846	169,73
set/91	240.293,20	17/11/91	2,1534	2,9249	326.383,20	0,00216707	186,56
out/91	230.039,20	10/12/91	2,5777	3,6522	325.929,77	0,00168749	161,81
nov/91	725.866,60	13/01/92	3,3560	4,6942	1.015.304,83	0,00134483	389,25
TOTAL							1.471,05

OBS: 1 -) A Correção Monetária foi feita com base no salário líquido realmente pago em atraso e o índice, para corrigir a diferença foi o TRD pois era o índice oficial para atualização dos tributos federais...
2 -) Correção s/o salário pago em atraso, contabilmente não há incidência do IR-Fonte, INSS e FGTS conforme Lei 7713/88, 8212 e IN 01/92, item 5 Letra "O"...

47.

1360/95

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADO: CODEMAT-CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

RESUMO GERAL:

Diferenças Salariais(página 01)	12.428,36
FGTS 8% sobre Diferenças Salariais(página 01)	997,44
Correção sobre Salário pago em atraso(página 02)	1.471,05
TOTAL BRUTO I	14.896,85
Juros de 1% ao mês(04/05/95 até 04/05/96)-8%	1.191,74
TOTAL BRUTO II	16.088,59
(-) INSS a Recolher conforme Lei 8620/93 Reg. Ordem Serviço nº 92 do INSS-DAF em 16/09/93	(994,26)
(-) IR a Recolher (13.899,41-INSS*25%-315,00)- 01 Depedente	(2.888,78)
TOTAL LÍQUIDO DO RECLAMANTE	12.205,55

OBS: 1 -) Cálculos atualizados com base na Tabela do TRT-MT do mês 05/96.

2 -) A indenização da "Correção" sobre o salário pago em atraso, não há incidência do IR-Fonte, INSS, FGTS conforme Lei 7713/88, 8212 e IN 01/92 item 5 Letra "O".

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO
3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT
Proc. 1360/95



VENCIMENTO DE PRAZO

Certifico que em 21/10/96 decorreu o prazo de 05 (cinco) dias para as partes manifestarem-se sobre os cálculos.

Cuiabá, 25/10/96 (6ª feira)

Nádia
NÁDIA RAQUEL DA SILVA
Assistente de Juiz

CONCLUSÃO

Nesta data faço concluso os presentes autos ao MM. Juiz Presidente.

Cuiabá, 25/10/96 (6ª feira)

Nádia
NÁDIA RAQUEL DA SILVA
Assistente de Juiz

Vistos, etc...

Homologo os cálculos apresentados pelo Sr.(a) Perito(a) e fixo o crédito do exequente em R\$ 12.205,55, valor líquido das contribuições sociais, expressão monetária em 04/05/96.

Custas processuais arbitradas em sentença. - 60,00
Honorários periciais são arbitrados em R\$

500,00.

Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação.

Faça a Secretaria constar no mandado que o devedor deverá comprovar, no prazo legal, o recolhimento das parcelas devidas a título de contribuição previdenciária no valor de R\$ 994,26 e IRRF no valor de R\$ 2.888,78, consoante Provimentos 01/93 e 02/93 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, sob as penas da lei.

Em 25/10/96 (6ª feira)

Rosely Darcia Alves Xexum
Rosely Darcia Alves Xexum
Juiz de Trabalho Substituta

02-12-96
DZ-04-12
29,56

JT/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

Rua Miranda Reis, 441- Nesta- CEP 78010-080 F: 624-7398 - R 123

PROCESSO	1360/95
MANDADO	1076/96

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO para ser cumprido na forma abaixo:

O MM. Juiz Presidente da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá, sita à Rua Miranda Reis, 441, Ed. Bianchi, Bairro Bandeirantes, que abaixo assina,

MANDA ao Oficial de Justiça -Avaliador, a quem for este distribuído, passado a favor de DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO exequente nos autos do Proc. 1360/95 que tramita pela 3ª JCJ de CUIABÁ, cite a CODEMAT - CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO, para em 48 horas pagar a quantia de R\$ 12.765,55 (doze mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) correspondente ao crédito do exequente, custas processuais e honorários periciais e suas respectivas atualizações:

CRÉDITO DO EXEQUENTE	R\$ 12.205,55
CUSTAS PROCESSUAIS	R\$ 60,00
HONORÁRIOS PERICIAIS	R\$ 500,00
TOTAL GERAL	R\$ 12.765,55

(Valores em 25.10.96, após esta data sujeitos a atualização).

Nos termos da decisão de fl 174 cujo teor é o seguinte: " Vistos, etc... Homologo os cálculos apresentados pelo Sr. Perito e fixo o crédito do exequente em R\$ 12.205,55, valor líquido das contribuições sociais, expressão monetária em 04/05/96. Custas processuais arbitradas em sentença Honorários periciais são arbitrados em R\$ 500,00. Expeça-se mandado de citação, penhora avaliação. Faça a secretaria constar no mandado que o devedor deverá comprovar, no prazo legal, recolhimento das parcelas devidas a título de contribuição previdenciária no valor de R\$ 994,26, IRRF no valor de R\$ 2.888,78, consoante Provimentos 01/93 e 02/93 da Corregedoria Geral de Justiça do Trabalho, sob as penas da lei. Cuiabá/MT, 25/10/96 (6ª feira) - Drª Roseli Daraia Mos Xocaira - Juíza do Trabalho Substituta."

Não pago o débito ou feita a garantia, no prazo supra, PENHORE E AVALIE tantos bens quanto bastem para integral quitação da dívida.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO IMEDIATO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXÍLIO DE FORÇA POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia ou hora (C. de P. art. 770 e § único; C.P.C. art. 172 §§ 1º e 2º).

O QUE CUMPRA, NA FORMA DA LEI.

Eu, Eduardo de Castilho Pereira, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi seis dias do mês de novembro de 1996.

Roseli Daraia Mos Xocaira
Juíza do Trabalho Substituta

ENDEREÇO DO EXECUTADO: CPA - BLOCO GPC - CUIABÁ/MT

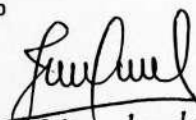
ORIGINAL ASSINADO



**EXMO SR DR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT**

J.Vista às partes, prazo 05 dias. I.

Em 01.10.96


José Miranda de Castro
Juiz do Trabalho Substituto

PROCESSO Nº: 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADA: CODEMAT - CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

ARISTIDES MAMEDE DA SILVA NETO, CRC CT SP 94.292 "T"MT,
perito credenciado no processo em epígrafe, na folha de nº 165, vem mui
respeitosamente à Nobre Presença, apresentar novas planilhas de cálculos,
conforme a vistos no processo em epígrafe nas páginas de nº 162 à 164, onde
pede a exclusão da verba reflexos do 13º salário proporcional, o que fizemos.

Que os novos cálculos resultou em R\$ 12.205,55(doze mil,
duzentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), quantia esta devida à
reclamante.

**Nestes Termos
P. Deferimento.**

Cuiabá-MT., 27 de setembro de 1.996.

ALHO
CA-MT

582



1360/95

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADA: CODEMAT-CIA DE DESENV. DO EST DE MATO GROSSO

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DIFERENÇA SALARIAIS(ITEM 2.5)

Defere-se-lhe, então, o pagamento das diferenças salariais nos percentuais de 94,57% a partir de março/91, 19,40% e 44,80% a partir de maio/91, limitadas a 30,11,91, com todos os reflexos e consectários legais.(grifel)

PERÍODO	SAL+ ATS PAGO	REAJUSTES	SAL+ATS DEV.	DIFERENÇA	INDICES TRT-MT	VLR ATU
mar/91	186.109,59	94,57%	362.113,43	176.003,84	0,00633042	1.114
abr/91	186.109,59	19,40%	432.362,43	246.253,64	0,00581146	1.431
maí/91	200.652,00	44,80%	626.060,80	425.408,80	0,00533210	2.284
jun/91	200.652,00		626.060,80	425.408,80	0,00487396	2.071
jul/91	200.652,00		626.060,80	425.408,80	0,00442885	1.841
ago/91	304.152,00		626.060,80	321.908,80	0,00395610	1.271
set/91	347.678,00		626.060,80	278.382,80	0,00338765	941
out/91	367.878,00		626.060,80	258.182,80	0,00282846	731
nov/91	371.938,00		626.060,80	254.122,80	0,00216707	551
férias+1/3	533.884,00		626.060,80	92.176,80	0,00216707	191
TOTAL						12.421



1360/95

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA COMPOS PEDROSO

RECLAMADA: CODEMAT-CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

QUADRO DEMONSTRATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA EM FACE AO ATRASO DE PAGAMEN
SALÁRIOS(item 2.6).

Defere-se, pois, o pedido, com suporte jurídico no art. 147, da constituição do Estado de Mato G
Acordo Coletivo de Trabalho art. 459, da CLT de março a dezembro/91. (negritei)

PERÍODO	SAL.LIQ PAGO	DT DO PAGTO	IND.COM(TRD)	CM-TRD(PGTO)	VLR CORRIGIDO	INDICES
mar/91	106.556,64	10/05/91	1,1609	1,2960	118.957,19	0,0053
abr/91	177.716,80	15/06/91	1,2596	1,4350	202.463,96	0,0048
mai/91	200.786,43	12/07/91	1,3727	1,5648	228.885,12	0,0044
jun/91	187.556,93	15/08/91	1,5011	1,7451	218.043,83	0,0039
jul/91	223.320,93	10/09/91	1,6525	1,9406	262.255,13	0,0033
ago/91	233.079,16	14/10/91	1,8481	2,3239	293.086,23	0,0028
set/91	240.293,20	17/11/91	2,1534	2,9249	326.383,20	0,0021
out/91	230.039,20	10/12/91	2,5777	3,6522	325.929,77	0,0016
nov/91	725.866,60	13/01/92	3,3560	4,6942	1.015.304,83	0,0013
TOTAL						

OBS: 1 -) A Correção Monetária foi feita com base no salário líquido realmente pago em atraso
para corrigir a diferença foi o TRD pois era o índice oficial para atualização dos tributos
2 -) Correção s/o salário pago em atraso, contabilmente não há incidência do IR-Fonte,
conforme Lei 7713/88, 8212 e IN 01/92, item 5 Letra "O"...



1360/95

PROCESSO Nº 1360/95

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADO: CODEMAT-CIA DE DESENV. DO EST. DE MATO GROSSO

RESUMO GERAL:

Diferenças Salariais(página 01)
FGTS 8% sobre Diferenças Salariais(página 01)
Correção sobre Salário pago em atraso(página 02)
TOTAL BRUTO I
Juros de 1% ao mês(04/05/95 até 04/05/96)-8%
TOTAL BRUTO II
(-) INSS a Recolher conforme Lei 8620/93 Reg. Ordem Serviço nº 92 do INSS-DAF em 16/09/93
(-) IR a Recolher (13.899,41-INSS*25%-315,00)- 01 Dependente
TOTAL LÍQUIDO DO RECLAMANTE

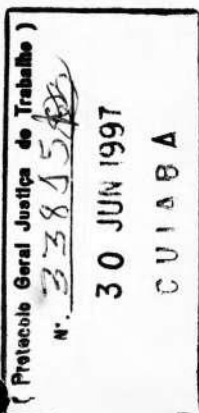
OBS: 1 -) Cálculos atualizados com base na Tabela do TRT-MT do mês 05/96.

2 -) A indenização da "Correção" sobre o salário pago em atraso, não há incidência do INSS, FGTS conforme Lei 7713/88, 8212 e IN 01/92 item 5 Letra "O".

Cópia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT.**

IN PROCESSO Nº 1.360/95



A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, já devidamente qualificada nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move **DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO**, vem à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls. 135, manifestar-se sobre a retificação dos cálculos liquidandos da lavra do perito nomeado pelo Juízo, o que faz fundamentado no que a seguir expõe.

A retificação efetuada traz à conta de liquidação o justo montante devido ao Reclamante no tocante ao aspecto dos termos da r. sentença e à realidade dos índices, tanto os devidos ao autor quanto os concedidos pela Reclamada, os quais foram abatidos, como de direito.

Todavia, há relevante questão trazida a lume pela Reclamada na mesma impugnação que apontou a falha acima, e que não foi sequer abordada pelo ilustre *expert* nas contas retificadas, estando a merecer a devida manifestação, a qual, face ao caráter impeditivo da própria executoriedade da verba, no caso, o reajuste de 29,5%, parece incumbir ao Juízo processante.

Citada verba fora deferida com fulcro na decisão do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, que havia determinado sua aplicação, delimitado a alíquota aplicável e especificado o período para tal incidência.

Entretanto, desde a contestação, a Reclamada já informara que tal decisão encontrava-se sob recurso, interposto ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Requereu-se, por isso, fosse a matéria julgada litispendente.

Apesar da inexistência formal da figura da coisa julgada na ação em apreço, no caso específico da aplicabilidade da sentenças normativas a Justiça Laboral, a exemplo de algumas outras particularidades dessa Especializada, considera plenamente legal a execução imediata da verba *sub judice*, prescrevendo, inclusive, a teor da limitada jurisprudência sobre a matéria, a desnecessidade da restituição da verba executada, na hipótese de posterior reforma da sentença pela instância superior.

Porém, ainda que abstraindo do rigor excessivo desta determinação, não se pode confundir vedação de restituição de verba executada com impossibilidade de declaração de inexecutoriedade desta.

A verba ainda não se encontra liquidada, a execução nem de longe se perfez, inexistente sequer liquidação de sentença e vislumbra-se distantes a garantia do juízo, a constrição de bens, entre outros elementos processuais executórios.

Assim, injusto e inadmissível seria a justiça fechar os olhos ao fato inconteste de que tal verba não mais encontra respaldo jurídico, e determinar o prosseguimento de sua execução.

Ao extinguir a ação que respaldara o deferimento do índice de 29,5%, o Colendo TST extinguiu, no mesmo ato, a legalidade do pedido, enviando para sítio além e fora da juridicidade os efeitos da sentença do Tribunal *a quo*, que projetariam no mundo jurídico em favor dos suscitantes suporte ao pedido e sua subsequente execução.

Eliminado aquele, voltam as partes ao *status quo ante*, isto é, ao vazio jurisdicional a regular a situação jurídica crivada, restando, por consequência lógica, inteiramente desobrigada a Reclamada de suportar os reflexos da norma que se extinguiu juntamente com o processado que lhe deu origem.

Dessarte, nada há de injurídico e nem tampouco de inovador em se declarar a inexecutoriedade daquelas disposições normativas, que, lembre-se, detinham mandamentos de exigibilidade a título precário pelo efeito do ato recursal, que pendia sobre ela como espada de Dâmocles.

Isto posto é a presente para requerer a Vossa Excelência se digne, fazendo os presentes autos volverem ao Sr. Perito, determinar-lhe que proceda à retificação dos cálculos expurgando do respectivo Laudo os valores que

seriam atribuídos ao Reclamante a título de reajuste salarial pelo índice de 29,5%.

Termos em que,
Pede Deferimento

Cuiabá, 30 de junho de 1.997

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT Nº 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT Nº 4.328

Cópia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO DE CITAÇÃO PENHORA E SOLUÇÃO DE INCIDENTES
CUIABÁ - MT.**

IN PROCESSO Nº 1.514/97

JUSTIÇA DO TRABALHO
23ª REGIÃO - Cuiabá - MT

045801

CUIABÁ - MT

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO
GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO**, já devidamente qualificada
nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move
DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO, vem à presença de Vossa
Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls., trazer à colação a
cópia da decisão do Colendo T.S.T. que pôs fim à ação relativa ao Dissídio
instaurado pelo sindicato obreiro, bem como também da decisão exarada pelo
Egrégio TST, que em sede de recurso interposto pelo Suscitante, extinguiu o
aquele processado sem julgamento do mérito.

Termos em que,
Pede Juntada e Deferimento

Cuiabá, 09 de setembro de 1 997

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT Nº 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT Nº 4.328

222

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx
SEÇÃO DE CITAÇÃO, PENHORA E SOLUÇÃO DE INCIDENTES - SCPSI
Autos nº.: 1514197

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos, à MM.
Juíza do Trabalho.

Cuiabá, 11 / 10 / 99 - (2ª feira).

de Silva
Tânia Maria de Oliveira Lemos e Silva
Analista Judiciário

Vistos, etc.

Intime-se o(a) exeqüente, para que, em 15 (quinze) dias, requeira o que entender de direito para prosseguimento da execução, sob pena de remessa ao arquivo, conforme dispõe o art.40, § 2º da Lei 6.830/80 (LEF), cientificando-lhe sobre a existência de um livro trazendo o inventário dos bens da executada, em poder deste Juízo, objeto de apreensão efetuada no Processo nº 056/98, sendo-lhe facultada vista no balcão desta Secretaria, e caso queira cópias reprográficas do mesmo, fica desde já advertido que deverá arcar com o custo, a fim de que tal reprodução seja feita no estabelecimento localizado neste fôro, eis que não será autorizada a retirada em carga de tal documento.

Cuiabá, 11 / 10 / 99.

William Guilherme Correia Ribeiro
William Guilherme Correia Ribeiro
Juiz do Trabalho

195 / 99
25 / 10 / 99
Exeqüente
mpf
Codemat
P/



COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO - METAMAT



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ COORDENADOR DA
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES DAS VARAS DO TRABALHO DE
CUIABÁ – MT.

CÓPIA

Processo Siex nº : 5.822/97

Exequente: Delci de Lara Campos Pedroso

Executado: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO – METAMAT, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu procurador *in fine* assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a juntada do anexo instrumento procuratório, bem como que sejam alterados os nomes dos antigos procuradores da capa dos autos, para então, fazer constar nas publicações os nomes dos atuais procuradores.

Nestes termos, pede deferimento.
Cuiabá, 15 de Março de 2002.

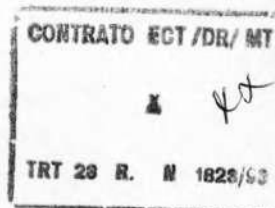

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.579

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO

2ª JCJ - CUIABÁ MT

R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF. BIANCHI, BANDEIRANTES



NOT.Nº: 01.769-I

(RECLAMADO)

06/11/96

PROCESSO Nº: 1.883/96.

AUDIÊNCIA : 4 de dezembro de 1996, quarta-feira, às 13:30 horas

RECLAMANTE DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADO CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

Fica V.Sa. NOTIFICADO(A) a comparecer à AUDIÊNCIA que será realizada no endereço, e na data e hora acima mencionados, e apresentar DEFESA (art.846, da CLT) com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845, da CLT), devendo V.Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu advogado, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado.

O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

Em anexo a cópia da inicial.

CERTIFICO que o presente expediente
foi encaminhado ao destinatário, via
postal em 07/11/96.

Tauy
Diretor de Secretaria

Luis Claudio de Campos Borges
Auxiliar Judiciário

RECEBI

12/11/96

Marlene

Responsável - Protocolo CODEMAT

CODEMAT CIA DE DESENVOL. DO EST. DE MATO GROSSO

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO-BLOCO DA FEM

CPA

CUIABÁ - MT

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA
MM JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ -
MATO GROSSO.

JUSTIÇA DO TRABALHO
23ª REGIÃO - CUIABÁ - MT

051913 10/06/05 2 37

DISTRIBUIÇÃO

DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO, brasileira, casada, portadora do RG No. 210.366-SSP/MT e CPF N° 081.052.351-53, residente nesta Capital, com domicílio à Rua 15, Bloco B, apt° 401, Bairro Bordas da Chapada, através de seus procuradores judiciais (**ut mandato**), signatários da presente, com escritório profissional à Rua Vila Maria, No. 56, Centro, nesta Capital, onde recebem as intimações de lei, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

em desfavor de - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, sociedade de economia mista, inscrita no CGC n° 03.474.053/0001-32, com sede no Centro Político Administrativo - CPA, Bloco da FEMA, nesta Capital, que deverá ser citada na pessoa de seu representante legal, no endereço retrocitado, aduzindo para tanto os substratos fáticos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

OS FATOS

A Reclamante foi admitida pela Reclamada em 04.12.87 para trabalhar na função de contadora, sendo demitida sem justa causa em 30.06.96, quando recebia a remuneração de R\$ 1.654,16 (Hum mil seicentos e cinquenta e quatro reais e dezessei centavos).

A Reclamada não efetuou o pagamento de todas as verbas salariais a que a obreira tinha direito no curso do contrato laboral, e nem na ocasião da demissão, senão vejamos:

I - REAJUSTE SALARIAL CONCEDIDO ATRAVÉS DE SENTENÇA EM DISSÍDIO COLETIVO E NÃO PAGO PELA RECLAMADA.

Em 13.03.96, o Egrégio TRT da 23ª Região, através de Dissídio Coletivo instaurado para definir as Cláusulas econômicas de Acordo Coletivo de Trabalho entre o Sindicato da Categoria e a Reclamada, determinou um aumento de 29,55% aos servidores da Reclamada, cujo percentual corrigia as perdas salariais do período de maio/95 a abril/96, e que deveriam ser pagos retroativamente a maio/95 e com dedução das antecipações salariais concedidas.

Mesmo com o Dissídio Coletivo já transitado em julgado, a Reclamada negou-se a repassar o referido percentual concedido pelo TRT, motivo que leva a Reclamante a requerer sejam eles repassados ao seus salários retroativamente a partir de maio/95 até a rescisão do contrato de trabalho, deduzindo as antecipações salariais concedidas.

Tais diferenças deverão refletir sobre todas as verbas salariais, tais como gratificação natalina e férias devidamente acrescidas do abono constitucional, fundiárias e rescisórias, a teor do que dispõe a nossa CLT.

II - ATRASOS DE SALÁRIOS

É público e notório que a Administração Pública ao longo dos anos vem pagando sistematicamente os salários dos seus servidores em atraso, chegando tais atrasos a prolongar-se até por três meses, sem contudo pagar os competentes encargos pelo atraso, transgredindo o art. 147 da Constituição Estadual, que prescreve o pagamento dos juros e correção monetária aos salários atrasados.

A Reclamante discrimina abaixo os meses e anos em que ocorreram os pagamentos fora do prazo legal e as datas dos efetivos pagamentos:

<u>MÊS/ANO</u>	<u>DIA DO PAGAMENTO</u>
Agosto/91	10.10.91
Setembro/91	08.11.91
Outubro/91	11.12.91
Novembro/91	09.01.92
Dezembro/91	02.04.92
Janeiro/92	21.02.92
Fevereiro/92	19.03.92
Março/92	15.04.92
Abril/92	15.05.92
Maio/92	18.06.92
Junho/92	16.07.92
Julho/92	18.08.92
Agosto/92	16.09.92
Setembro/92	21.10.92
Outubro/92	17.11.92
Novembro/92	16.12.92
Dezembro/92	10.01.93
Janeiro/93	16.02.93
Fevereiro/93	15.03.93
Março/93	19.04.93
Abril/93	17.05.93
Maio/93	18.06.93
Junho/93	19.07.93
Julho/93	16.08.93
Agosto/93	20.09.93
Setembro/93	19.10.93
Outubro/93	18.11.93
Novembro/93	23.12.93
Dezembro/93	18.01.94
Janeiro/94	21.02.94
Fevereiro/94	21.03.94
Março/94	25.04.94
Abril/94	16.05.94
Maio/94	13.06.94
Junho/94	14.07.94
Julho/94	15.08.94
Agosto/94	14.09.94

Setembro/94	17.10.94
Outubro/94	21.11.94
Novembro/94	25.01.95
Dezembro/94	23.02.95
Janeiro/95	22.02.95
Fevereiro/95	09.05.95
Março/95	02.06.95
Abril/95	02.06.95
Maió/95	28.06.95
Junho/95	09.08.95
Julho/95	26.09.95
Agosto/95	23.10.95
Setembro/95	15.12.95
Outubro/95	22.12.95
Novembro/95	22.12.95
Dezembro/95	19.01.96
Janeiro/96	16.02.96
Fevereiro/96	24.04.96
Março/96	29.05.96
Abril/96	08.07.96
Maió/96	06.08.96
Junho/96	03.09.96

Assim, na forma do art. 355 do CPC, requer a V.Ex^a. se digne determinar que a Reclamada apresente todos os holerites de pagamento da Reclamante, para apuração das datas do efetivo pagamento dos salários da mesma, o que provará os atrasos dos pagamentos mensais, como também o não cumprimento do reajuste estabelecido no Dissídio Coletivo.

III - FÉRIAS EM DOBRO - PERÍODO 93/94

A Reclamante não gozou as suas férias referente ao período de 93/94 e 94/95 dentro do período concessivo. Conforme verifica-se no Termo de Rescisão Contratual, estas somente foram pagas de forma simples na época da rescisão do seu contrato de trabalho, sem o devido pagamento dobrado conforme estabelece o art. 137 da CLT:

"Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração."

A teor do que prescreve os artigos 134 e 136 da CLT, a época da concessão de férias é aquela que melhor consulta aos interesses do empregador, dentro do prazo de 12 meses a partir da conclusão do período

aquisitivo, e pelo que apresenta nos presentes autos elas não foram gozadas à época devida por necessidade dos seus serviços pela Reclamada.

No caso, o direito da Reclamante à indenização pelo não gozo das duas férias está garantido pela legislação trabalhista, senão vejamos:

"Art. 146 - Na cessação do contrato de trabalho qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido".

Sobre o assunto o T.S.T. assim tem decidido:

"Férias não concedidas. Conversão em pecúnia. Ainda com a concordância do empregado, tem este direito à dobra. (TST,RR 823/85-1, Guimarães Falcão, ac. 3ª T. 5.339/85).

"Os dias de férias, gozadas após o período legal de concessão, deverão ser remuneradas em dobro (TST - Súmula 81).

"A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao pagamento à época da reclamação ou se for o caso, da extinção do contrato (TST - Súmula 7) ".

"A condenação à dobra das férias é cabível quando a concessão de descanso ocorrer fora do prazo de que trata o art. 134 da CLT, conforme a exegese do art. 137, do mesmo diploma legal. O texto da lei não faz referência a quando se aplica a sanção, se na vigência do contrato de trabalho, ou se após sua rescisão. Deve pois, a lei, ser aplicada em polar os limites da norma. (TST,RR 35.338/91.6, Wagner Pimenta, Ac. 5ª T. 2.135/93").

Portanto, pelas disposições acima, claro está que faz fus à Reclamante a dobra das férias que pleitea, o que agora deverá ser pago pela Reclamada.

IV - MULTA DO ARTIGO 477, DA CLT

Só após a homologação da rescisão do contrato de trabalho da Reclamante, é que a Reclamada veio quitar os salários referentes aos meses de abril, maio e junho/96, estes últimos inclusive mais de dois meses após a rescisão, uma vez que o mês de maio foi pago em 06.08.96 e junho em 03.09.96.

V - DIFERENÇA DA MULTA DE 40%(abr/mai/jun/96).

A Reclamada ao fazer a quitação dos meses de abril, maio e junho de 1.996, o fez posteriormente à rescisão contratual, não fazendo incidir a multa de 40% do FGTS correspondente a esses meses, o que agora deverá pagar acrescido de juros e correção monetária.

O REQUERIMENTO

- 1 - Pagamento das diferenças salariais referentes ao percentual de 29,5% a partir de maio/95 até a rescisão contratual.
- 2 - Pagamento de juros e correção monetária sobre os salários atrasados.
- 3 - Pagamento dos 40% do FGTS incidentes nos salários dos meses abril, maio e junho/96.
- 4 - Pagamento das diferenças das férias não gozadas do período 93/94 e 94/95.
- 5 - Multa do artigo 477 da CLT.
- 6 - Pagamento das verbas incontroversas na audiência inaugural, ou multa do artigo 467 da CLT, após a mesma, caso não satisfeito o pagamento.
- 7 - Juros e correção monetária de lei.

Assim, é a presente para requerer a Vossa Excelência, seja a Reclamada notificada na pessoa de seu representante legal para comparecer à audiência que for designada e, querendo, oferecer defesa, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, devendo ao final, ser a presente Reclamação julgada procedente e condenada a Reclamada no pedido, bem como nas custas e demais cominações legais.

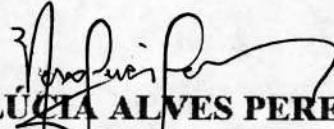
Requer outrossim, o pagamento das verbas salariais incontroversas na audiência inaugural, sob pena de paga-las em dobro após a mesma.

Requer os benefícios da justiça gratuita, uma vez que a Reclamante está desempregada e não pode arcar com despesas judiciais sem prejuízo para seu sustento e de sua família.

Protesta pela produção de todas as provas em direito admitidas, sem exclusão de uma só, em especial pelo depoimento pessoal do representante legal da Reclamada, e oitiva de testemunhas que *oportune tempore* serão arroladas e dando à causa para fixar alçada o valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais).

Termos em que,
Pede Deferimento.

Cuiabá, 31 de outubro de 1.996


VERA LÚCIA ALVES PEREIRA
OAB/MT N° 1.658

Procuração "Ad-Judicia"



5822/97-S -
1883/96-2º

DELICY DE LARA CAMPOS PEDROSO, brasileira, casada, portadora do RG Nº 210.366 SSP/MT e CPF Nº 08105235153, residente nesta Capital com domicílio à Rua 15, Bloco B, Aptº 401, Bairro Bordas da Chapada.

pelo presente instrumento de procuração ao final assinado, nomeia(m) e constitui(m) seu(s) bastante(s) procurador(es) o(s) Sr.(s) Dr.(s) VERA LUCIA ALVES PEREIRA, brasileira, divorciada, OAB/MT Nº 1.658, com escritório profissional à Rua Vila Maria, nº 56, Centro, nesta Capital.

a quem confere(m) amplos e ilimitados poderes, para o fôro em geral, com a cláusula "ad-judicia" a fim de que agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s) perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s), e defendendo-o(s) quando for(em) réu(s), interessado(s) ou requerido(s), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acôrdo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe(s) convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso., e especialmente para interpor Reclamação Trabalhista em desfavor de CODEMAT,- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.



Cuiabá, 08 de agosto de 1.996


DELICY DE LARA CAMPOS PEDROSO



2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 04 dias do mês de dezembro do ano de 1996, reuniu-se a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presentes o Exmo. Juiz Presidente BRUNO LUIZ W. SIQUEIRA e o Srs. Juízes Classistas, que ao final assinam, para audiência relativa ao Proc. 1883/96 entre as partes: Delcy de Lara Campos Pedroso e Codemat Cia. de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso reclamante e reclamada, respectivamente.

Às 13h30 aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz Presidente, apregoadas as partes.

Presente a reclamante acompanhado pela Dra. Vera Lúcia Alves Pereira, OAB/MT.

Presente a reclamada através da preposta Sra. Marilza Serra de Oliveira acompanhada pelo Dr. Edgar do Espírito Santo de Oliveira, OAB/MT 2.781, que apresenta carta de preposição e instrumento de mandato, cuja juntada aos autos é determinada pela Presidência.

As partes dispensam a leitura da petição inicial.

Inconciliados.

Defesa escrita com documentos cuja a juntada aos autos é determinada pela Presidência.

Defere-se ao advogado da reclamada o prazo de 05 dias para trazer aos autos os documentos que comprovem a existência de coisa julgada como alegado no item 03 da defesa.

Para manifestação da reclamante quanto aos documentos apresentados concede-se o prazo de 05 dias, a partir do dia 13.12.96, inclusive.

Para instrução designa-se o dia 15.01.97, às 13h47, devendo estarem presentes as partes para depoimento pessoal, sob pena de confissão ficta

1

98



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO



quanto à matéria de fato, conforme Enunciado 74 do C. TST, devendo trazerem espontaneamente suas testemunhas ou nominá-las no prazo de 10 dias antes da audiência supra, sob pena de preclusão e dispensa presumida, nos termos do artigo 407 do CPC.

Cientes as partes.

Suspendeu-se às 13h32.

Nada mais.

Bruno Luiz M. Siqueira
Juiz do Trabalho Presidente

Gonçalo Tavares Alves
Classista Rep. Empregados

Antonio Gabriel das Neves Muller
Classista Rep. Empregadores

2ª. JCI

RECLAMANTE:	Paralelédromo
ADV. RCTE.:	Versor
RECLAMADO:	mservo
ADV. RCTO.:	

Antonio Gabriel das Neves Muller
Diretor de Secretaria

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 2ª
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO
GROSSO**



PROCESSO Nº. 1.883/96

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE
MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO**, sociedade de
economia mista, com sede e estabelecida nesta Capital, no Centro Político e
Administrativo - CPA, Palácio Paiaguás, devidamente inscrita no CGC(MF),
sob o No. 03.474.053/0001-32, neste ato representada por seu liquidante, **DR.
JOSÉ GONÇALVES BOTELHO DO PRADO**, brasileiro, casado, contador,
inscrito no CRC, sob o No. 2.291-MT, nos autos de

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

que lhe move **DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO**, processo supra, em
trâmite por essa Junta e Secretaria, por seus procuradores infrafirmados,
constituídos na forma do incluso mandato (doc.01), advogados, regularmente
inscritos na OAB/MT, sob os Nos. 2597 e 4328, com endereço na sede da
Reclamada, local indicado a receber as intimações, vem à presença de Vossa
Excelência, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

aduzindo para tanto as razões fáticas e de direito a seguir articuladas:



PRELIMINARMENTE

1 - DO INDEFERIMENTO DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE PROVAS.

Reza o artigo 282 do CPC:

“A petição inicial indicará:

I - Omissis

IV - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

Inépcia é o termo que se reserva para definir o ato postulatório da parte formulado defeituosamente.

O CPC em vigor acolheu o princípio dispositivo, conforme se depreende da sua Exposição de Motivos.

O postulado de que a iniciativa das provas cabe exclusivamente à parte que alega o fato constitutivo do seu direito, constitui-se na mais acentuada característica do princípio dispositivo, cuja particularidade mais evidente é o ônus da prova.

Assim, se o sistema do CPC, em vez de dispositivo fosse inquisitório, não haveria falar em ônus da prova, pois que sua indicação caberia ao Juiz. Contudo, como adotado que foi o referido princípio no direito processual brasileiro, a atividade relativa à procura e a escolha dos fatos e suas correspondentes provas, compete, pois, à iniciativa exclusiva das partes.

Como cabe às partes indicar as provas que julgarem oportunas, tanto pior para elas se forem insuficientes.

O Reclamante diz textualmente em sua exordial que notoriamente atrasos foram verificados no pagamento dos salários mensais..”



A simples alegação de que a ora Contestante não teria efetuado sempre atempadamente aqueles pagamentos, sem estribação em qualquer tipo de prova, não detém o condão de alçar-se a plano de verdade irrefutável.

Ora, afirmar pura e simplesmente que notoriamente vem a Reclamada se atrasando na prestação salarial e indicar aleatoriamente, a seu talante, datas fictícias, é por demais vago, é imprecisão escandalosa que absolutamente não se presta a nenhuma orientação judicial tendente ao acolhimento do postulado.

A suma do pedido específico, pagamento de juros moratórios, atrai a necessidade da indicação precisa, taxativa, que dê exatidão sobre o interstício da inadimplência, sobre o tempo do atraso, somente se afigurando a desincumbência desse mister, nos termos da lei, pela apresentação da documentação correspondente, que no caso se constituiria dos próprios holerites mensais, onde estariam lançadas as datas dos pagamentos, provas que não foram coligidas pelo Reclamante.

Definitivamente não há falar notoriedade. Ora, datas são datas. As datas em que os pagamentos teriam sido efetivados não admitem sofismas, incorruptíveis que são pelo simplório fato de marcarem elas, as datas, com precisão inconspicável, o nosso ano civil, o nosso exercício financeiro e comercial.

A nossa vida não prescinde de datas. Até mesmo a palenteologia, que mergulha nas entranhas dos séculos e seculórios já nos traz a data em que o ornitorrinco passou à condição de mamífero, a data em que o homem ficou ereto, quantos anos tinha o tiranossauro rex na data do cataclismo que extinguiu a sua espécie.

Inadmissível, pois, se dê credibilidade formal às “datas” declinadas na exordial como as em que se deram os pagamentos dos salários do Reclamante, pois as informações insólitas em que se baseiam não têm o efeito de traduzi-las especificamente assim como pretendido, e muito menos o poder de sequer sugerir o dever processual da Reclamada em rebatê-las com a anteposição de outras datas.

A parte, como suso abordado, não pode instilar no julgador, por deficiência calculada de informações e provas, robustas e inconcussas, dúvidas

acerca da extensão do que pleiteia, pena de ter a vindicação indeferida, como há de ser a presente, por obviamente inimputável ao órgão judicante o exercício de ilações, conjecturas e adivinhações para a melhor prestação jurisdicional, segundo os também melhores princípios de equidade e justiça.

Constituído-se os recibos de pagamento de salários documentos comuns às partes, indiscutivelmente caberia à que vindica em juízo com fundamento neles a sua exibição, revelando-se essa omissão inexistência até mesmo de início de prova, aqueles adminículos que ensejam ao demandado contrapor-se eficazmente ao postulado.

O *notório* atraso no pagamento dos salários, segundo a candente afirmação do autor, muito bem pode ter ocorrido, se é que ocorreu, em épocas alternadas, em períodos descontínuos, como também pode ter se verificado em primórdios da relação laboral que já engolfados pelo vórtice inexorável da prescrição.

O mero arrazoadado não é suficiente para provar um fato, surge a imprescindibilidade da prova da existência desse fato. Não coligí-la, é expor-se ao látego implacável da INÉPCIA, mercê da sabedoria do brocardo segundo o qual O QUE NÃO ESTÁ NOS AUTOS, NÃO ESTÁ NO MUNDO !

Tal assertiva encontra eco no artigo 333 da Lei Instrumental Civil, que prescreve, verbis:

Art. 333 - O ônus da prova incumbe.

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.

É entendimento unânime das Egrégias Juntas de Conciliação e Julgamento desta Capital, que postulações à feição de presente, desarmadas de instrumentos probatórios estão fadadas ao desconhecimento, à improcedência, inquinam de inépta a formulação.

Logo, face à absoluta ausência de provas que corroborem a alegação de atraso nos recolhimentos das verbas referentes ao FGTS e ao atraso nos pagamentos dos salários, cujo ônus ao Autor incumbia, impossibilitando a realização da cognição pelo Juízo, bem como também a defesa da Reclamada, que não poderia contestar pedido inespecífico, requer-se

a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 267, I e 329 do CPC, a extinção do processo sem julgamento do mérito no que se refere a esses pedidos.

2 - DA LITISPENDÊNCIA

REAJUSTES 95/96

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso, entidade que congrega a categoria profissional a que o Reclamante pertence, como se pode constatar pela inclusa relação de seus associados, aforou, perante o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Dissídio Coletivo buscando normatividade para o haurimento dos reajustes salariais que não foram objeto de negociação via Acordo Coletivo, conforme se comprova pelos documentos cuja cópia vão instruindo a presente.

Aquela Egrégia Corte exarou Venerando Acórdão que acolheu parcialmente o pleito deduzido, aqueles mesmos índices postulados na primeira parte do item 2 da presente Reclamação, referente ao período 95/96, apontado como “período 94/95”.

Prima salientar, buscando precisar todos os aspectos da defesa da Reclamada ao pedido truncado do autor e demonstrar a improcedência do mesmo, que o período 94/95 foi determinante dos reajustes e índices aplicáveis àquele interregno. Todavia, ao habilitarem-se à chancela jurídica, ditos índices foram recepcionados pelo diploma legal que se constitui no Dissídio Coletivo 95/96.

O ACT 94/95, do qual presentemente a Reclamada faz juntada, e devidamente registrado na DRT sob o nº054/94, Livro 06, fls. 027, não contempla em suas cláusulas econômicas os índices pleiteados nesta Reclamatória.

A cláusula 5ª do Julgamento em Dissídio Coletivo, por outro tanto, fixou a vigência daquela sentença normativa, substituta jurídica do ACT 94/95, e dispositivo legal garantidor de reajustes salariais para os servidores da Reclamada, para o período posterior ao 94/95, exatamente de “1º de maio de 1.995 a 30 de abril de 1.996”.



A ora Reclamada, não se conformando com aquela decisão, dela recorreu ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho, conforme faz prova a inclusa documentação reproduzida xerograficamente (doc.), apelo que ainda se encontra pendente de julgamento pela instância *ad quem*.

Desta forma, ainda que indicando imprecisamente o “período 94/95”, ao fundamentar seu pedido, o postulante a seguir relaciona-o aos “meses de maio/95 a maio/96”, tornando-o, além que primeiramente sem fundamento legal, integral e plenamente fulminado pela figura da Litispendência, eis que já intentou ação neste sentido, na qualidade de **substituído** por seu sindicato, atualmente em trâmite regular.

Deve, portanto, a presente Reclamação ser julgada extinta sem julgamento do mérito, nesse particular.

Assim, configurando-se plenamente a prejudicial, requer-se a Vossa Excelência seja julgado extinto o presente processo, nos particulares em que confunde-se com a ação anteriormente ajuizada, com julgamento do mérito.

3 - DA COISA JULGADA

O ora Reclamante ajuizou, perante a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento desta Capital, a Reclamação Trabalhista tombada sob o nº 1.360/95, através da qual pleiteou algumas das verbas da presente, e que recebeu decisão, tudo conforme se comprova pela inclusa documentação, sentença que já se encontra em fase de liquidação. (doc.):

Assim, configurando-se plenamente a prejudicial, requer-se a Vossa Excelência seja julgado extinto o presente processo, com julgamento do mérito, concernentemente ao pedido de pagamento de juros por salários pagos em atraso.

NO MÉRITO



1 - DO EFETIVO E INTEGRAL PAGAMENTO DOS VALORES DA MULTA DE 40% DO FGTS (ABR/MAI e JUN/96)

Conforme se vê do extrato analítico fornecido pelo órgão gestor do FGTS, a Caixa Econômica Federal, os valores relativos à multa de 40% sobre aquela obrigação pela dispensa imotivada, foi devidamente recolhido à Conta Vinculada da Reclamante tendo por base os salários dos meses de abril e maio de 1.996. O valor a que fazia jus a Reclamante a esse título relativamente ao mês de junho, foi lançado no próprio Termo de Rescisão, como se vê do, campo nº 49 que figura daquele documento.

À toda prova, pois, se mostra improcedente esse pleito, devendo assim ser julgado.

2 - DA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO COM RELAÇÃO À MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT.

A Reclamante postula seja-lhe paga a importância relativa à multa pelo alegado atraso no pagamento das verbas rescisórias referentemente aos salários de abril, maio e junho de 1.996.

Não se-lhe deferirá tal pleito, porquanto atempadamente lhe tenham sido realmente pagos os valores rescisórios, aqueles mesmos constantes do respectivo Termo de Rescisão, por ela subscrito e devidamente homologado pelo Sindicato pertinente, **sem qualquer ressalva** nesse particular. (doc.).

Ora, o invocado artigo 477 do Diploma Consolidado diz, textualmente, verbis:

“Artigo 477

1º Omissis

6º O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação, deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.

Tendo sido a Reclamante previamente dispensada em 30 de junho, foi a sua rescisão contratual homologada pelo Sindicato respectivo em 28 de junho, até anteriormente mesmo ao efetivo término do seu contrato de trabalho.

Assim, inincidíveis as cominações previstas naquele dispositivo, devendo, por isso, ser essa postulação julgada improcedente.

3 - DA PRESCRIÇÃO

Ao versar sobre o pedido de juros e correção monetária sobre salários pagos em atraso, o postulante olvidou-se de que a prescrição se operara em relação aos meses de agosto a novembro de 1.991.

Assim, requer-se à Ilustre Junta que declare a incidência do instituto mencionado sobre o pedido do pagamento de juros referentemente ao período até novembro de 1.991.

4 - DO EFETIVO PAGAMENTO DOS JUROS

Como bem se vê da Ficha Financeira do Reclamante, em 1.994, mês de julho, foi lançado a crédito do mesmo os valores relativos aos juros por descumprimento ao art. 147- III, da Constituição Estadual, referentes a atrasos quando **efetivamente** verificados no pagamento dos seus salários.

À toda prova, assim, se constata o efetivo pagamento dos juros até a data de julho/94, tendo ocorrido integral quitação do objeto do pedido até aquela data, pelo que deve ser julgado, como medida de justiça, totalmente pago até então, devendo, por isso tal pleito ser julgado totalmente improcedente.

5 - DO PEDIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA POR SALÁRIOS EM ATRASO.

O Reclamante afirma na exordial ser credor de “juros, multa e correção monetária, nos termos do art. 147 da Constituição do Estado de Mato Grosso.”

Ora, apenas na imaginação do autor existem determinações no art. 147 da CE impondo o pagamento de correção monetária e multa por salários

pagos em atraso. O dispositivo legal invocado impõe tão somente o pagamento de **juros**, pelo que improcedentes os pedidos relativos aos demais encargos não recepcionados pelo dispositivo invocado.

6- QUANTO AO ÍNDICE APONTADO NA EXORDIAL

O Reclamante alega na inicial que a decisão prolatada no Dissídio Coletivo teria concedido aos servidores da Reclamada índice de aumento da ordem de 29,55% (vinte e nove vírgula cinquenta e cinco por cento).

Absolutamente não procede essa afirmação, porquanto haja determinado aquela decisão tão-somente o repasse do índice acumulado do IPCr para os salários no período que indica, conforme se comprova pela "Certidão" que vai instruindo a presente.

A acumulação daquele referencial de aumento salarial, conforme cálculos elaborados estritamente em obediência às planilhas publicadas pelas instituições credenciadas pelo Governo Federal, totalizou 29,49% (vinte e nove vírgula quarenta e nove por cento).

A Reclamada, através da Resolução nº 14/94, de 15 de dezembro de 1.994, concedeu reajuste linear de salários da ordem de 15% (quinze por cento), retroativamente a 01 de novembro de 1.994, para todos os seus servidores, conforme se comprova pela cópia que também instrui a presente. (doc.)

A referida concessão salarial foi devidamente incorporada ao salário do ora Reclamante, conforme atestam as inclusas Fichas Financeiras, assim como determinado pela Resolução 14/94, e em recepção ao que veio a ser determinado pela sentença de Dissídio.

Assim, nos termos que o próprio Acórdão exarado no referido Dissídio fez estabelecer, na remota hipótese do acolhimento desse pleito, desde já se requer a essa digna Junta a redução do produto desse percentual de aumento já efetivamente concedido ao Reclamante.

Face ao exposto, a Reclamada requer finalmente que nestes termos e nos melhores de direito, deverá ser a presente contestação recebida e afinal



170EZ 145233 059124

CUIABÁ-MT

Vistos, etc...

Recebido hoje,

Junho de

05 (cinco) do mês de maio de 1996

Intime-se

Cbá, 19 / 18 / 96

Brázo Luiz (Ueller) Siqueira
Juiz Presidente 2º JCM

[illegible][illegible]

Este processo de alteração da Realidade, por se constituir de verificações pelas diversas provas lavadas, feitas sobre cada Realidade, e possíveis nos três níveis do processo de Trabalho, não pode ser visto em qualquer situação isolada. É preciso compreender que os processos de Trabalho, por serem simultâneos, têm influência direta e recíproca sobre a Realidade, a existência, a natureza, a duração das coisas, dos acontecimentos e das situações, e também sobre os sentimentos e as ideias das pessoas, influenciando e influenciadas por elas. Assim, a transformação da Realidade é feita através da transformação das ideias e dos sentimentos das pessoas, e vice-versa.

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* suspension on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strains.

2 1-4 INTEREXEMPLO DO PRIMEIRO COM RELACAO A
3 TRILHA DO ANUNCIO 477 DA CBT.



sem levantamento de alegações de defesa, que deveria ter compelido a pagar a multa pleiteada no início, pois como será provado neste processo, a Reclamante até hoje não recebeu todos os seus direitos trabalhistas.

2 - DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO

Quanto a prescrição, se poderia opor a falta de ação da ação, pela o salário de setembro de 1991 não paga apenas um mês inteiro do mesmo ano. Como então fala em prescrição, não se pode considerar que cada mês em dia? Não, não existe prescrição para cada mês, a ação é prescricional em 03 (três) anos, e a prescrição só pode atingir a obrigação decorrente da falta de pagamento de setembro de 1991, se foi pago em 03 de novembro, está fora do prazo prescricional.

3 - DO DEBITIVO PAGAMENTO DOS JUROS

A Reclamada afirma e tenta nos autos provar que não pagou os juros, mas não apresenta o pagamento dos juros, pois o valor de juros não é de 10% ao mês, mas 1% ao mês, e a Reclamada não pagou os juros, pois o valor de juros não é de 10% ao mês, mas 1% ao mês, e a Reclamada não pagou os juros, pois o valor de juros não é de 10% ao mês, mas 1% ao mês.

Quanto ao presente processo, o requerimento formulado por ex-advogado da Reclamada, a patrona de advogados, que alega que o valor de juros não é de 10% ao mês, mas 1% ao mês, e a Reclamada não pagou os juros, pois o valor de juros não é de 10% ao mês, mas 1% ao mês.

122
\$

Os valores eram referentes aos atrasos até dezembro de 1993, mas só foram pagos em setembro/94, ou seja, não foram pagos os juros e correção monetária de janeiro/93 até setembro/94. O que aconteceu é que foram pagos os juros em setembro/94, mas apenas em relação a outubro de 1993 a dezembro de 1993.

Isto foi o que aconteceu em relação ao caso da ex-servidora que se traz em comparação. O processo da Reclamante foi idêntico apenas mudando a data de pagamento que no caso aqui ocorreu em outubro/94.

A Reclamante junta o recibo da ex-servidora, por isso seu foi extraviado, porém a Reclamada tem arquivado o recibo que prova que os juros e correção monetária não foram pagos até julho/94, mas acrescentam somente até dezembro de 1993. A autora junta com a Reclamada uma cópia do Recibo de Quitação de Correção de Salários pagos em atraso, que foi assinado por todos os servidores que receberam os juros e correção de forma parcial e com muito atraso já que a Reclamante, por exemplo, só recebeu o pagamento em julho de 1994 (mais de um depois).

4 - DO PEDIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA POR VALORES EM ATRASO

É público e notório os atrasos de pagamento dos salários do funcionalismo público de Mato Grosso e conforme datas discriminadas na inicial, portanto deve a Reclamada o pagamento da correção, juros e multa por esse atraso.

5 - QUANTO AO ÍNDICE APLICADO NA EXORDIAL

A Reclamada defende-se na busca de reduzir o percentual a que foi condenada a reajustar os salários dos servidores em sentença exorbitante. A sentença foi clara e determinou que fossem repassados os índices da variação do IPC-B e esses índices equivaleram a 30,88% acordo

123
 \$
 Junta de Diretor

Esta directiva será a única que será aplicada a partir de agora de 1951

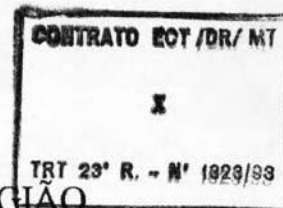
Faz-se do exposto, é a presente para requerer a Vossa
 Excelência, a fim de providenciar as medidas e providas adequadas na área de
 reclamação, visando pelo acolhimento total das reclamações, em
 especial, os casos apresentados de ratificação, condenando a Reclamada nos
 pedidos, nos custos processuais e demais despesas legais.

Em fé do que
 digo, V. Exa. cumpre

Até 17 de dezembro de 1951

[Handwritten signature]
 V. Exa. cumpre

Dr. EDGAR



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT
Endereço: Rua Miranda Reis, 441.
NOTIFICAÇÃO N° 018/97 EM 07.01.97
PROCESSO NR 1883/96
RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
RECLAMADO: CODEMAT

4102
Pela presente fica v.Sa. NOTIFICADO para os fim(ns) previsto(s) nos
item(ns) abaixo

DESP FL 119- Vistas á parte contrária pelo prazo de 05 dias.

certifico que o presente
expediente foi encaminhado
ao destinatário, via postal
em 07.01.97 (3ª feira).

RECEBI
13.01.97
Maílene
Responsável - Protocolo CODEMAT

CODEMAT
A/C DR EDGAR ESPIRITO SANTO OLIVEIRA
CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO- CPA
CUIABÁ-MT

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

Endereço: Rua Miranda Reis, 441.

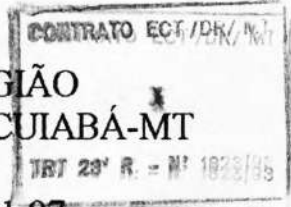
NOTIFICAÇÃO N° 326/97

EM 17.01.97

PROCESSO NR 1883/96

RECLAMANTE: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

RECLAMADO: CODEMAT



Pela presente fica v.Sa. NOTIFICADO para os fim(ns) previsto(s) 1 item(ns) abaixo

DESP FL TOMAR CIÊNCIA DE ATA DE AUDIÊNCIA DE FL 12ª
CÓPIA ANEXA)

certifico que o presente
expediente foi encaminhado
ao destinatário, via postal
em 17.01.97 (6ª feira).

RECEBI

20/01/97
Maílene

Responsável - Protocolo CODEMAT

CODEMAT

A/C DR EDGAR DO ESPIRITO SANTO OLIVEIRA

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO- CPA

CUIABÁ-MT



12
12

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 15 dias do mês de janeiro do ano de 1997, reuniu-se a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presentes o Exmo. Juiz Presidente MARA APARECIDA DE OLIVEIRA ORIBE e os Srs. Juizes Classistas, que ao final assinam, para audiência relativa ao Proc. 1883/96 entre as partes: Delcy de Lara Campos Pedroso e Codemat - Cia. de Desenvolvimento do Estado de MT reclamante e reclamada, respectivamente.

Às 14h02 aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz Presidente, apregoadas as partes.

Ausentes as partes. Presente somente a patrona da reclamante.

Aguarde-se decurso do prazo concedido à reclamada (fl.126).

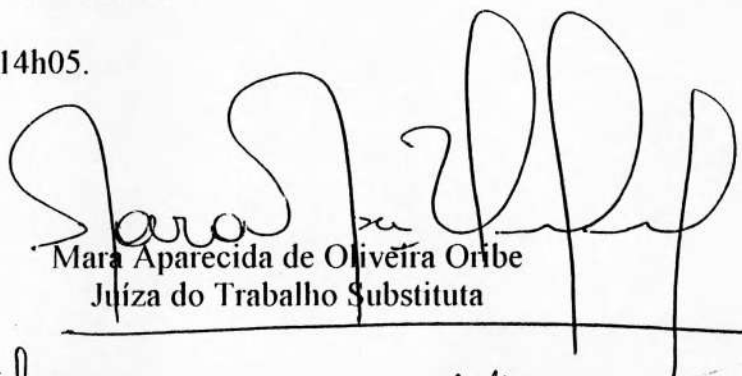
Para encerramento de instrução designa-se o dia 17.02.97, às 13h47, mantidas as cominações legais anteriores.

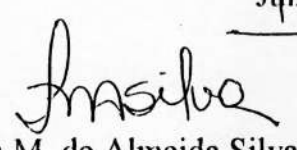
Ciente a reclamante.

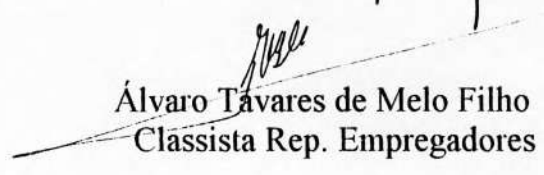
INTIME-SE A RECLAMADA.

Suspendeu-se às 14h05.

Nada mais.


Mara Aparecida de Oliveira Orbe
Juíza do Trabalho Substituta


Leila M. de Almeida Silva
Classista Rep. Empregados


Álvaro Tavares de Melo Filho
Classista Rep. Empregadores

es p n a

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 2ª
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT.**

IN PROCESSO Nº 1.883/96

20 JUN 17 23 46 002436

CUIABÁ-MT

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO
GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO**, já devidamente qualificada
nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move
DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO, vem à presença de Vossa
Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls. 119, expor e
requerer o quanto segue.

O documento acostado pela Reclamada, mostra-se
totalmente imprestável à produção da prova do alegado, porquanto retrate
historiografia funcional de ex-servidor da Reclamada, outro que não ela
própria.

Peça que demonstra ocorrência de fato isolado, produzida
sobre circunstâncias que especificavam determinado momento da relação
contratual entre o ali nominado e a Reclamada, não pode vir agora, servindo de
prova *emprestada*, dar sustentação a pleito em que obviamente o eventual
acolhimento aproveitaria não somente à parte, mas também à própria
profissional subscritora do petitório que a fez introduzir nos autos.

Não deve, portanto, ser reputado como prova, pelo que se
requer o seu desentranhamento do processado, ou se assim não entender Vossa
Excelência, ser julgado insubsistente e inapto a produzir o resultado
pretendido.

Pede Deferimento

Cuiabá/Mt., 20 de janeiro de 1.997





2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 17 dias do mês de fevereiro do ano de 1997, reuniu-se a 2ª Junta e Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presentes o Exmo. Juiz Presidente PAULO ROBERTO BRESCOVICI e os Srs. Juízes Classistas, que ao final assinam, para audiência relativa ao Proc. 1883/96, entre as partes: Delcy de Lara Campos Pedroso e Codemat - Cia. de Desenvolvimento do Estado de MT reclamante e reclamada, respectivamente.

Às 13h51 aberta a audiência, foram, de ordem do MM. Juiz Presidente, apregoadas as partes.

Ausentes as partes.

Encerrada a instrução processual.

Razões finais orais prejudicadas.

Prejudicada a última proposta conciliatória.

Para julgamento designa-se o dia 21.03.97, às 16h06.

INTIMEM-SE AS PARTES.

Suspendeu-se às 13h52.

Nada mais.

Paulo Roberto Brescovici
Juiz do Trabalho Substituto

Gonçalo Favares Alves
Classista Rep. Empregados

Antonio Gabriel das N. Muller
Classista Rep. Empregadores

Antonio de Jesus Santos
Diretor de Secretaria



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT

Processo nº 1883/96
Mandado nº 0844/97
Reclamante: DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
Reclamado: CODEMAT

MANDADO DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO, passado na forma
abaixo:

O DOUTOR BRUNO LUIZ WEILER SIQUEIRA, Juiz do Trabalho
Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá, no uso de suas
atribuições legais.

MANDA ao Sr. Oficial de Justiça, a quem couber por distribuição, que a
vista do presente MANDADO, estando devidamente assinado, em seu cumprimento
dirija-se ao CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO- CPA, nesta Capital, e intime
a CODEMAT na pessoa do Representante Legal, para tomar ciência de ATA DE
AUDIÊNCIA de fls. 136/143 (cópia anexa):

O QUE SE CUMpra NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Cuiabá/MT, aos vinte e seis dias do mês
de maio de um mil novecentos e noventa e sete. Eu,  Antônio de Paula
Santos, Diretor de Secretaria, subscrevi.

ORIGINAL ASSINADO

BRUNO LUIZ WEILER SIQUEIRA
Juiz do Trabalho

CODEMAT
NA PESSOA DO REPRESENTANTE LEGAL
CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO- CPA
CUIABÁ/MT

Recd.
3-06-07



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região
2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá - MT

ATA DE AUDIÊNCIA
PROCESSO Nº 1883/96

Aos 22 dias do mês de maio de 1997, reuniu-se a 2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT, presentes o Senhor Juiz do Trabalho no exercício da Presidência e os Senhores Juizes Classistas, representantes dos Empregados e Empregadores, que ao final assinam, para audiência relativa à Ação Trabalhista (Processo nº1883/96), entre as partes :

RECLAMANTE : DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO

**RECLAMADO: CODEMAT-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Às 16:00 horas, aberta a audiência, de ordem do MM. Juiz do Trabalho foram apregoadas as partes : ausentes.

Proposta a solução do litígio e após colhidos os votos dos Senhores Juizes Classistas, a Junta proferiu a seguinte

1 B

SENTENÇA

DELICY DE LARA CAMPOS PEDROSO ajuizou ação trabalhista em desfavor de CODEMAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO alegando o não pagamento de reajustes salariais e atrasos nos pagamentos de salários. Pediu a condenação da reclamada ao pagamento das verbas relativas a diferenças salariais e sua incorporação ao salário, bem como dos reflexos nas demais verbas salariais, inclusive FGTS e multa indenizatória de 40%; juros e correção monetária pela mora salarial; multa convencional e honorários advocatícios. Deu à causa o valor de R\$1.000,00. Juntou documentos.

Comparecendo à nova audiência marcada, a reclamada ofertou contestação arguindo preliminares de coisa julgada, de litispendência e de inépcia da inicial. No mérito, sustentou o pagamento dos reajustes apontados e dos juros decorrentes da mora salarial, bem como a regularização dos recolhimentos do FGTS. Disse indevidos os honorários advocatícios, pedindo fossem julgados improcedentes os pedidos formulados na inicial. Juntou documentos.

A reclamante impugnou as preliminares argüidas na contestação, por motivos diversos.

Sem outras provas, encerrou-se a instrução.

Razões finais orais pelo acolhimento e rejeição dos pedidos.

Propostas conciliatórias recusadas.

É o relatório.

DECIDE-SE

COISA JULGADA

Afirmou a reclamada que a reclamante "ajuizou, perante a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento ...a Reclamação Trabalhista tombada sob o nº1.360/95...pleiteou algumas das verbas da presente, e que recebeu decisão..."

4 D

adicionada do valor indicado no campo 49 do TRCT, revela a diferença postulada pela reclamante, razão pela qual se lhe defere, na forma pedida.



REMUNERAÇÃO EM DOBRO DO PERÍODO DE FÉRIAS RELATIVO A 1993/1994.

O Termo de Rescisão indica que não foram concedidas as férias relativas aos períodos de 1993/1994, nele consignando a remuneração daquelas, de forma simples.

Já havendo sido ultrapassado o período concessivo das férias de 1993/1994, quando da rescisão do contrato, impunha-se observar o disposto nos arts. 137 e 146, da CLT, com o pagamento da remuneração em dobro desse período.

Tendo a reclamada pago de forma simples, impõe-se-lhe repetir esse pagamento, o que se defere à reclamante.

MULTA MORATÓRIA E DOBRA SALARIAL

Não tendo sido pagas integralmente as verbas rescisórias à reclamante, no prazo legal, a ela se defere a multa aludida no art.477, da CLT.

Indefere-se a dobra salarial de que cogita o art.467, da CLT, dado que as partes contraverteram sobre todos os pedidos formulados na inicial.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Descabida a condenação da reclamada na verba pleiteada, porquanto não configurada a hipótese descrita na Lei nº 5.584/70.

Indeferem-se.

ANTE O EXPOSTO, resolve a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá - MT, à unanimidade : a) rejeitar as preliminares de litispendência e de indeferimento da inicial, e acolher a de coisa julgada, no que concerne ao pedido de juros e correção monetárias dos salários de agosto a dezembro de 1991, pagos com atraso, para extinguir o processo, sem julgamento de mérito, com fundamento no art.267, inciso V, do CPC; b)

10

143

declarar a prescrição do direito de ação quanto às pretensões exercitáveis anteriormente à data de 05.11.91, e, nesse particular, extinguir o processo, com julgamento de mérito, nos termos do art.269, inciso IV, do CPC. Ainda no mérito, **ACOLHER EM PARTE** os pedidos formulados na inicial para condenar a reclamada **CODEMAT-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO** a pagar à reclamante **DELICY DE LARA CAMPOS PEDROSO**, no prazo de 48 horas após o trânsito em julgado e a regular liquidação desta sentença, as verbas relativas a diferenças salariais e seus reflexos nas demais verbas que tenham o salário por base de cálculo, inclusive nas verbas rescisórias; férias simples do período de 1993/1994, acrescidas do terço constitucional; diferença de multa indenizatória de 40%; correção monetária e juros do pagamento em atraso de salários; e multa moratória referida no art.477, da CLT, observados os termos da fundamentação.

Atualização monetária e juros, na forma da lei.

Custas pela reclamada no montante de R\$100,00 calculadas sobre R\$5.000,00, valor provisoriamente arbitrado para esse fim à condenação.

Cumpra-se o Provimento nº 02/93 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho/TST.

Intimem-se as partes.

Encerrou-se às 16:02 horas.

Nada mais.

ANTONIO JOSÉ MACHADO FORTUNA
JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

[Signature]
Genivaldo Tavares Alves
Juiz - Classista
Representante dos Trabalhadores

[Signature]
Antonio de Paula Santos
Diretor da Secretaria
2ª JBS

[Signature]
Antonio Gabriel de Moraes Miedler
Juiz - Classista
Representante dos Empregadores

R.T. 1883/96

P.J. - J.T. - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO - J C J



Vencimento de Prazo

Concluiu-se em 09/06/97 (2ª feira)

decorreu o prazo de 08

(oito) dias para a reate

interpor Recurso Ordinário

Cuiabá, 13 de 06 de 1997 (6ª f)

[Signature]
Adjunta do Diretor

VENCIMENTO DE PRAZO E CONCLUSÃO
Concluiu-se em 11/06/97 decorreu o prazo
de 08 (oito) dias para a reclamada
interpor Recurso Ordinário
pelo que se julga
Cuiabá, 13 de 06/1997 (6ª f)
<i>[Signature]</i> Diretor da Secretaria Adjunta do Diretor

Vistos, etc.

Intime-se a reclamante para que apresente, em 20 dias, os cálculos de liquidação, discriminados, atualizados e com cópia.

Cuiabá, 17.06.97.

[Signature]
Bruno Luiz Feiler
Juiz do Trabalho Presidente

JUS. 1ª REG. DO TRABALHO
23ª REGIÃO - CUIABÁ-MT

18 JUL 17 25 037300

CUIABÁ-MT



JUNTADA
cf. art. 162/CPC
(lei 8.952 / 94)

04.08.97 (2ª F)


Luis Claudio de Campos Borges
Auxiliar Judiciário

RECEBUE



Exmos. Senhores Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

Assunto: RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 0000000-00.00000-00

Processo nº 0000000-00.00000-00

Requerente: [illegible]

Requerido: [illegible]

Procurador: [illegible]

Advogado: [illegible]

Procurador: [illegible]

Vero Lucifer

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM



AUTOS Nº 5822/97

De ordem, determina-se a intimação do reclamado para que apresente cálculos de liquidação de sentença, de forma especificada e no prazo de 15 (quinze) dias, devendo ser observado o Provimento nº 01/96 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, no tocante à contribuição previdenciária, se pertinente.

Salienta-se que os autos encontram-se na Secretaria Integrada de Execuções - SIE_x; sediada no 3º andar do Foro da JCJ's de Cuiabá-MT.

Cuiabá/MT, 18/08/97 (2ª feira)

Nádia Raquel da Silva
Nádia Raquel da Silva
Chefe de Seção

Edital Expedido em 22/08/97 - 6ª V.

Adriana Almeida Coutinho
Adriana Almeida Coutinho
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM

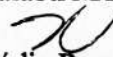


AUTOS Nº 5822/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Presidente.

Cuiabá/MT, 12/01/98 (2ª feira)


Nádia Raquel da Silva
Chefe de Seção

Vistos, etc...

Analizando detidamente os cálculos de liquidação elaborados pelo reclamado, verifico não haver sido atendido o comando contido no art. 68, § 4º, do Decreto nº 2173/97, que determina a apuração da contribuição previdenciária mês a mês, observadas as respectivas alíquotas e o teto máximo de R\$ 1.031,87, bem como a repercussão no cálculo do IRRF, que também deverá sofrer reparação. Intime-se o reclamado para apresentar novos cálculos atualizados, no prazo de 48 horas, sob pena de intimar-se o reclamante para tanto.

Cuiabá/MT, 12/01/98


Maria Alice Velho
Juíza do Trabalho Substituta

Edital nº. SLEM 011/98

Expedido em 02/02/98 (2ª)

Para o/a(as) recdo

Marcelene Martins dos Santos

ed 179

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM
CUIABÁ - MT.**

IN PROCESSO Nº 5.822/97

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, já devidamente qualificada nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move **DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO**, vem à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao respeitável despacho de fls., expor e requerer o quanto segue.

Pelo aludido respeitável despacho exarado às fls. 151 dos presentes autos, essa digna junta determinou fosse a Reclamada intimada à elaboração dos cálculos de liquidação, haja vista haver o Reclamado declinado dessa obrigação pelos motivos expostos em o petítório de fls. 149/150.

Pelo motivo de se encontrar a Reclamada deveras assoberbada pelo grande volume de trabalho que resulta das centenas Reclamações Trabalhistas contra ela aforadas pelas diversas Juntas da Capital, como é do inteiro conhecimento de Vossa Excelência, somente nesta oportunidade conseguiu desincumbir-se do mister elaborando os cálculos liquidatórios que vão junto à presente, cuja inteira correspondência com a respeitável título liquidando autoriza sejam de plano homologados como plenamente representativos dos créditos a que o Reclamante faz jus.

Termos em que,
Pede Juntada e Deferimento

Cuiabá, 19 de dezembro de 1997

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT Nº 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT Nº 4.328

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULOS

REAJUSTES SALARIAIS E COMPENSAÇÃO DEFERIDOS PELA R. SENTENÇA		
<u>REAJUSTE</u>	<u>COMPENSAÇÃO</u>	<u>DIFERENÇA</u>
29,55%	15,00%	14,55%

1 - DIFERENÇAS SALARIAIS DO REAJUSTE -14,55%

<u>MES/ANO</u>	<u>SAL. ORIGINAL</u>	<u>ÍND. REAJUSTE</u>	<u>DIFERENÇA</u>	<u>ÍND. ATUALIZ.</u>	<u>VL. DEVIDO</u>
MAI/95	1.320,20	14,55%	192,09	1,34578222	258,51
JUN/95	1.320,20	14,55%	192,09	1,30802859	251,26
JUL/95	1.320,20	14,55%	192,09	1,27004781	243,96
AGO/95	1.320,20	14,55%	192,09	1,23780907	237,77
SET/95	1.320,20	14,55%	192,09	1,21426091	233,25
OUT/95	1.320,20	14,55%	192,09	1,19440382	229,43
NOV/95	1.320,20	14,55%	192,09	1,17756223	226,20
DEZ/95	1.334,00	14,55%	194,10	1,16199154	225,54
JAN/96	1.334,00	14,55%	194,10	1,14761650	222,75
FEV/96	1.334,00	14,55%	194,10	1,13667599	220,63
MAR/96	1.334,00	14,55%	194,10	1,12749927	218,84
ABR/96	1.334,00	14,55%	194,10	1,12010990	217,41

TOTAL DESTE ITEM..... RS 2.785,54

2 - CORREÇÃO MONETÁRIA - SALÁRIOS ATRASADOS

<u>MÊS/ANO</u>	<u>SAL. LÍQUIDO</u>	<u>DIAS ATRASO</u>	<u>DIFERENÇA</u>	<u>ÍND. DE ATUAL</u>	<u>VL. ATUAL</u>
FEV/92 (7 dias)	142.573,42	09	11.232,74	0,00120009	13,48
MAR/92	555.384,72	05	16.835,16	0,00096571	16,26
ABR/92	480.293,72	05	22.298,50	0,00079758	17,78
MAI/92	1.456.673,08	08	67.291,66	0,00066571	44,80
JUN/92	1.605.379,44	06	60.497,89	0,00054994	33,27
JUL/92	2.952.948,78	08	181.667,16	0,00044461	80,77
AGO/92	163.540,78	06	7.194,52	0,00036083	2,60
SET/92	5.287.106,49	11	406.389,06	0,00028779	116,95
OUT/92	5.414.880,49	07	290.483,49	0,00023011	66,84
NOV/92	6.545.371,29	06	261.530,44	0,00018663	48,81
DEZ/92	7.246.118,29	00	0,00	0,00015057	0,00
JAN/93	27.214.550,00	06	1.440.098,56	0,00011878	171,05
FEV/93	12.205.800,00	05	371.004,45	0,00009397	34,86
MAR/93	24.674.790,00	09	1.994.837,38	0,00007469	148,99
ABR/93	24.459.880,00	07	1.513.490,43	0,00005825	88,16

MAI/93	389.833,43	08	25.777,30	0,00004527	1,17
JUN/93	434.653,45	09	25.437,97	0,00003481	0,89
JUL/93	526.397,96	06	26.951,95	0,00002669	0,72
AGO/93	54.527,71	10	4.495,93	0,02001281	89,98
SET/93	122.329,70	09	9.402,27	0,01486614	139,78
OUT/93	139.739,88	08	10.869,26	0,01088855	118,35
NOV/93	548.171,32	13	56.352,17	0,00799688	450,64
DEZ/93	109.573,85	08	11.456,27	0,00584567	66,97
JAN/94	469.849,03	11	53.033,50	0,00413297	219,19
FEV/94	526.535,61	11	67.990,90	0,00295508	200,92
MAR/94	821.780,05	15	177.975,72	0,00208324	370,77
ABR/94	1.272.714,29	06	103.408,47	0,00142717	147,58
MAI/94	1.686.661,63	03	36.771,97	0,00097458	35,84
JUN/94	924,19	04	15,01	1,82481264	27,38
JUL/94	1.080,57	05	13,29	1,73748405	23,10
AGO/94	1.002,08	04	11,67	1,70122749	19,86
SET/94	1.077,14	07	14,90	1,66072085	24,75
OUT/94	2.345,32	11	42,85	1,61934497	69,38
NOV/94	2.247,46	15	72,09	1,57338635	113,42
DEZ/94	1.551,01	43	67,33	1,52944391	102,97
JAN/95	1.330,98	41	33,78	1,49796712	50,61
FEV/95	1.330,98	60	74,80	1,47071333	110,02
MAR/95	1.000,00	53	46,69	1,43765025	67,12
ABR/95	985,60	23	12,90	1,38948111	17,92
MAI/95	1.234,09	18	16,39	1,34578222	22,06
JUN/95	1.266,32	30	17,15	1,30802859	22,44
JUL/95	1.358,14	47	37,31	1,27004781	47,39
AGO/95	1.190,50	43	27,36	1,23780907	33,87
SET/95	2.650,27	66	107,06	1,21426091	129,99
OUT/95	735,42	42	19,33	1,19440382	23,09
NOV/95	2.629,03	12	30,81	1,17756223	36,28
DEZ/95	1.151,25	9	23,42	1,16199154	27,22
JAN/96	1.315,22	6	0,00		
FEV/96	1.291,58	43	13,15	1,14761650	15,09
MAR/96	1.322,99	49	17,54	1,13667599	19,93
ABR/96	1.329,72	60	15,33	1,12749927	17,28
MAI/96	1.485,56	56	12,23	1,12010990	13,70
JUN/96	1.465,33	33	13,98	1,11355330	15,57
			10,20	1,10680291	11,28

TOTAL DESTE ITEM..... R\$ 3.789,14

3 - REFLEXOS DOS REAJUSTES - FÉRIAS + 1/3

<u>TOTAL DOS REAJUSTES</u>	<u>VALOR FÉRIAS</u>	<u>ABONO 1/3</u>	<u>TOTAL DOS REFLEXOS</u>
2.785,54	232,13	77,38	309,50
TOTAL DESTE ITEM.....			R\$ 309,50

4 - REFLEXOS DOS REAJUSTES -13º SALÁRIO

<u>TOTAL DOS REAJUSTES</u>	<u>VALOR DEVIDO</u>
2.785,54	232,13
TOTAL DESTE ITEM.....	RS 232,13

5 - REFLEXOS DOS REAJUSTES - ATS

<u>MÊS ADMISSÃO</u>	<u>MÊS/ANO</u>	<u>PERCENTUAL</u>	<u>TOTAL REAJ. NO PERÍODO</u>	<u>VALOR DEVIDO</u>
DEZEMBRO	MAI/95-NOV/95	16%	1.905,91	304,95
""	DEZ/95-JUN/96	18%	879,63	158,33
TOTAL DESTE ITEM.....				RS 463,28

6 - REFLEXOS DOS REAJUSTES - RESCISÃO

<u>VERBA</u>	<u>VAL. ORIGINAL</u>	<u>REFLEXO</u>	<u>TOTAL</u>	<u>ÍND. ATUALIZ.</u>	<u>VL. DEVIDO</u>
13º SAL(6/12)	827,08	14,55%	120,34	1,10680291	133,19
FÉRIAS VENC.	3.308,32	14,55%	481,36	1,10680291	532,77
F. PROP(7/12)	961,92	14,55%	139,96	1,10680291	154,91
1/3 S/ FÉRIAS	2649,4	14,55%	385,49	1,10680291	426,66
L. PRÊMIO	8.931,06	14,55%	1299,47	1,10680291	1438,26
TOTAL DESTE ITEM.....					RS 1.571,45

7 - DIFERENÇA DA MULTA DE 40%

<u>MÊS/ANO</u>	<u>SALÁRIO</u>	<u>DIF. MULTA</u>	<u>TOTAL</u>	<u>ÍND. DE ATUAL</u>	<u>VL. ATUAL</u>
ABRIL/96	1.334,00	40% SOBRE 8%	42,69	1,12010990	47,82
MAIO/96	1.334,00	40% SOBRE 8%	42,69	1,11355330	47,54
JUNHO/96	1.334,00	40% SOBRE 8%	42,69	1,10680291	47,25
TOTAL DESTE ITEM.....					RS 95,06

8 - MULTA DO ART. 477 DA CLT

<u>MÊS/ANO</u>	<u>SALÁRIO</u>	<u>MULTA 100%</u>	<u>TOTAL</u>	<u>ÍND. DE ATUAL</u>	<u>VL. ATUAL</u>
JUNHO/96	1.334,00	1.334,00	1.334,00	1,10680291	1.476,48
TOTAL DESTE ITEM.....				RS 1.476,48	

9 -DOBRA DE FÉRIAS - 1993/94

<u>MÊS/ANO</u>	<u>REMUNER.</u>	<u>DOBRA</u>	<u>TOTAL</u>	<u>ÍND. DE ATUAL</u>	<u>VL. ATUAL</u>
JUNHO/96	1.654,16	1.654,16	1.654,16	1,10680291	1.830,83
TOTAL DESTE ITEM.....				RS 1.830,83	

10 - REFLEXOS DAS VERBAS SALARIAIS NO FGTS

ITEM 01	2.785,54
ITEM 02	3.789,14
ITEM 03	309,50
ITEM 04	232,13
ITEM 05	463,28
ITEM 06	1.571,45
ITEM 07	95,06
ITEM 08	1.476,48
ITEM 09	<u>1.830,83</u>
TOTAL.....	R\$12.553,41

12.553,41 X 8,00% 1.004,27

TOTAL DESTE ITEM..... RS 1.004,27

11 - REFLEXOS NA MULTA FGTS - 40%

<u>TOTAL DO FGTS</u>	<u>ÍND. MULTA</u>	<u>VALOR DEVIDO</u>
1.004,27	40,00%	401,71
TOTAL DESTE ITEM.....		RS 401,71

12 - JUROS DE MORA -1% AO MÊS

329 DIAS

TOTAL ATÉ ITEM 09.....	12.553,41
TOTAL ITEM 10	1.004,27
TOTAL ITEM 11	<u>401,71</u>
TOTAL.....	13.959,39

13.959,39	X	329	JUROS= 1.530,88
	3000		

PRINCIPAL =	13.959,39
JUROS =	<u>1.530,88</u>
TOTAL =	15.490,27

TOTAL DESTE ITEM..... R\$ 15.490,27

13 - DESCONTOS DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

TETO DOS DESCONTOS DO INSS PARA O EMPREGADO = 105,33

TOTAL DESTE ITEM (DESCONTO)..... R\$ 105,33

14 - DESCONTOS DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

TOTAL DOS CRÉDITOS	=	15.490,27
DESCONTOS - INSS	=	105,33
BASE DE CÁLCULO	=	15.384,94
ALÍQUOTA DO IRRF	=	25,00%
VALOR TRIBUTÁVEL BRUTO	=	3.846,23
PARCELA A DEDUZIR	=	315,00
VALOR A TRIBUTAR	=	3.531,23

TOTAL DESTE ITEM (DESCONTO)..... R\$ 3.531,23

continua

15 - RESUMO FINAL

TOTAL DOS CRÉDITOS	=	15.490,27
DESCONTOS INSS		105,33
DESCONTOS IRRF		3.531,23
TOTAL LÍQUIDO	:	11.853,70

TOTAL LÍQUIDO A PAGAR (30.09.97) R\$ 11.853,70
--

PROCESSO Nº	5.822/97 - SIEx (SLEM)
RECLAMANTE	DELCY DE LARA C. PEDROSO

ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO - TABELAS DO E. TRT DA 23ª REGIÃO DO MÊS DE OUTUBRO DE 1.997 VALIDADE DOS CÁLCULOS : 30.09.97
--

C. S. / 2

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx SEÇÃO DE
LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS DAS JUNTAS DE
CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ.**

IN PROCESSO Nº 5.822/97

**A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
DE MATO GROSSO - CODEMAT - Em Liquidação**, já devidamente
qualificada nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe
move DELCI DE LARA CAMPOS PEDROSO, e que têm curso por essa
digna Junta e Secretaria, vem à presença de Vossa Excelência, em
cumprimento ao respeitável despacho de fls., expor e requerer o quanto segue.

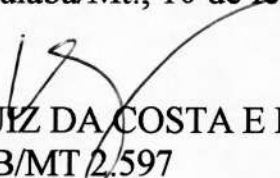
Pelo respeitável despacho de fls., Vossa Excelência, não
acolhendo os cálculos de liquidação apresentados pela requerente, determinou
o seu refazimento para adequá-los às disposições contidas no artigo 68 § 4º do
Decreto nº 2.173/97, que determina a apuração da contribuição previdenciária
mês a mês.

Como o cumprimento dessa determinação demandará tempo maior
do que o assinado para esse mister, mormente face ao grande número de
processos que fluem perante esse foro contra a Reclamada, fato que
obviamente impinge aos seus patronos volume de trabalho que vai até mesmo
além da sua capacidade de suportar, e principalmente pela dimensão da
obrigação que lhe foi cometida, mercê da complexidade dos cálculos a ser
procedidos, é a presente para requerer a Vossa Excelência que usando do
costumeiro senso de compreensão e justiça que sempre nortearam as suas

sábias decisões, se digne conceder-lhe dilação do prazo exíguo que lhe foi imposto para retificação das planilhas apresentadas, nos termos do que promana do novel Diploma Legal em que fundamentada aquela ordem.

Pede Deferimento

Cuiabá/Mt., 10 de fevereiro de 1.998


NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT 4.328

470
Clerk

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SECÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM

AUTOS Nº 5822/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Presidente.

Cuiabá/MT, 16/02/98 (2ª feira)

EA
Elygia F. Aquino Félix
Téc. Judiciário

Vistos, etc...

Intime-se o subscritor da apelação ora juntada, para opor sua assinatura prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de desconsidera-la.

Após, defere-se a dilação requerida, prazo de 05 (cinco) dias.

Cuiabá/MT, 16/02/98

Marta Alice Velho
Juiza do Trabalho Substituta

Recebido em 04/03/98
Expedido em 06/03/98 (6.º)
Assinado por: ...

Macilene Martins dos Santos
Escritária

copie

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x SEÇÃO DE
LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM DAS
JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT.**

IN PROCESSO Nº 5.822/97 - 1883/96 - 2ª JCT

**A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MATO
GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO**, já devidamente qualificada
nos autos acima designados, em Reclamatória Trabalhista que lhe move
DELCY DE LARA C. PEDROSO, vem à presença de Vossa Excelência,
tendo em vista ter sido intimada através do respeitável despacho de fls., do
deferimento da dilação de prazo requerida, requerer a juntada da inclusa
Certidão passada pela Secretaria desta, a qual informa da impossibilidade de a
Reclamada tomar em carga o processo em apreço em virtude de não estar
devidamente regularizado, bem como ser novamente intimada quando da
regularização dos autos para poder desincumbir-se da determinação já exarada
de adequar os cálculos no tocante aos descontos previdenciários.

Termos em que,
Pede Juntada e Deferimento

Cuiabá, 23 de março de 1998

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT Nº 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT Nº 4.328

174
ccc,

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SECÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM

AUTOS Nº 5822/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Presidente.

Cuiabá/MT, 13/04/98 (2ª feira)

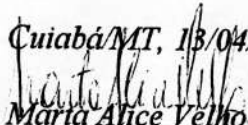

Nádia Raquel da Silva
Chefe de Seção

Vistos, etc...

Defere-se o prazo de 10 dias para o reclamado cumprir a determinação de fl. 167.

Intime-se.

Cuiabá/MT, 13/04/98


Maria Alice Velho
Juíza do Trabalho Substituta

Edital nº. SLEM 085/ 98

Expedido em 24/ 04/ 98 (6ª)

Para o/a(s) recdo

Marcilene Martins dos Santos
Estagiária

11-10

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM

AUTOS Nº 5822/97

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que os autos a que se referem as certidões anexas encontram-se em carga com o advogado da reclamada desde 08/05/98.

Era o que tinha a certificar.
Nada mais.

Cuiabá/MT, 17/07/98 (6ª feira)

Nádia Raquel da Silva
Chefe de Seção

Vistos, etc...

Intime-se o i. advogado à devolução dos autos, no prazo de 48 horas, sob pena de busca e apreensão.

Cuiabá/MT, 17/07/98

José Pedro Dias
José Pedro Dias
Juiz do Trabalho Substituto

179
0

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÃO - SIEx
SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADO-SLEM

AUTOS Nº 5822/97

CERTIDÃO

Certifico que os prazos processuais foram suspensos no dia 10/06/98 (4ª-feira), nos termos da Resolução Administrativa n.º 068/98, do Eg. TRT - 23ª Região. Certifico, ainda, que no dia 11/06/98 (5ª-feira) foi feriado de Corpus Christi.

Era o que tinha a certificar.

Cuiabá/MT, 28/07/98 (3ª feira)

Adriane de Almeida Coutinho
Auxiliar Judiciário

VENCIMENTO DE PRAZO

Certifico que em 24/07/98 decorreu o prazo de 48 quarenta e oito dias para a entrega do pedido
dever os autos.

Cuiabá/MT, 28/07/98 (3ª feira)

Adriane de Almeida Coutinho
Auxiliar Judiciário

120
11

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM

AUTOS Nº 5822/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Presidente, ante os termos dos expedientes em anexo.

Cuiabá/MT, 29/07/98 (4ª feira)


Nádia Raquel da Silva
Chefe de Seção

Vistos, etc...

Expeça-se mandado de busca e apreensão dos autos.

Cuiabá/MT, 29/07/98


José Pedro Dias
Juiz do Trabalho Substituto

183
@luiz

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM

AUTOS Nº 5822/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Presidente.

Cuiabá/MT, 14/08/98 (6ª feira)

Nádia Raquel da Silva
Chefe de Seção

Vistos, etc...

Nomeia-se perito contábil para elaboração dos cálculos de liquidação de sentença, Sr.(a) **ELIETE DA CRUZ E SILVA**, o(a) qual deverá ser intimado(a) para apresentar laudo em 03 (três) vias, no prazo de 15 (quinze) dias.

Na feitura dos cálculos deverá ser observado o Provimento nº 01/96 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho bem como o art. 68, § 4º, do Decreto nº 2173/97, no tocante à contribuição previdenciária a ser apurada mês a mês.

O(A) SR.(A) PERITO(A) DEVERÁ ABSTER-SE CALCULAR O VALOR DO IRRF, CUJA APURAÇÃO, RETENÇÃO E RECOLHIMENTO É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO EXECUTADO, CONFORME O ART. 46, DA LEI Nº 8541/92, E ART. 3º DA RA 060/98 DO TRT DA 23ª REGIÃO, C/C O PROVIMENTO Nº 01/96 DA CGJT/TST.

Os juros de mora deverão ser calculados até a data de atualização da conta;

Deverá ser demonstrado o crédito bruto, atualizado e com juros, destacados os valores pertinentes ao INSS, mês a mês.

Deverá ser utilizada a tabela de atualização adotada pelo Tribunal Regional Trabalho da 23ª Região, observando-se que esta corrige os débitos trabalhistas até o último dia do mês anterior, e que os índices previstos na aludida tabela têm aplicação direta.

Vale dizer, por exemplo, que o índice que atualiza débito de competência de janeiro/98 é aquele previsto na tabela para o referido mês, e não para o mês seguinte.

As custas processuais arbitradas em sentença, se ainda pendentes, deverão ser também atualizadas.

Cuiabá/MT, 14/08/98

José Pedro Dias
Juiz do Trabalho Substituto

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ COORDENADOR DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÃO - SIEX

JUSTIÇA DO TRABALHO
23ª REGIÃO - CUIABÁ-MT

28400 161588 047880

DISTRIBUIÇÃO

JUNTADO
cf. art. 162/94
(Lei nº 5.852/94)
03/09/98 (5ª f.)
Fernando Machado
Ass. Jurídico

PROCESSO - SIEX - N.º 5.822/97 - - SLEM
RECLAMANTE : DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
RECLAMADO : CODEMAT

ELIETE DA CRUZ E SILVA, Contadora registrada sob o n.º 4.801 no CRC-MT, perita designada no processo em epígrafe, vem com devido respeito e acato à nobre presença de V.EXª., apresentar o seu LAUDO PERICIAL, que perfaz em um valor bruto para os reclamantes de R\$ 22.575,66 (Vinte e Dois Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais, Sessenta e Seis Centavos), e sendo discriminado abaixo:

(+) Total Devido	R\$ 22.575,66
(-) INSS a Descontar	R\$ 791,95
(=) Total Líquido do Reclamante em 01.08.98	R\$ 21.783,71

No ensejo, estima os seus honorários periciais em R\$ 830,00 (Oitocentos e Trinta Reais) pelas horas trabalhadas, despendidas e coloca-se desde já ao dispor de V. EXª., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nestes Termos
P. Deferimento

Cuiabá MT., 25 de Agosto de 1.998

Eliete da Cruz e Silva
CRC-MT 4801.
Perita de Juízo

1186

PROCESSO - SIEX - N.º 5.822/97 - - SLEM
RECLAMANTE : DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
RECLAMADO : CODEMAT

METODOLOGIA APLICADA

Esta perita informa que para fornecer o referido laudo baseou-se única e exclusivamente nos exames dos documentos que lhe foram facultados para consulta, tomando base as fls. 136 à 143. .

Os cálculos foram elaborados em forma crescente (mês/ano), procurando focalizar o conteúdo designado, conforme esclarecimentos abaixo :

- SALÁRIO BASE

Esta rubrica foi calculada com base nas fichas financeiras juntadas aos autos.

VERBAS E DIREITOS DEFERIDOS NAS DECISÕES FINAIS

- MORA SALARIAL – CM S/ SALÁRIOS PAGOS EM ATRASOS ;
- DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS;
- MULTAS ARTIGO 477 DA CLT;
- FÉRIAS +1/3 COM REMUNERAÇÃO DOBRADA DO PERÍODO 93/94.

As verbas deferidas em sentença foram calculadas com base nos Enunciados das Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho – Resolução Administrativas N.º 44/85

Os índices de correção monetária para o crédito em questão foram apurados conforme segue:

- Lei 6.899, Art. 01 de 08/04/91 (VARIAÇÃO DE ORTN)
- Dec. Lei 86.649, Art. 01 de 25/11/81 (VARIAÇÃO DE ORTN)
- Dec. Lei 2.322, Art. 03 de 26/02/87 (VARIAÇÃO DE ORTN)
- Med. Prov. 38, Art. 06 Inciso V, de 03/02/89 (POUPANÇA)
- Lei 7.738, Art. 06 Inciso V, de 07/03/89 (POUPANÇA)
- Lei 8.177, Art. 39, § 02 de 01/03/91 (TAXA REFERENCIAL)

Os juros aplicados a partir do ajuizamento da ação obedecendo o artigo 883 da Consolidação das Leis Trabalhista e Decreto Lei 2.322-27/02/87; Lei 8.177-04/03/91.

Cuiabá MT., 25 de Agosto de 1.998


Eliete da Silva
Cuiabá MT, 25/08/98
Perita do Trabalho

CÁLCULO PERICIAL

Processo Siex nº 5.822/97

Reclamante: Delcy de Lara Campos Pedroso

Reclamado : CODEMAT Cia. de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

Ajuizamento: 05/11/96

Perito do Juízo: Eliete da Cruz e Silva

I - DEMONSTRATIVOS DAS CORREÇÕES MONETÁRIAS DOS SALÁRIOS PAGOS COM ATRASO

Período	Data do Vencimento	Salário Líquido	Data do Pagamento	Sal. Líquido Corrigido	Diferença de Correção Monet.	Índice Atual.TRT	Valor Corrigido	FGTS 8%	INSS à Recolher
Ago/91	06/09/91	0,00	10/10/91	0,00	prescrito	0,00343029	0,00	0,00	0,00
Set/91	07/10/91	0,00	08/11/91	0,00	prescrito	0,00262817	0,00	0,00	0,00
Out/91	07/11/91	0,00	11/12/91	0,00	prescrito	0,00204654	0,00	0,00	0,00
Nov/91	06/12/91	0,00	09/01/92	0,00	prescrito	0,00163097	0,00	0,00	0,00
Dez/91	08/01/92	0,00	02/04/92	0,00	prescrito	0,00086294	0,00	0,00	0,00
Jan/92	07/02/92	606.019,72	21/02/92	679.201,91	73.182,19	0,00129844	95,02	7,60	7,43
Fev/92	10/03/92	570.293,72	19/03/92	608.645,79	38.352,07	0,00104485	40,07	3,21	3,13
Mar/92	07/04/92	555.384,72	15/04/92	590.083,24	34.698,52	0,00086294	29,94	2,40	2,34
Abr/92	08/05/92	480.293,72	15/05/92	502.589,24	22.295,52	0,00072026	16,06	1,28	1,26
Mai/92	05/06/92	1.456.673,08	18/06/92	1.566.712,89	110.039,81	0,00059501	65,47	5,24	5,12
Jun/92	07/07/92	1.605.379,44	16/07/92	1.712.562,92	107.183,48	0,00048105	51,56	4,12	4,03
Jul/92	07/08/92	2.952.948,78	18/08/92	3.165.430,82	212.482,04	0,00039040	82,95	6,64	6,49
Ago/92	08/09/92	3.163.540,78	16/09/92	3.374.102,80	210.562,02	0,00031137	65,56	5,25	5,13
Set/92	07/10/92	5.287.106,49	21/10/92	5.817.942,52	530.836,03	0,00024896	132,16	10,57	10,33
Out/92	10/11/92	5.414.880,49	17/11/92	5.705.349,65	290.469,16	0,00020193	58,65	4,69	4,59
Nov/92	07/12/92	6.545.371,29	16/12/92	7.007.821,35	462.450,06	0,00016291	75,34	6,03	5,89
Dez/92	07/01/93	7.246.118,29	10/01/93	7.330.337,11	84.218,82	0,00012852	10,82	0,87	0,85
(=) Total do Demonstrativo I							723,62	57,89	56,59

CÁLCULO PERICIAL

Processo Siex nº 5.822/97

Reclamante: Delcy de Lara Campos Pedroso

Reclamado : CODEMAT Cia. de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

Ajuizamento: 05/11/96

Perito do Juízo: Eliete da Cruz e Silva

II - DEMONSTRATIVOS DAS CORREÇÕES MONETÁRIAS DOS SALÁRIOS PAGOS COM ATRASO

Período	Data do Vencimento	Salário Líquido	Data do Pagamento	Sal. Líquido Corrigido	Diferença de Correção Monet.	Índice Atual.TRT	Valor Corrigido	FGTS 8%	INSS à Recolher
Jan/93	05/02/93	27.214.550,00	16/02/93	29.800.593,67	2.586.043,67	0,00010168	262,95	21,04	20,56
Fev/93	05/03/93	12.205.800,00	15/03/93	12.962.371,05	756.571,05	0,00008082	61,15	4,89	4,78
Mar/93	07/04/93	24.674.790,00	19/04/93	26.669.637,82	1.994.847,82	0,00006303	125,74	10,06	9,83
Abr/93	07/05/93	24.459.880,00	17/05/93	26.287.131,53	1.827.251,53	0,00004898	89,50	7,16	7,00
Mai/93	07/06/93	38.983.343,00	18/06/93	43.411.238,41	4.427.895,41	0,00003765	166,71	13,34	13,04
Jun/93	07/07/93	43.465.345,00	19/07/93	47.671.566,49	4.206.221,49	0,00002888	121,48	9,72	9,50
Jul/93	06/08/93	52.639.796,00	16/08/93	56.553.317,65	3.913,52	0,02166200	84,77	6,78	6,63
Ago/93	08/09/93	54.527,71	20/09/93	60.786,60	6.258,89	0,01609122	100,71	8,06	7,88
Set/93	07/10/93	122.329,70	19/10/93	135.450,47	13.120,77	0,01178585	154,64	12,37	12,09
Out/93	08/11/93	139.739,88	18/11/93	154.786,64	15.046,76	0,00865588	130,24	10,42	10,18
Nov/93	06/12/93	548.171,32	23/12/93	648.420,50	100.249,18	0,00632740	634,32	50,75	49,60
Dez/93	07/01/94	109.573,85	18/01/94	123.420,09	13.846,24	0,00447356	61,94	4,96	4,84
(=) Total do Demonstrativo II							1.994,14	159,53	155,94

Obs.: No mês de Julho/93 foi retificado conforme moeda corrente da época. (data do pagamento)

CÁLCULO PERICIAL

Processo Siex nº 5.822/97

Reclamante: Delcy de Lara Campos Pedroso

Reclamado : CODEMAT Cia. de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

Ajuizamento: 05/11/96

Perito do Juízo: Eliete da Cruz e Silva

III - DEMONSTRATIVOS DAS CORREÇÕES MONETÁRIAS DOS SALÁRIOS PAGOS COM ATRASO									
Período	Data do Vencimento	Salário Líquido	Data do Pagamento	Sal. Líquido Corrigido	Diferença de Correção Monet.	Índice Atual.TRT	Valor Corrigido	FGTS 8%	INSS à Recolher
Jan/94	07/02/94	469.849,03	21/02/94	551.099,53	81.250,50	0,00319860	259,89	20,79	20,32
Fev/94	07/03/94	526.535,61	21/03/94	619.201,65	92.666,04	0,00225492	208,95	16,72	16,34
Mar/94	07/04/94	821.780,05	25/04/94	1.047.869,28	226.089,23	0,00154478	349,26	27,94	30,80
Abr/94	06/05/94	1.272.714,29	16/05/94	1.431.645,09	158.930,80	0,00105489	167,65	13,41	13,11
Mai/94	08/06/94	1.686.661,63	13/06/94	1.802.068,37	41,97	1,97517487	82,89	6,63	6,48
Jun/94	07/07/94	924,19	14/07/94	939,06	14,87	1,88065052	27,97	2,24	2,19
Jul/94	05/08/94	1.080,57	15/08/94	1.087,72	7,15	1,84140647	13,17	1,05	1,03
Ago/94	08/09/94	1.002,18	14/09/94	1.010,96	8,78	1,79756213	15,78	1,26	1,23
Set/94	07/10/94	1.077,14	17/10/94	1.088,23	11,09	1,75277693	19,44	1,56	1,52
Out/94	08/11/94	2.345,32	21/11/94	2.373,15	27,83	1,70303138	47,40	3,79	3,71
Nov/94	07/12/94	2.247,46	25/01/95	2.341,75	94,29	1,62139770	152,88	12,23	11,96
Dez/94	06/01/95	1.551,01	23/02/95	1.616,54	65,53	1,59189823	104,32	8,35	8,16
(=) Total do Demonstrativo III							1.449,59	115,97	116,85

Obs.: No mês de Maio/94 a "DIFERENÇA" foi retificada conforme moeda corrente da época. (data do pagamento)

CÁLCULO PERICIAL

Processo Siex nº 5.822/97

Reclamante: Delcy de Lara Campos Pedroso

Reclamado : CODEMAT Cia. de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

Ajuizamento: 05/11/96

Perito do Juízo: Eliete da Cruz e Silva

IV - DEMONSTRATIVOS DAS CORREÇÕES MONETÁRIAS DOS SALÁRIOS PAGOS COM ATRASO

Período	Data do Vencimento	Salário Líquido	Data do Pagamento	Sal. Líquido Corrigido	Diferença de Correção Monet.	Índice Atual.TRT	Valor Corrigido	FGTS 8%	INSS à Recolher
Jan/95	07/02/95	1.330,98	22/02/95	1.356,30	25,32	1,59189823	40,31	3,22	3,15
Fev/95	08/03/95	1.330,98	09/05/95	1.413,54	82,56	1,45667294	120,26	9,62	9,40
Mar/95	07/04/95	1.000,00	02/06/95	1.063,95	63,95	1,41580846	90,54	7,24	7,08
Abr/95	08/05/95	985,60	02/06/95	1.014,72	29,12	1,41580846	41,23	3,30	3,22
Mai/95	07/06/95	1.234,09	28/06/95	1.272,68	38,59	1,41580846	54,64	4,37	4,27
Jun/95	07/07/95	1.266,32	09/08/95	1.311,11	44,79	1,33980294	60,01	4,80	4,69
Jul/95	07/08/95	1.358,14	26/09/95	1.428,43	70,29	1,31431444	92,38	7,39	7,22
Ago/95	08/09/95	1.190,50	23/10/95	1.240,77	50,27	1,29292939	65,00	5,20	5,08
Set/95	06/10/95	2.650,27	15/12/95	2.789,81	139,54	1,25773815	175,50	14,04	13,72
Out/95	08/11/95	735,41	22/12/95	764,27	28,86	1,25773815	36,30	2,90	2,84
Nov/95	07/12/95	2.629,03	22/12/95	2.699,77	70,74	1,25773815	88,97	7,12	6,96
Dez/95	08/01/96	1.151,25	19/01/96	1.178,69	27,44	1,24217862	34,09	2,73	2,67
Jan/96	07/02/96	1.315,22	16/02/96	1.350,19	34,97	1,23033663	43,02	3,44	3,36
Fev/96	07/03/96	1.291,58	24/04/96	1.342,71	51,13	1,21240552	61,99	4,96	4,85
Mar/96	08/04/96	1.322,99	29/05/96	1.357,38	34,39	1,20530866	41,45	3,32	3,24
Abr/96	09/05/96	1.329,72	08/07/96	1.342,83	13,11	1,19103331	15,61	1,25	1,22
Mai/96	07/06/96	1.485,56	06/08/96	1.504,98	19,42	1,18360618	22,99	1,84	1,80
Jun/96	05/07/96	1.465,33	03/09/96	1.488,42	23,09	1,17582224	27,15	2,17	2,12
(-) Total do Demonstrativo IV							1.111,44	88,92	86,91
(-) Total Geral dos Demonstrativos (I à IV)							5.278,80	422,30	416,29

CÁLCULO PERICIAL

Processo Siex nº 5.822/97

Reclamante: Delcy de Lara Campos Pedroso

Reclamado : CODEMAT Cia. de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

Ajuizamento: 05/11/96

Perito do Juízo: Eliete da Cruz e Silva

V - DEMONSTRATIVO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS E REFLEXOS

Período	Base de Cálculo(BC)	Adic. Tempo Serviço %	Reajuste Concedido %	Valor Reajustado	Diferença Dev. de Reajuste	Dif. Adic. Tempo Serv.	Índice Atual.TRT	Dif. Devida Atualizada	Dif. ATS Atualizado	FGTS + 40%	INSS à Recolher
Mai/95	1.320,00	22,00%	14,55%	1.512,06	192,06	42,25	1,45667294	279,77	61,55	38,23	30,10
Jun/95	1.320,00	22,00%	14,55%	1.512,06	192,06	42,25	1,41580846	271,92	59,82	37,16	29,26
Jul/95	1.320,00	22,00%	14,55%	1.512,06	192,06	42,25	1,37469811	264,02	58,09	36,08	25,19
Ago/95	1.320,00	22,00%	14,55%	1.512,06	192,06	42,25	1,33980294	257,32	56,61	35,16	24,55
Set/95	1.320,00	22,00%	14,55%	1.512,06	192,06	42,25	1,31431444	252,43	55,53	34,49	24,08
Out/95	1.320,00	22,00%	14,55%	1.512,06	192,06	42,25	1,29292939	248,32	54,63	33,93	23,69
Nov/95	1.320,00	22,00%	14,55%	1.512,06	192,06	42,25	1,27459184	244,80	53,86	33,45	23,35
Dez/95	1.334,00	24,00%	14,55%	1.528,10	194,10	46,58	1,25773815	244,12	58,59	33,90	23,67
13º Salário	1.334,00	24,00%	14,55%	1.528,10	194,10	46,58	1,25773815	244,12	58,59	33,90	23,67
Jan/96	1.334,00	24,00%	14,55%	1.528,10	194,10	46,58	1,24217862	241,10	57,86	33,48	23,38
Fev/96	1.334,00	24,00%	14,55%	1.528,10	194,10	46,58	1,23033663	238,80	57,31	33,17	23,16
Mar/96	1.334,00	24,00%	14,55%	1.528,10	194,10	46,58	1,22040376	236,88	56,85	32,90	22,97
Abr/96	1.334,00	24,00%	14,55%	1.528,10	194,10	46,58	1,21240552	235,32	56,48	32,68	22,82
Mai/96	1.334,00	24,00%	14,55%	1.528,10	194,10	46,58	1,20530866	233,95	56,15	32,49	22,69
29-Jun-96	1.289,53	24,00%	14,55%	1.477,16	187,63	45,03	1,19800205	224,78	53,95	31,22	21,80
13º Salário	827,08		14,55%	947,42	120,34		1,19800205	144,17	0,00	16,15	11,27
Fér.vc93/94.	3.929,25		14,55%	4.500,95	4.500,95		1,19800205	5.392,15	0,00	0,00	0,00
Fér.vc94/95.	3.308,32		14,55%	3.789,68	481,36		1,19800205	576,67	0,00	0,00	0,00
Fér. Prop.	961,92		14,55%	1.101,88	139,96		1,19800205	167,67	0,00	0,00	0,00
1/3 Fér.	2.649,40		14,55%	3.034,89	385,49		1,19800205	461,82	0,00	0,00	0,00
(=) Total do Demonstrativo V								10.460,14	855,87	528,38	375,65

Obs.: N fl. 142 foi deferido férias com pagamento em dobro e na fl. 143 observa que esta diferença de 29,55% deduzido o percentual de 15%, deverá refletir também nesta verba, sendo assim inclui nos cálculos, constando integralmente na coluna de diferenças atualizadas. As verbas rescisórias estão cfe fl. 13 estando incluso o ATS na BC.

CÁLCULO PERICIAL

Processo Siex nº 5.822/97

Reclamante: Delcy de Lara Campos Pedroso

Reclamado : CODEMAT Cia. de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

Ajuizamento: 05/11/96

Perito do Juízo: Eliete da Cruz e Silva

VI - RESUMO GERAL DOS CÁLCULOS	
(+) Valor Total devido das Correções Monetárias dos Sal. Pagos Com Atraso	5.278,80
(+) Valor devido das Diferenças Salariais e Reflexo	10.468,01
(+) Valor devido da Multa art. 477 da clt($1.654,16 \times 1,19800205 = 1.981,69$)	1.981,69
(+) Valor devido do FGTS (8%) sobre Correções Monetárias	422,30
(+) Valor devido do FGTS + 40% sobre Diferenças Saláris	528,38
(=) TOTAL BRUTO (SEM JUROS)	18.679,18
(+) Juros de 1% ao mês 05/11/96 à 01/08/98 (20,86%)	3.896,48
(=) TOTAL BRUTO (COM JUROS)	22.575,66
(-) INSS a Recolher	791,95
(=) TOTAL LÍQUIDO DO RECLAMANTE EM 01/08/98	21.783,71

Obs: 2-) Cálculos Atualizados com base na Tabela do TRT/MT de Agosto/98

3-) Atualização das Custas em 01/08/98 (data da sentença 22/05/97) $R\$ 100,00 \times 1,11066101 + 14,30\%$ R\$ 126,94

4-) IRRF "...CUJA APURAÇÃO, RETENÇÃO E RECOLHIMENTO É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO EXECUTADO..." (FLS. 183)

5-) O INSS a recolher está de acordo com a Tabela de Contribuição, calculado mensalmente.

194

Demonstrativo de atualização de valores

Descrição: 5.822/97
Autor : DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO
Ré(u) : CODEMAT - CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/02/92 21/02/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 21/02/92

Valor original em 07/02/92: Cr\$	606.019,72
----------------------------------	------------

Correção monetária no período:	12,08%
Valor original (com corte de zeros):	606.019,72+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	73.182,19=
Valor atualizado em 21/02/92: Cr\$	679.201,91

Débito total: Cr\$	679.201,91
--------------------	------------

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 10/03/92 19/03/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 19/03/92

Valor original em 10/03/92: Cr\$	570.293,72
Correção monetária no período:	6,72%
Valor original (com corte de zeros):	570.293,72+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	38.352,07=

Valor atualizado em 19/03/92: Cr\$	608.645,79
Débito total: Cr\$	608.645,79

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 07/04/92 15/04/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 15/04/92

Valor original em 07/04/92: Cr\$	555.384,72
Correção monetária no período:	6,25%
Valor original (com corte de zeros):	555.384,72+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	34.698,52=
Valor atualizado em 15/04/92: Cr\$	590.083,24
Débito total: Cr\$	590.083,24

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 08/05/92 15/05/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 15/05/92

Valor original em 08/05/92: Cr\$	480.293,72
----------------------------------	------------

Correção monetária no período:	4,64%
Valor original (com corte de zeros):	480.293,72+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	22.295,52=

Valor atualizado em 15/05/92: Cr\$	502.589,24
Débito total: Cr\$	502.589,24

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 05/06/92 18/06/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 18/06/92

Valor original em 05/06/92: Cr\$	1.456.673,08
----------------------------------	--------------

Correção monetária no período:	7,55%
Valor original (com corte de zeros):	1.456.673,08+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	110.039,81=

Valor atualizado em 18/06/92: Cr\$	1.566.712,89
 Débito total: Cr\$	 1.566.712,89

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/07/92 16/07/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 16/07/92

Valor original em 07/07/92: Cr\$	1.605.379,44
----------------------------------	--------------

Correção monetária no período:	6,68%
Valor original (com corte de zeros):	1.605.379,44+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	107.183,48=

Valor atualizado em 16/07/92: Cr\$	1.712.562,92
 Débito total: Cr\$	 1.712.562,92

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 07/08/92 18/08/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 18/08/92

Valor original em 07/08/92: Cr\$	2.952.948,78
Correção monetária no período:	7,20%
Valor original (com corte de zeros):	2.952.948,78+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	212.482,04=
Valor atualizado em 18/08/92: Cr\$	3.165.430,82
Débito total: Cr\$	3.165.430,82

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 08/09/92 16/09/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 16/09/92

Valor original em 08/09/92: Cr\$	3.163.540,78
Correção monetária no período:	6,66%
Valor original (com corte de zeros):	3.163.540,78+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	210.562,02=

Valor atualizado em 16/09/92: Cr\$	3.374.102,80
 Débito total: Cr\$	 3.374.102,80

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 07/10/92 21/10/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 21/10/92

Valor original em 07/10/92: Cr\$	5.287.106,49
Correção monetária no período:	10,04%
Valor original (com corte de zeros):	5.287.106,49+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	530.836,03=

Valor atualizado em 21/10/92: Cr\$	5.817.942,52
Débito total: Cr\$	5.817.942,52

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 10/11/92 17/11/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 17/11/92

Valor original em 10/11/92: Cr\$	5.414.880,49
Correção monetária no período:	5,36%
Valor original (com corte de zeros):	5.414.880,49+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	290.469,16=

Valor atualizado em 17/11/92: Cr\$	5.705.349,65
Débito total: Cr\$	5.705.349,65

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

204

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/12/92 16/12/92

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 16/12/92

Valor original em 07/12/92: Cr\$	6.545.371,29
----------------------------------	--------------

Correção monetária no período:	7,07%
Valor original (com corte de zeros):	6.545.371,29+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	462.450,06=

Valor atualizado em 16/12/92: Cr\$	7.007.821,35
 Débito total: Cr\$	 7.007.821,35

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 07/01/93 10/01/93

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 10/01/93

Valor original em 07/01/93: Cr\$	7.246.118,29
Correção monetária no período:	1,16%
Valor original (com corte de zeros):	7.246.118,29+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	84.218,82=
Valor atualizado em 10/01/93: Cr\$	7.330.337,11
Débito total: Cr\$	7.330.337,11

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Índices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 05/02/93 16/02/93

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 16/02/93

Valor original em 05/02/93: Cr\$	27.214.550,00
----------------------------------	---------------

Correção monetária no período:	9.50%
Valor original (com corte de zeros):	27.214.550,00+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	2.586.043,67=

Valor atualizado em 16/02/93: Cr\$	29.800.593,67
Débito total: Cr\$	29.800.593,67

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 05/03/93 15/03/93

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 15/03/93

Valor original em 05/03/93: Cr\$	12.205.800,00
Correção monetária no período:	6,20%
Valor original (com corte de zeros):	12.205.800,00+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	756.571,05=
Valor atualizado em 15/03/93: Cr\$	12.962.371,05
Débito total: Cr\$	12.962.371,05

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 07/04/93 19/04/93

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 19/04/93

Valor original em 07/04/93: Cr\$	24.674.790,00
Correção monetária no período:	8,08%
Valor original (com corte de zeros):	24.674.790,00+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	1.994.847,82=
Valor atualizado em 19/04/93: Cr\$	26.669.637,82
Débito total: Cr\$	26.669.637,82

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/05/93 17/05/93

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 17/05/93

Valor original em 07/05/93: Cr\$	24.459.880,00
----------------------------------	---------------

Correção monetária no período:	7,47%
Valor original (com corte de zeros):	24.459.880,00+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	1.827.251,53=

Valor atualizado em 17/05/93: Cr\$	26.287.131,53
 Débito total: Cr\$	 26.287.131,53

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 07/06/93 18/06/93

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
 Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 18/06/93

Valor original em 07/06/93: Cr\$	38.983.343,00
Correção monetária no período:	11,36%
Valor original (com corte de zeros):	38.983.343,00+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	4.427.895,41=
Valor atualizado em 18/06/93: Cr\$	43.411.238,41
Débito total: Cr\$	43.411.238,41

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

211

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/07/93 19/07/93

Valores originais em: Cruzeiro (Cr\$)
Resultados em : Cruzeiro (Cr\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 19/07/93

Valor original em 07/07/93: Cr\$	43.465.345,00
----------------------------------	---------------

Correção monetária no período:	9,68%
Valor original (com corte de zeros):	43.465.345,00+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	4.206.221,49=

Valor atualizado em 19/07/93: Cr\$	47.671.566,49
 Débito total: Cr\$	 47.671.566,49

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 06/08/93 16/08/93

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
 Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 16/08/93

Valor original em 06/08/93: CR\$	52.639.796,00
Correção monetária no período:	7,43%
Valor original (com corte de zeros):	52.639.796,00+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	3.913.521,65=
Valor atualizado em 16/08/93: CR\$	56.553.317,65
Débito total: CR\$	56.553.317,65

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Índices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 06/09/93 20/09/93

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 20/09/93

Valor original em 06/09/93: CR\$	54.527,71
Correção monetária no período:	11,48%
Valor original (com corte de zeros):	54.527,71+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	6.258,89=
Valor atualizado em 20/09/93: CR\$	60.786,60
Débito total: CR\$	60.786,60

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Índices utilizados___ Desde___ Até___
BTNF 07/10/93 19/10/93

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 19/10/93

Valor original em 07/10/93: CR\$	122.329,70
Correção monetária no período:	10,73%
Valor original (com corte de zeros):	122.329,70+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	13.120,77=

Valor atualizado em 19/10/93: CR\$	135.450,47
 Débito total: CR\$	 135.450,47

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 08/11/93 18/11/93

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 18/11/93

Valor original em 08/11/93: CR\$	139.739,88
----------------------------------	------------

Correção monetária no período:	10,77%
Valor original (com corte de zeros):	139.739,88+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	15.046,76=

Valor atualizado em 18/11/93: CR\$	154.786,64
 Débito total: CR\$	 154.786,64

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

1216

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Índices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 06/12/93 23/12/93

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 23/12/93

Valor original em 06/12/93: CR\$	548.171,32
Correção monetária no período:	18,29%
Valor original (com corte de zeros):	548.171,32+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	100.249,18=

Valor atualizado em 23/12/93: CR\$	648.420,50
Débito total: CR\$	648.420,50

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

- pag. : 001

217

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Índices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/01/94 18/01/94

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 18/01/94

Valor original em 07/01/94: CR\$	109.573,85
Correção monetária no período:	12,64%
Valor original (com corte de zeros):	109.573,85+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	13.846,24=

Valor atualizado em 18/01/94: CR\$	123.420,09
 Débito total: CR\$	 123.420,09

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/02/94 21/02/94

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 21/02/94

Valor original em 07/02/94: CR\$	469.849,03
Correção monetária no período:	17,29%
Valor original (com corte de zeros):	469.849,03+
VL. ref. correção monetária (Atualizada):	81.250,50=

Valor atualizado em 21/02/94: CR\$	551.099,53
 Débito total: CR\$	 551.099,53

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

- pag. : 001

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/03/94 21/03/94

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 21/03/94

Valor original em 07/03/94: CR\$	526.535,61
Correção monetária no período:	17,60%
Valor original (com corte de zeros):	526.535,61+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	92.666,04=

Valor atualizado em 21/03/94: CR\$	619.201,65
 Débito total: CR\$	 619.201,65

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 07/04/94 25/04/94

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
 Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 25/04/94

Valor original em 07/04/94: CR\$	821.780,05
Correção monetária no período:	27,51%
Valor original (com corte de zeros):	821.780,05+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	226.089,23=
Valor atualizado em 25/04/94: CR\$	1.047.869,28
Débito total: CR\$	1.047.869,28

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

221

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Índices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 06/05/94 16/05/94

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 16/05/94

Valor original em 06/05/94: CR\$	1.272.714,29
Correção monetária no período:	12,49%
Valor original (com corte de zeros):	1.272.714,29+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	158.930,80=

Valor atualizado em 16/05/94: CR\$	1.431.645,09
Débito total: CR\$	1.431.645,09

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 08/06/94 13/06/94

Valores originais em: Cruzeiro Real (CR\$)
Resultados em : Cruzeiro Real (CR\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 13/06/94

Valor original em 08/06/94: CR\$	1.686.661,63
----------------------------------	--------------

Correção monetária no período:	6,84%
Valor original (com corte de zeros):	1.686.661,63+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	115.406,74=

Valor atualizado em 13/06/94: CR\$	1.802.068,37
 Débito total: CR\$	 1.802.068,37

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados___ Desde___ Até___
BTNF 07/07/94 14/07/94

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 14/07/94

Valor original em 07/07/94: R\$	924,19
---------------------------------	--------

Correção monetária no período:	1,61%
Valor original (com corte de zeros):	924,19+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	14,87=

Valor atualizado em 14/07/94: R\$	939,06
 Débito total: R\$	 939,06

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 05/08/94 15/08/94

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 15/08/94

Valor original em 05/08/94: R\$	1.080,57
Correção monetária no período:	0,66%
Valor original (com corte de zeros):	1.080,57+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	7,15=

Valor atualizado em 15/08/94: R\$	1.087,72
Débito total: R\$	1.087,72

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 08/09/94 14/09/94

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 14/09/94

Valor original em 08/09/94: R\$	1.002,18
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	0,88%
Valor original (com corte de zeros):	1.002,18+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	8,78=

Valor atualizado em 14/09/94: R\$	1.010,96
 Débito total: R\$	 1.010,96

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/10/94 17/10/94

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 17/10/94

Valor original em 07/10/94: R\$	1.077,14
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	1,03%
Valor original (com corte de zeros):	1.077,14+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	11,09=

Valor atualizado em 17/10/94: R\$	1.088,23
Débito total: R\$	1.088,23

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 08/11/94 21/11/94

Valores originais em: Real (R\$)
 Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 21/11/94

Valor original em 08/11/94: R\$	2.345,32
Correção monetária no período:	1,19%
Valor original (com corte de zeros):	2.345,32+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	27,83=
Valor atualizado em 21/11/94: R\$	2.373,15
Débito total: R\$	2.373,15

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/12/94 25/01/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 25/01/95

Valor original em 07/12/94: R\$	2.247,46
Correção monetária no período:	4,20%
Valor original (com corte de zeros):	2.247,46+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	94,29=

Valor atualizado em 25/01/95: R\$	2.341,75
Débito total: R\$	2.341,75

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 06/01/95 23/02/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 23/02/95

Valor original em 06/01/95: R\$	1.551,01
Correção monetária no período:	4,23%
Valor original (com corte de zeros):	1.551,01+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	65,53=

Valor atualizado em 23/02/95: R\$	1.616,54
Débito total: R\$	1.616,54

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/02/95 22/02/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 22/02/95

Valor original em 07/02/95: R\$	1.330,98
Correção monetária no período:	1,90%
Valor original (com corte de zeros):	1.330,98+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	25,32=

Valor atualizado em 22/02/95: R\$	1.356,30
Débito total: R\$	1.356,30

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados___ Desde___ Até___
BTNF 08/03/95 09/05/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 09/05/95

Valor original em 08/03/95: R\$	1.330,98
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	6,20%
Valor original (com corte de zeros):	1.330,98+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	82,56=

Valor atualizado em 09/05/95: R\$	1.413,54
 Débito total: R\$	 1.413,54

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 07/04/95 02/06/95

Valores originais em: Real (R\$)
 Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 02/06/95

Valor original em 07/04/95: R\$	1.000,00
Correção monetária no período:	6,39%
Valor original (com corte de zeros):	1.000,00+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	63,95=
Valor atualizado em 02/06/95: R\$	1.063,95
Débito total: R\$	1.063,95

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 08/05/95 02/06/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 02/06/95

Valor original em 08/05/95: R\$	985,60
---------------------------------	--------

Correção monetária no período:	2,95%
Valor original (com corte de zeros):	985,60+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	29,12=

Valor atualizado em 02/06/95: R\$	1.014,72
 Débito total: R\$	 1.014,72

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

- pag. : 001

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/06/95 28/06/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 28/06/95

Valor original em 07/06/95: R\$	1.234,09
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	3,13%
Valor original (com corte de zeros):	1.234,09+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	38,59=

Valor atualizado em 28/06/95: R\$	1.272,68
Débito total: R\$	1.272,68

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/07/95 09/08/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 09/08/95

Valor original em 07/07/95: R\$	1.266,32
Correção monetária no período:	3,54%
Valor original (com corte de zeros):	1.266,32+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	44,79=

Valor atualizado em 09/08/95: R\$	1.311,11
Débito total: R\$	1.311,11

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Índices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/08/95 26/09/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 26/09/95

Valor original em 07/08/95: R\$	1.358,14
Correção monetária no período:	5,18%
Valor original (com corte de zeros):	1.358,14+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	70,29=
Valor atualizado em 26/09/95: R\$	1.428,43
Débito total: R\$	1.428,43

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 08/09/95 23/10/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 23/10/95

Valor original em 08/09/95: R\$	1.190,50
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	4,22%
Valor original (com corte de zeros):	1.190,50+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	50,27=

Valor atualizado em 23/10/95: R\$	1.240,77
 Débito total: R\$	 1.240,77

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 06/10/95 15/12/95

Valores originais em: Real (R\$)
 Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 15/12/95

Valor original em 06/10/95: R\$	2.650,27
Correção monetária no período:	5,26%
Valor original (com corte de zeros):	2.650,27+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	139,54=

Valor atualizado em 15/12/95: R\$	2.789,81
Débito total: R\$	2.789,81

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 08/11/95 22/12/95

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 22/12/95

Valor original em 08/11/95: R\$	735,41
Correção monetária no período:	3,92%
Valor original (com corte de zeros):	735,41+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	28,86=

Valor atualizado em 22/12/95: R\$	764,27
Débito total: R\$	764,27

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 07/12/95 22/12/95

Valores originais em: Real (R\$)
 Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 22/12/95

Valor original em 07/12/95: R\$	2.629,03
Correção monetária no período:	2,69%
Valor original (com corte de zeros):	2.629,03+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	70,74=
Valor atualizado em 22/12/95: R\$	2.699,77
Débito total: R\$	2.699,77

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 08/01/96 19/01/96

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 19/01/96

Valor original em 08/01/96: R\$	1.151,25
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	2,38%
Valor original (com corte de zeros):	1.151,25+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	27,44=

Valor atualizado em 19/01/96: R\$	1.178,69
 Débito total: R\$	 1.178,69

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/02/96 16/02/96

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 16/02/96

Valor original em 07/02/96: R\$	1.315,22
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	2,66%
Valor original (com corte de zeros):	1.315,22+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	34,97=

Valor atualizado em 16/02/96: R\$	1.350,19
 Débito total: R\$	 1.350,19

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/03/96 24/04/96

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 24/04/96

Valor original em 07/03/96: R\$	1.291,58
Correção monetária no período:	3,96%
Valor original (com corte de zeros):	1.291,58+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	51,13=
Valor atualizado em 24/04/96: R\$	1.342,71
Débito total: R\$	1.342,71

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

244

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 08/04/96 29/05/96

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 29/05/96

Valor original em 08/04/96: R\$	1.322,99
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	2,60%
Valor original (com corte de zeros):	1.322,99+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	34,39=

Valor atualizado em 29/05/96: R\$	1.357,38
 Débito total: R\$	 1.357,38

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
 Índices utilizados__ Desde__ Até__
 BTNF 09/05/96 08/07/96

Valores originais em: Real (R\$)
 Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 08/07/96

Valor original em 09/05/96: R\$	1.329,72
Correção monetária no período:	0,99%
Valor original (com corte de zeros):	1.329,72+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	13,11=
Valor atualizado em 08/07/96: R\$	1.342,83
Débito total: R\$	1.342,83

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indices utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 07/06/96 06/08/96

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 06/08/96

Valor original em 07/06/96: R\$	1.485,56
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	1,31%
Valor original (com corte de zeros):	1.485,56+
VI. ref. correção monetária (Atualizada):	19,42=

Valor atualizado em 06/08/96: R\$	1.504,98
 Débito total: R\$	 1.504,98

Programa Indices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

Demonstrativo de atualização de valores

Composição utilizada : JURIDICO SEM IPCs
Indíces utilizados__ Desde__ Até__
BTNF 05/07/96 03/09/96

Valores originais em: Real (R\$)
Resultados em : Real (R\$)

Cálculos: pro-rata, atualizados para : 03/09/96

Valor original em 05/07/96: R\$	1.465,33
---------------------------------	----------

Correção monetária no período:	1,58%
Valor original (com corte de zeros):	1.465,33+
Vl. ref. correção monetária (Atualizada):	23,09=

Valor atualizado em 03/09/96: R\$	1.488,42
 Débito total: R\$	 1.488,42

Programa Índices & Correção Monetária - Imodata Sistemas - São Paulo

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIE_x
SEÇÃO DE LIQUIDACÃO E EXPEDIÇÃO DE MANDADOS - SLEM

AUTOS Nº 5822/97

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Juiz Presidente.

Cuiabá/MT, 04/09/98 (6ª feira)


Nádia Raquel da Silva
Chefe de Seção

Vistos, etc...

Homologo os cálculos de fls. 185/247, fixando o crédito bruto do reclamante em R\$ 22.575,66, valores atualizados até 01/08/98, devendo ser observado o Provimento nº 01/96 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, se pertinente.

Honorários contábeis são arbitrados em R\$ 700,00.

Custas processuais, atualizadas, importam em R\$ 126,94.

Intime-se o reclamante desta decisão, informando que a execução seguirá o rito do art. 884 da CLT.

Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação.

Após, remetam-se os autos à Seção de Citação, Penhora e Solução de Incidentes da SIE_x.

Cuiabá/MT, 04/09/98

Vlaldimi Aparecido Baptista
Juiz do Trabalho Substituto

260
8

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO
COORDENADOR DA SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES
- SIEX.

20 JCI - 3853/96

JUNTADA
cf. art. 162/CPC
(lei 8952/94)

C. 32.02197-691

EA

Elygia Ferreira Aquino Felix
Técnico Judiciário

PROCESSO nº 005822/97- SCPSI

JUSTICA DO TRABALHO
TRT

009672 JUN 26 15 22

RECEBIMOS
239 RECAO

DELCY DE LARA CAMPOS PEDROSO, por sua advogada ao final assinado, nos autos da RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, ora em fase de execução de sentença, que move contra a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT em tramite perante essa digna Secretaria, tendo vista ter o Governo do Estado firmado contrato de empréstimo externo junto ao Banco Mundial com a finalidade de quitar débitos trabalhistas ajuizados de diversos órgãos estaduais, inclusive da aqui reclamada, conforme amplamente divulgado pela imprensa falada e escrita desta capital, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para requerer digne-se de ordenar expedição de mandado para penhora sobre o dinheiro daquele empréstimo, que será depositado junto ao Banco do Brasil S/A, em quantia suficiente para garantia do crédito do exegente, como de direito.

Termos em que Pede Deferimento.

Cuiabá-MT., 25 de janeiro de 1.999.


VERA LÚCIA ALVES PEREIRA.
OAB-MT N° 1658

261
8

Secretaria Integrada de Execuções - SIEx
Seção de Citação, Penhora e Solução de Incidentes
Processo N.º 5822/97

CONCLUSÃO

Nesta data faço conclusos os
autos ao MM.Juiz
Cuiabá, 12/03/99 - 6ª feira


Elygia F. Aquino Félix
Aux. judiciário

Vistos, etc.

Postula o exeqüente, na petição retro, a penhora de suposto crédito da executada junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, decorrente de contrato de empréstimo firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

Todavia, não há elementos nos autos a demonstrar a existência do crédito que o exeqüente pretende ver penhorado, condição indispensável a tal modalidade de constrição.

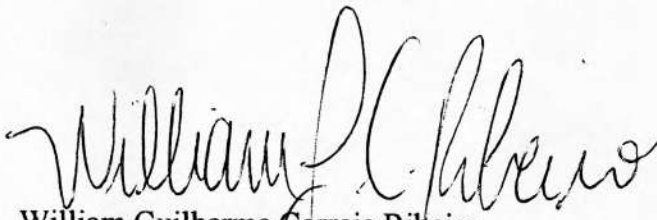
A Resolução do Senado Federal nº 109, de 17 de dezembro de 1998 tão somente autoriza o Estado de Mato Grosso a firmar contrato de empréstimo junto ao BIRD, mais especificamente, e conforme os seus próprios termos, *"autoriza o Estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinada a financiar parcialmente o Programa de reforma do estado de Mato Grosso."*

A Resolução supramencionada não implica na imediata celebração do contrato que dará origem ao crédito da executada, tendo apenas fixado os parâmetros para a operação e, ainda, concedido, no seu art. 4º, prazo de 540 dias para o exercício da autorização pelo Governo do Estado.

Considerando que não demonstrada a existência do crédito, através da assinatura do contrato de empréstimo junto ao Bird, incabível se revela a penhora requerida, por falta de objeto. **Indefiro por ora.**

Intime-se o exeqüente.

Cuiabá, 12/03/99.


William Guilherme Correia Ribeiro
Juiz do Trabalho Substituto

282
Q
/

PODER JUDICIÁRIO / JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
SECRETARIA INTEGRADA DE EXECUÇÕES - SIEx

SEÇÃO DE CITACÃO, PENHORA E SOLUÇÃO DE INCIDENTES - SCPSI

Autos nº: 5822/1997

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos, à MM.
Juíza do Trabalho.

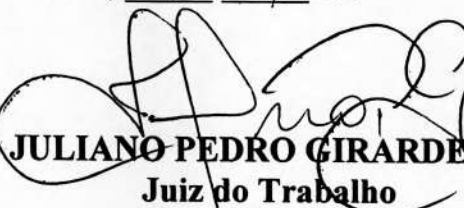
Cuiabá, 16/09/99 - (5ª feira).

Silva
Tânia Maria de Oliveira Lemos e Silva
Analista Judiciário

Vistos, etc.

Intime-se o(a) exequente, para que, em 15 (quinze) dias, requeira o que entender de direito para prosseguimento da execução, sob pena de remessa ao arquivo, conforme dispõe o art.40, § 2º da Lei 6.830/80 (LEF), cientificando-lhe sobre a existência de um livro trazendo o inventário dos bens da executada, em poder deste Juízo, objeto de apreensão efetuada no Processo nº 056/98, sendo-lhe facultada vista **no balcão desta Secretaria, e caso queira cópias reprográficas do mesmo, fica desde já advertido que deverá arcar com o custo, a fim de que tal reprodução seja feita no estabelecimento localizado neste fôro, eis que não será autorizada a retirada em carga de tal documento.**

Cuiabá, 16/09/99.


JULIANO PEDRO GIRARDELLO
Juiz do Trabalho

Edital nº. SCPSI 179/99

A ser expedido em 24/09/99

Para o/a(as) executa

Silva
Licete Maria Araújo Silva
Técnica Judiciária
Codemat